



**PROPOSTA PARA O SISTEMA NACIONAL DE
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (Sinaep)**

DOCUMENTO BASE

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

José Henrique Paim Fernandes

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

Aléssio Trindade de Barros

**DIRETORA DE POLÍTICAS E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Anna Catharina da Costa Dantas

**DIRETOR DE INTEGRAÇÃO DAS REDES DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Marcelo Machado Feres

**DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DA REDE
FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Oiti José de Paula

**PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE
ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS**

ANÍSIO TEIXEIRA

José Francisco Soares

**DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR**

Claudia Maffini Griboski

**DIRETOR DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Alexandre André dos Santos

COORDENAÇÃO

*Anna Catharina da Costa Dantas
Anna Cristina Cardozo da Fonseca*

ELABORAÇÃO

*Ana Lúcia Pascoal Diniz
André Marcelo Schneider
Andrezza Maria do Nascimento Tavares
Angelita Darella Mendes
Anna Catharina da Costa Dantas
Anna Cristina Cardozo da Fonseca
Carlos Eduardo Sousa Costa
Carlos Roberto Vargas Fraga
Cléa Teresa Queiroz
Daniela Papelbaum
Eduardo Bráulio Wanderley Netto
Elisete Rodrigues Souza
Felipe Esteves Morgado
Francisco Aparecido Cordão
Francy Izanny de Brito Barbosa Martins*

COLABORAÇÃO

*Almério Melquíades Araújo
Amilton de Moura Figueiredo
Ana Maria Silva Lucena
Andréa Araújo Rocha Nibon
Anieliza Aparecida Gomes de Souza
Antonio Almerico Biondi Lima
Beate Doroti Strelow
Carla Nogueira Patrão
Cristiane Edna Camboim
Daniela Brito
Deimiluce Lopes Fontes
Elisete Silva Machado
Eveline Pasqualin Souza
Flávio Augusto Penna Soares
Francisco Fachine Borges
Geane Reis de Farias
Jamile Delagnelo Fagundes da Silva
José de Ribamar Silva Oliveira
Josete Mara Stahelin Pereira
Leonor Farias Abreu
Luanda de Oliveira Lima
Luciano Vitoria Barboza
Luis Fernando de Meira Fontes*

SISTEMATIZAÇÃO

*Ana Lúcia Pascoal Diniz
Anna Catharina da Costa Dantas
Anna Cristina Cardozo da Fonseca
Francy Izanny de Brito Barbosa Martins
Nadja Maria de Lima Costa*

*Glecivan Barbosa Rodrigues
Jane Hudson de Abranches
Lincoln Moraes de Souza
Marcelo Simão da Rosa
Márcio Adriano de Azevedo
Maria Aparecida de Queiroz
Maria Eliete da Silva Cavalcante
Nadja Maria de Lima Costa
Paulo Meyer Nascimento
Rivania Andrade Menezes
Robert Lassance Carvalho
Rodrigo Fraga Massad
Ubirajara Baptista Cabral Junior
Vagner Tadeu de Souza Bueno
Vânia do Carmo Nóbile Silva*

*Maria Aidê Roldi Freire de Matos
Maria Edelcides de Vasconcelos
Maria Eliete da Silva Cavalcante
Mariangela de Araujo Povoas Pereira
Mônica Bravo Rodrigues
Patrícia Cappuccio de Resende
Paulo de Vasconcelos Dutra
Raquel Carmona
Ricardo de Castro Ribeiro Santos
Ricardo de castro ribeiro santos
Rivania Andrade meNezes
Rocilda Célia da Silva Nascimento
Rogéria Feitoza Varella de Almeida
Romilda de Fátima Suinka de Campos
Rony Cláudio de Oliveira Freitas
Rovilson Dias da Silva
Sirlei Pereira
Soraya Sosa Antunes Candido
Valdir Noll
Valéria Cristina Marques*

APRESENTAÇÃO

Com objetivo geral de elaborar uma proposta de avaliação para a educação profissional e tecnológica, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) promoveu, a partir de junho de 2013, atividades que incluíram pesquisas, reuniões técnicas e oficinas que contaram com a participação de representantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), dos conselhos nacional e estaduais de educação, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, das redes estaduais de educação profissional e tecnológica e dos serviços nacionais de aprendizagem.

Em dezembro de 2013, a Setec/MEC formalizou o grupo de trabalho responsável pela condução e sistematização da proposta, por meio da Portaria nº 40, de 09 de dezembro de 2013, tendo como atribuições:

- elaborar indicadores e padrões de qualidade para as dimensões Ensino e Gestão na educação profissional e tecnológica;
- elaborar proposta de avaliação para cursos de educação profissional técnica de nível médio; e
- propor elementos para o desenvolvimento de um sistema de avaliação da educação profissional e tecnológica.

Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas quatro oficinas, quais sejam:

- a) **“Organização e experiências de avaliação da educação profissional e tecnológica”**, realizada em 1º e 02 de agosto de 2013, tendo por objetivo realizar um diagnóstico acerca da organização e das experiências de avaliação da EPT no Brasil;
- b) **“Bases teórico-conceituais e metodológicas para a avaliação da educação profissional e tecnológica”**, realizada em 11 e 12 de setembro de 2013, tendo por objetivos levantar elementos para definição de bases teórico-conceituais e metodológicas para a avaliação da educação profissional e tecnológica; e apropriar conceitos e metodologias para a construção de indicadores para avaliação da educação profissional e tecnológica;
- c) **“Construção de indicadores e padrões de qualidade de referência para a educação profissional e tecnológica”**, tendo por objetivo geral elaborar indicadores e padrões de qualidade como subsídio para a avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, contemplando as dimensões gestão, educação e inovação, realizada em duas seções:
 - 03 e 04 de outubro de 2013, com o objetivo específico de definir as dimensões e a descrição dos indicadores; e
 - 29 e 30 de outubro de 2013, com o objetivo específico de definir a composição e os parâmetros referenciais de qualidade dos indicadores;
- d) **“Proposta para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica”**, realizada de 25 a 27 de fevereiro de 2014, tendo por objetivo discutir uma proposta para o sistema nacional de avaliação.

Cada uma das oficinas contou com participação de cerca de 60 pessoas - destacados como elaboradores e colaboradores deste documento - entre representantes da Rede Federal (23 representantes, entre Institutos Federais, Colégio Pedro II e escolas técnicas vinculadas), serviços nacionais de aprendizagem (14 representantes, entre Senai, Senac, Senar e Senat) e redes estaduais (21 representantes), além da Setec/MEC e de outros órgãos da administração federal.

Participaram como expositores nas oficinas, pesquisadores e gestores em avaliação de políticas públicas e gestores da educação profissional. Assim, foram apresentadas experiências do Centro Paula

Souza/SP, Secretaria de Educação/SC, FDE/Conif, IFRN, Senai e Senac e foram realizados painéis que contaram com a participação de Luiz Caldas (IFF), Francisco Aparecido Cordão (CNE), Sandra Zákia (USP), Suzana Schwerz Funguetto (DAES/Inep), Dilvo Ilvo Ristoff (UFSC e Sesu/MEC), Dante Henrique Moura (Anped e IFRN), Ana Cristina Brito Arcoverde (UFPE), José Francisco Soares (UFMG, CNE), Paulo Jannuzzi (SAGI/MDS), Maria Aparecida de Queiroz (Anpae), Márcio Adriano de Azevedo (Admee e IFRN), Paulo Meyer (Ipea), Cimar Azeredo Pereira (IBGE) e Eliana Ferreira Elias (Dieese).

A proposta para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaep) nasce como fruto dessa ação coletiva e tendo por base as experiências de avaliação em educação (nacionais e internacionais), uma série de documentos legais¹, pesquisas acadêmico-científicas e práticas de gestão em avaliação de políticas, programas e projetos sociais, além do material produzido e das discussões realizadas nas reuniões técnicas e nas oficinas.

O Sinaep pretende mobilizar a avaliação da educação profissional por meio de instituições, cursos, estudantes e egressos, contemplando a diversidade e pluralidade intrínsecas dessa modalidade de ensino, de modo integrado aos sistemas de avaliação da educação básica e da educação superior já constituídos.

Nesse sentido, o Sinaep prevê a avaliação da educação profissional técnica de nível médio – de modo colaborativo e utilizando estratégias que integram o sistema de avaliação da educação básica – e dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional – por meio da avaliação de programas específicos de educação profissional.

Desse modo, a instituição de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica visa fomentar a qualidade dos processos, na perspectiva da educação como direito, e estabelecer diretrizes para os processos avaliativos.

O presente documento-base, organizado em duas partes, nove capítulos e quatro apêndices e elaborado a partir de um processo coletivo e colaborativo, define uma proposta para o estabelecimento de um sistema nacional de avaliação para a educação profissional e tecnológica, que considera a pluralidade dos cursos, dos currículos e das redes que ofertam essa modalidade educacional.

A primeira parte refere-se ao marco diagnóstico da educação profissional e tecnológica, iniciando com a trajetória e a organização, apresentados no primeiro capítulo. O segundo capítulo comenta experiências e contribuições de processos de avaliação em educação, em particular dessa modalidade de ensino, nos contextos nacional e internacional. No terceiro capítulo, são discutidos os sistemas e bases de informação para a avaliação da educação profissional.

A segunda parte refere-se ao marco propositivo para o sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica. O quarto e o quinto capítulos apresentam, respectivamente, concepções e princípios para o sistema de avaliação e sua estrutura de governança. Os capítulos sexto, sétimo e oitavo são dedicados à descrição do desenho e da operacionalização do sistema, contemplando o escopo e a aplicabilidades, os sistemas e as bases de informação, a natureza e os procedimentos da avaliação e, finalmente, a descrição dos objetos de avaliação do sistema. O nono capítulo sistematiza uma proposta de meta-avaliação ou retroalimentação para o sistema.

Ao final, são apresentados apêndices que descrevem indicadores prévios para cada objeto proposto no sistema de avaliação da educação profissional e tecnológica.

¹ Os documentos legais incluem a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e alterações (Lei nº 9.394/1996), o Plano nacional de educação (PNE), os documentos-referência das Conae 2010 e 2014 e as diretrizes curriculares nacionais de educação profissional técnica de nível médio (Resolução CNE/CEB nº 06/2012), dentre outros.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de unidades de ensino por sistema de ensino e rede ofertante, em 2013.	21
Quadro 2 – Matrículas em educação profissional e tecnológica, de 2010 a 2013.	22
Quadro 3 – Conceitos e critérios de avaliação do indicador no Sinaep	48
Quadro 4 – Síntese da articulação entre objetos e procedimentos nas avaliações interna e externa.....	58
Quadro 5 – Requisitos legais a serem considerados no Sinaep.	58
Quadro 6 – Caracterização da sede administrativa e das unidades de ensino das instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica.	60
Quadro 7 – Quadro-síntese da avaliação interna de instituição.....	60
Quadro 8 – Quadro-síntese da avaliação externa de instituição	61
Quadro 9 – Quadro-síntese da avaliação interna de curso.....	63
Quadro 10 – Quadro-síntese da avaliação externa de curso.	64
Quadro 11 – Quadro-síntese da avaliação interna de estudante.	65
Quadro 12 – Quadro-síntese da avaliação externa de estudante.	66
Quadro 13 – Quadro-síntese da avaliação interna de egresso.	68
Quadro 14 – Quadro-síntese da avaliação externa de egresso.	68
Quadro 15 – Proposta de lista chave de verificação para meta-avaliação do Sinaep	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organização da educação brasileira.....	18
Figura 2 – Articulação entre os cursos de educação profissional e tecnológica (por nível de ensino).....	20
Figura 3 – Estrutura de governança e de execução do Sinaep.....	49
Figura 4 – Objetos de avaliação do Sinaep.....	52
Figura 5 – Formas e procedimentos da avaliação no Sinaep.	54

LISTA DE SIGLAS

Admee	Association pour le Développement des Méthodologies d'Évaluation en Éducation
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
Aneb	Avaliação Nacional da Educação Básica
Anpae	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
Anped	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação
Anresc	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
Basis	Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	Conceito de Curso
CI	Conceito Institucional
CEB	Câmara de Educação Básica
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
CES	Câmara de Educação Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
Conae	Conferência Nacional de Educação
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPA	Comissão Própria de Avaliação
Conif	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Daes	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
Dieese	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
e-MEC	Cadastro da Educação Superior
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Encceja	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Enet	Exame Nacional do Ensino Técnico
FDE	Fórum de Dirigentes de Ensino
FIC	Formação Inicial e Continuada
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IF	Instituto Federal
IFF	Instituto Federal Fluminense
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

Pasep	Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Educacional
PIS	Programa de Integração Social
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnaic	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Proep	Programa de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni	Programa Universidade para Todos
Rais	Relação Anual de informações Sociais
Rede Certific	Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAI	Sistema de Avaliação Institucional
SEC -	
Semtec	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Sesu	Secretaria de Educação Superior
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sinaep	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica
SIPD	Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
Sisutec	Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
SNED	Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho
TCT	Teoria Clássica dos Testes
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE SIGLAS	8
PARTE I – MARCO DIAGNÓSTICO	12
1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	12
1.1 TRAJETÓRIA	12
1.2 ORGANIZAÇÃO	18
2. AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO	22
2.1 BASE LEGAL	22
2.2 EXPERIÊNCIAS NACIONAIS	26
2.2.1 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	26
2.2.2 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	28
2.2.3 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	29
2.3 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	31
3. SISTEMAS E BASES DE INFORMAÇÃO	33
3.1 EDUCAÇÃO	33
3.1.1 CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	33
3.1.2 CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	34
3.1.3 SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	34
3.1.4 SISTEMA E-MEC	34
3.2 TRABALHO, EMPREGO E RENDA	34
3.2.1 RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS	35
3.2.2 CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS	35
3.2.3 PORTAL MTE MAIS EMPREGO	35
3.2.4 PORTAL DO EMPREENDEDOR / MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	36
3.3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO	36
3.3.1 SISTEMA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA	36
3.3.2 CENSO DEMOGRÁFICO	37
3.3.3 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA	37
PARTE II – MARCO PROPOSITIVO	39
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	39
4.1 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	39
4.2 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO E DE QUALIDADE EM EDUCAÇÃO	41
4.3 PRINCÍPIOS E ATRIBUTOS PARA A AVALIAÇÃO	44
4.4 CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE INDICADORES	46
5. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE EXECUÇÃO	49
6. ESCOPO E APLICABILIDADE	52

7. FORMAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	53
7.1 FORMAS DE AVALIAÇÃO	53
7.1.1 AVALIAÇÃO INTERNA	53
7.1.2 AVALIAÇÃO EXTERNA	53
7.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
7.2.1 VERIFICAÇÃO <i>IN LOCO</i>	55
7.2.2 UTILIZAÇÃO DE BASES DE DADOS	56
7.2.3 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS	56
7.2.4 APLICAÇÃO DE EXAMES DE DESEMPENHO	56
8. AVALIAÇÃO DOS OBJETOS	57
8.1 AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES	59
8.2 AVALIAÇÃO DE CURSOS	61
8.3 AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES	64
8.4 AVALIAÇÃO DE EGRESSOS	67
9. META-AVALIAÇÃO	69
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE A – INDICADORES PRÉVIOS PARA A AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÃO	74
APÊNDICE B – INDICADORES PRÉVIOS A AVALIAÇÃO DE CURSO	89
APÊNDICE C – INDICADORES PRÉVIOS PARA A AVALIAÇÃO DE ESTUDANTE	101
APÊNDICE D – INDICADORES PRÉVIOS A AVALIAÇÃO DE EGRESSO	115

PARTE I – MARCO DIAGNÓSTICO

1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ao discutir a avaliação da educação profissional e tecnológica no Brasil, cabe, inicialmente, situar e contextualizar sua trajetória e organização.

1.1 Trajetória

A educação profissional e tecnológica no Brasil vem sendo construída por iniciativa dos entes federativos e marcada por ações desenvolvidas inicialmente em âmbito local e, posteriormente, estruturadas em âmbito nacional, por meio de diversas redes e instituições de educação profissional e tecnológica.

Assim, sua organização no regime federativo da República possibilitou a realização de iniciativas estaduais, nas quais alguns governos redesenharam o funcionamento dos antigos liceus ou criaram suas próprias redes de educação profissional e tecnológica. Notadamente no estado do Rio de Janeiro, o governador Nilo Peçanha fundou, em 1906, três escolas de ofícios, orientadas para a formação, em termos técnicos e ideológicos, da força de trabalho industrial e manufatureira.

Porém, iniciativas isoladas de criação de instituições educacionais com acesso à educação formal respondiam à necessidade de contextos econômicos específicos, uma vez que, enquanto a economia brasileira permaneceu como exportadora agrícola, a escola não exerceu papel na formação de quadros e qualificação de profissionais.

Em âmbito nacional, pautadas no pensamento industrialista no início do século XX e inseridas nos contextos econômico, político e ideológico, a educação e a preparação para o trabalho influenciaram a implementação de ações na educação profissional e tecnológica que, do ponto de vista de sua sistematização e organização, em nível nacional, foram oficializadas quando Nilo Peçanha assumiu a Presidência da República e, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou as Escolas de Aprendizes Artífices, mantidas pelo então Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, que tinham como finalidade ofertar à população o ensino profissional primário e gratuito.

Essas escolas eram instituições destinadas principalmente aos provenientes da classe trabalhadora e objetivavam a formação de mão de obra especializada para atender ao desenvolvimento industrial do país, “mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores para que pretendessem aprender um ofício, em oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes” (CUNHA, 2005, p. 63).

A partir do contexto da Revolução Industrial e diante do cenário econômico caracterizado pelas mudanças nas relações de produção e pelo crescimento e concentração da população em centros urbanos, o capitalismo industrial suscitou a necessidade de ampliação do acesso ao conhecimento de um número cada vez maior de pessoas, forjando a busca pela consolidação da educação nos contextos político, social, cultural e econômico.

Nas décadas de 1930 a 1940, o campo educacional foi influenciado pelo ideário populista, cuja marca fundamental foi estender às massas populares o direito à educação escolar. No ano de 1931, a Reforma Francisco Campos organizou o ensino comercial, por meio do Decreto nº 20.158, de 20 de junho de 1931, o ensino secundário, por meio do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, e o ensino superior, por meio do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, o qual, além do caráter normatizador, teve também o objetivo de organizar e regular a política educacional brasileira nos seus diferentes níveis. Esse Decreto assinalou a possibilidade de uma política centralizada também para a educação

profissional e tecnológica que, a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, teve as Escolas de Aprendizes Artífices sob sua jurisdição.

De modo a atender à necessidade de qualificação de mão-de-obra para a economia brasileira, a educação para o trabalho foi demarcada na Constituição Federal de 1937 como um dever das indústrias e dos sindicatos econômicos, apontado para a criação, na sua especialidade, de “escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados” (BRASIL, 1937).

Nesse contexto, na década de 1940, teve início o estabelecimento de um sistema nacional de formação profissional, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (Senai) por meio do Decreto Lei nº 4.408, de 22 de janeiro de 1942, denominação alterada pelo Decreto Lei nº 4.936, de 7 de novembro desse mesmo ano, para Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, cujo objetivo era a formação de profissionais para o processo de industrialização em expansão.

Por sua vez, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), criado por meio do Decreto Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, buscava a oferta, em larga escala, da educação profissional destinada à formação e à preparação de trabalhadores para o comércio. Na mesma data de sua criação, foi promulgado o Decreto-Lei nº 8.622, que estabelecia a atuação da instituição na aprendizagem comercial.

Os cursos iniciais visavam a menores candidatos a empregos no comércio, a jovens de 14 a 18 anos, praticantes do comércio e a comerciários adultos e ação, previstos ainda cursos voltados para ampliação de conhecimentos adquiridos em outros cursos. Remetem aos anos 1940 as primeiras ações do Senac de levar a educação profissional aos locais mais distantes dos grandes centros e que não dispunham de unidades da instituição.

Na década de 1950, com o processo de aceleração da industrialização brasileira, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, o Senai tinha representações em quase todo o território nacional e buscou, nas décadas que se seguiram, intensificar o investimento em tecnologia de ponta e em pesquisas para o desenvolvimento tecnológico e parcerias, fazendo com que chegasse à década de 1990 com capacidade de assessorar a indústria brasileira no campo da tecnologia de processos, de produtos e de gestão.

Por sua vez, principalmente a partir da década de 1960, o Senac promoveu inovações na educação profissional, com destaque para as empresas pedagógicas, possibilitando aos estudantes a vivência do trabalho em ambiente próprio, tais como escritórios e lojas-modelo, espaços que ainda hoje merecem destaque na ação da instituição.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, gozando de autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificou-se a formação de técnicos, indispensáveis diante da aceleração do processo de industrialização.

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, tornou compulsório o ensino técnico-profissional de segundo grau de modo a formar técnicos sob o regime da urgência. Data dessa década importante revisão das diretrizes gerais do Senac, que passou a oferecer cursos de Aprendizagem (nível de ensino fundamental), Qualificação, Aperfeiçoamento e Atualização (níveis de Ensinos Fundamental e Médio) e Habilitação (nível de ensino médio).

O contexto econômico e social da década de 1980 exigiu novos conhecimentos do trabalhador e novas exigências educacionais para sua formação. No fim dessa década, em meio à crise econômica, política e social provocada pelo autoritarismo e por um quadro social de desigualdade de classe e regional, teve início a redemocratização do país. Nessa conjuntura, a Carta Constitucional de 1988 consubstanciou uma estratégia de afirmação e consolidação de direitos sociais, dentre os quais a educação e seu papel na sociedade apresentaram-se como uma estratégia importante na busca da superação das novas necessidades.

Na década de 1990, em meio a um contexto globalizado, com nova configuração da economia mundial, em um cenário de profundas e polêmicas mudanças, intensificou-se a aplicação da tecnologia

associada a uma nova configuração e reorganização do setor produtivo, que passou a exigir das escolas de educação profissional e tecnológica a oferta de uma formação pautada na capacidade técnica, comunicativa e participativa, que estimulasse a autonomia na tomada de decisões e a capacidade de antever os problemas e solucioná-los.

Assim, em 1991, por meio da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), “com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais”. É entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite.

Por decisão institucional, as salas de aula do Senar são os locais onde o trabalhador e o produtor rural atuam e todas as ações de promoção social, capacitações e cursos do Senar são oferecidos, gratuitamente, a pessoas do meio rural associadas, direta ou indiretamente, aos processos produtivos agrossilvipastoris.

Por sua vez, em 1993, por meio da Lei nº 8.706, de 14 de setembro, foram criados o Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), entidades civis sem fins lucrativos, com a competência de, “atuando em estreita cooperação com os órgãos do Poder Público e com a iniciativa privada, gerenciar, desenvolver, executar, direta ou indiretamente, e apoiar programas voltados à aprendizagem do trabalhador em transporte rodoviário e do transportador autônomo, notadamente nos campos de preparação, treinamento, aperfeiçoamento e formação profissional”, sob a responsabilidade da Confederação Nacional do Transporte.

Na área social, o Senat é responsável por apoiar programas que prezam pelo bem-estar do trabalhador em áreas como saúde, cultura, lazer e segurança no trabalho, e, na área educacional, o foco se volta a programas de aprendizagem, que incluem preparação, treinamento, aperfeiçoamento e formação profissional.

É nessa década que o Senac, por meio de seus centros editoriais, passou a produzir livros, vídeos e *softwares* voltados para as suas áreas de atuação, aliando a tecnologia à disseminação de conhecimento, inclusive na oferta de formação técnica por meio de educação a distância.

Ainda na década de 1990, outras instituições passaram a ofertar desde a educação básica até a educação superior, a partir da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que dispôs sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, promovendo a verticalização da oferta de educação profissional e tecnológica.

Pautada nessas transformações sociais e de modo a atender às demandas sociais, econômicas e educacionais, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, deu nova dimensão à educação profissional e tecnológica, tratando-a em capítulo específico, nos arts. de 39 a 42.

No ano de 1997, a expansão e a reforma, de fato implementadas pelo governo federal por meio de políticas públicas, tinham o objetivo de reorganizar a educação profissional e tecnológica, priorizando aqueles trabalhadores que necessitassem encurtar o caminho entre a escola e o mercado do trabalho, por meio de uma formação de nível básico, voltada para o setor de serviços, que incentivou a capacidade competitiva do país na economia mundial e esteve pautada na racionalidade econômica.

Dentre os instrumentos legais dessa reconfiguração da educação profissional e tecnológica, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, e a proposta de reordenamento educacional, estabelecida por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica (Proep), decorrente do Acordo de Empréstimo nº 1.052/OC-BR, assinado entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), colocaram essa modalidade de ensino em sintonia com preceitos legais da Reforma do Estado.

O Proep teve como objetivo a implantação da reforma da educação profissional e tecnológica, determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Abrangeu tanto o financiamento de construção ou reforma e ampliação de prédios e aquisição de equipamentos de laboratórios e material pedagógico, como ações voltadas para o desenvolvimento técnico-pedagógico e de gestão das escolas, a saber capacitação de docentes e de pessoal técnico, implantação de laboratórios, de currículos e de metodologias de ensino e de avaliação inovadoras, flexibilização curricular e adoção de sistemas de gestão que contemplassem a autonomia, flexibilidade, captação de recursos e parcerias.

Entretanto, as características desse Decreto reafirmaram a dualidade estrutural entre a educação intelectual e a laboral, dada a separação entre o ensino médio e a educação profissional e tecnológica prevista no art. 5º, o qual determinou que a “Educação Profissional e Tecnológica de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997). Ao longo da história, essa dualidade configurou-se uma categoria explicativa da constituição da Educação Profissional no Brasil.

No final da década de 1990, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. O SESCOOP busca promover o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável, por meio da formação profissional, da promoção social e do monitoramento das cooperativas, respeitando sua diversidade, contribuindo para sua competitividade e melhorando a qualidade de vida dos cooperados, empregados e familiares.

No ano de 2002, foi proposta, por meio do documento *Programa de Governo 2002: uma escola do tamanho do Brasil*, uma nova identidade para a Educação Profissional e Tecnológica e orientada por uma concepção pedagógica que superasse o “dualismo representado pelas dicotomias ‘geral e específico’, ‘técnico e político’, ao estabelecer um nexo entre teoria e prática, articulando o pensar e o agir” (Programa de Governo 2002, p.23).

Assim, consubstanciado na perspectiva de uma possibilidade de repensar as concepções da Educação Profissional e Tecnológica proposta até então e a fim de consolidar os pressupostos apresentados para essa modalidade de ensino, o documento definiu, também, as linhas estratégicas para o desenvolvimento de ações concretas, de acordo com as suas respectivas indicações.

Configuraram-se como linhas estratégicas de atuação, dentre outros a Educação Profissional e Tecnológica como uma política pública; a articulação dos diversos níveis educacionais e esferas governamentais; a organização, o financiamento, as competências e as responsabilidades e a avaliação da Educação Profissional e Tecnológica e a divulgação das informações (BRASIL, 2003).

Nesse contexto político e educacional, teve início a elaboração de minuta de instrumento legal em substituição ao Decreto nº 2.208/97, que foi submetida à discussão, envolvendo governo, as instituições da sociedade, especialistas, parlamentares, setor jurídico e Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2004).

Após longos debates, foi promulgado, em 23 de julho de 2004, o Decreto nº 5.154, que regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com destaque para a possibilidade de articulação entre a Educação Profissional e Tecnológica técnica de nível médio e o ensino médio nas formas integrada, concomitante e subsequente.

No ano de 2008, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi alterada pela Lei nº 11.741, de 16 de julho, incorporando plenamente o Decreto nº 5.154, de 2004, e inserindo a Seção IV-A – da Educação Profissional e Tecnológica Técnica de Nível Médio no Capítulo II – Da Educação Básica.

O recente processo de expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória.

É evidente a atuação do Governo Federal no sentido da expansão da oferta pública e da melhoria do padrão de qualidade da educação brasileira, em especial da educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos trabalhadores emancipados.

Nesse contexto, foi tomada a decisão de ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira.

A primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006, teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em Estados ainda desprovidos dessas instituições, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.

Em decorrência dessa política, a instituição da Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, representou a materialização desse novo projeto, reconhecendo-se como referendo do governo no sentido de colocar em maior destaque a educação profissional e tecnológica no seio da sociedade, fundamentado em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todos os estados brasileiros, com mais de 430 (quatrocentos e trinta) unidades em funcionamento, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação.

Considerando ainda a possibilidade de articulação da educação profissional e tecnológica com a educação básica, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, e a oferta de cursos especiais, abertos à comunidade, fica evidente a necessidade de se ter um olhar atento para o desenvolvimento das várias possibilidades de oferta de cursos na educação profissional e tecnológica por meio de ações de monitoramento e avaliação.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foi instituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, com o objetivo de promover a integração de duas modalidades de ensino – a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional, sendo considerado um dos programas do governo federal que pretende contribuir para a diminuição das defasagens educacionais existentes no Brasil e promover a ressignificação da educação básica de jovens e adultos por meio da sua profissionalização para o mundo do trabalho.

Outra ação que integra a política pública de educação profissional e tecnológica é a Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certific), voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem. Essa Rede foi desenvolvida em ação conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, em parceria com os Institutos Federais e, recentemente, teve sua ação ampliada para as demais redes de educação profissional e tecnológica.

Em 2009, entrou em funcionamento o Acordo de Gratuidade estabelecido entre o governo federal e os Sistemas Nacionais de Aprendizagem. Tal acordo prevê a aplicação, pelo Senac e pelo Senai, de porcentagem dos recursos líquidos da contribuição compulsória na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores, com vistas à promoção do crescimento anual do índice de gratuidade nesses cursos.

Instituído para interiorizar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita nas redes estaduais, o Programa Brasil Profissionalizado tem fomentado a expansão e a reestruturação física das redes públicas, por meio de obras de infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores, aquisição de equipamentos e instalação de

laboratórios, além da construção de novas escolas técnicas estaduais e ampliação e reforma de unidades.

Merece destaque, ainda, a implementação da Rede e-Tec Brasil, que tem por finalidade a ampliação e democratização do acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, exclusivamente na modalidade a distância, pelo desenvolvimento e difusão de cursos, metodologias e tecnologias.

Por sua vez, o Programa Mulheres Mil buscou elevar a escolaridade, ofertar qualificação profissional e contribuir para a inserção de mulheres com baixa escolaridade, à margem do mercado de trabalho e em situação de vulnerabilidade social. Inserido no Plano Brasil sem Miséria, do governo federal, o programa está articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Em 2011, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo principal de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Além disso, o Pronatec se propõe expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; e melhorar a qualidade do ensino médio.

O Pronatec representa um esforço de articulação de um conjunto de iniciativas de políticas de educação profissional e tecnológica já existentes com novas iniciativas, tais como a Bolsa-Formação. O objetivo da Bolsa-Formação é ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional para estudantes, trabalhadores e beneficiários dos programas de transferência de renda.

Por intermédio da Bolsa-Formação, são oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas). Trata-se da tentativa de formular uma política pública de alcance nacional, que contemple, em toda sua extensão e complexidade, as demandas por formação e qualificação profissional. A relevância dessa política pública torna-se evidente pela demanda crescente pela expansão do ensino técnico e profissionalizante e pelo seu peso relativo nos processos de inovação tecnológica, aumento de produtividade e competitividade e promoção do desenvolvimento sustentável.

Essa ação consolida-se pela articulação entre as redes públicas de educação profissional e tecnológica e os Serviços Nacionais de Aprendizagem, que têm a atribuição de ofertar os cursos, e as secretarias distrital e estaduais de educação e Ministérios, que apresentam as demandas e fazem a mobilização e o processo de seleção dos beneficiários para os cursos.

Dessa forma, evidencia-se o valor estratégico dessa modalidade de ensino para o desenvolvimento nacional resultante das transformações das últimas décadas que repercutem no mundo do trabalho, contribuindo para a elevação da escolarização, para a profissionalização de jovens e adultos trabalhadores e para a produção do conhecimento científico e tecnológico, como espaço social de produção e divulgação do conhecimento e de práticas específicas de ensino, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Presencia-se, portanto, a disseminação do ideário da educação como direito e como afirmação de um projeto societário que corrobora a inclusão social emancipatória, tendo a crescente responsabilidade de produzir conhecimentos, gerar saberes e desenvolver competências com caráter crítico e reflexivo, sintonizados com novas bases e novas formas de organização produtiva, na produção e difusão de inovações de cunho tecnológico, presentes na identidade do século XXI.

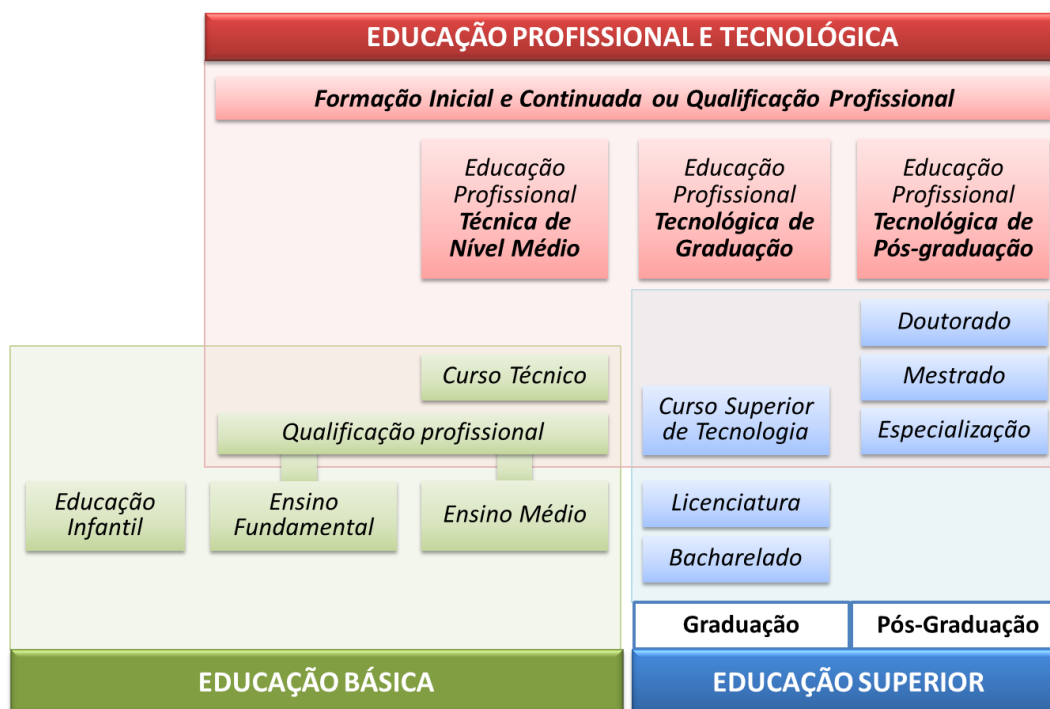
Assim, a educação profissional e tecnológica suscita o diálogo efetivo entre as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com os enfoques locais e regionais, respondendo às exigências de formação

humana e do atual cenário mundial, que reconhece essa modalidade de ensino como fator estratégico e de suma importância para o crescimento local e regional.

1.2 Organização

A educação profissional e tecnológica está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como modalidade educacional que se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Assim, os cursos de educação profissional e tecnológica se articulam com a educação básica e com a educação superior e, ainda, com as modalidades de educação de jovens e adultos e de educação a distância (Figura 1).

Figura 1 – Organização da educação brasileira.



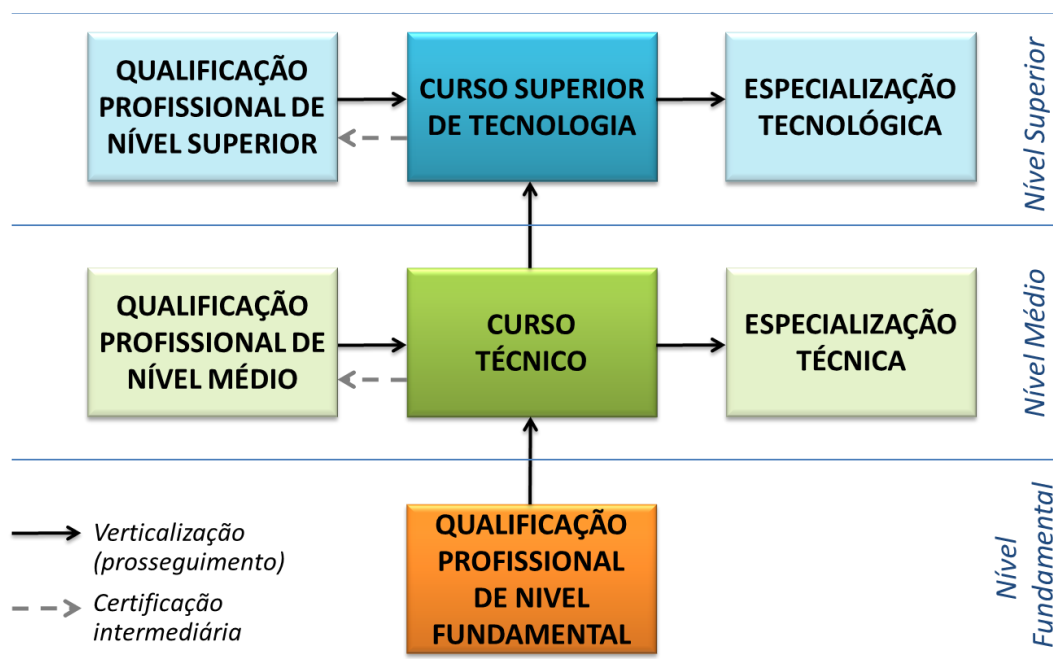
Os §§ 1º e 2º do art. 39 da LDB destacam que os cursos de educação profissional e tecnológica são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos², observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino, e abrange os seguintes cursos, que se articulam na perspectiva da verticalização e da certificação intermediária (

² Entende-se por itinerário formativo o conjunto das etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional pela instituição de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de um determinado eixo tecnológico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas (§ 3º do art. 3º da Resolução CNE/CEB 06, de 2012)

Figura 2):

- a) de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- b) de educação profissional técnica de nível médio; e
- c) de educação profissional e tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Figura 2 – Articulação entre os cursos de educação profissional e tecnológica (por nível de ensino)



A oferta de educação profissional e tecnológica é regida por **diretrizes curriculares nacionais**³, emitidas pelo Conselho Nacional de Educação, e os cursos estão organizados em **catálogos nacionais**, que preveem, dentre outros aspectos, a denominação, a carga-horária e escolaridades mínimas, o eixo tecnológico de vinculação, o perfil profissional de conclusão, a infraestrutura requerida, e, mais recentemente, as ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) associadas ou convergentes e as normas relacionadas à atividade profissional. Assim, foram constituídos, e são mantidos pelo Ministério da Educação, o Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, instrumentos para avaliação e regulação da educação profissional e tecnológica, e articulados numa perspectiva de verticalização do itinerário formativo.

Os **cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional** (cursos FIC) são cursos com carga-horária mínima de 160 horas, que dão direito a certificados de qualificação profissional referentes a ocupações no mundo do trabalho e são organizados em função do nível de ensino a que se vinculam.

Assim, são previstos cursos de qualificação profissional de nível fundamental, cursos de qualificação profissional de nível médio - como parte do itinerário de cursos técnicos -, e cursos de qualificação profissional de nível superior - como parte do itinerário de cursos superiores de tecnologia. Há, ainda, para a qualificação profissional, a indicação de um itinerário horizontal, com pré-requisitos entre os cursos, possibilitando a formação continuada e a especialização do processo de qualificação mesmo naquele nível.

Os **cursos de educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos)** têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sociohistóricos

³ Atualmente, estão em vigor as Diretrizes Curriculares Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 03, de 2002, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, definidas pela Resolução CNE/CEB nº 06, de 2012. Os cursos FIC não dispõem de diretrizes curriculares nacionais publicadas.

e culturais (Resolução CNE/CEB nº 06/2012), cuja conclusão enseja a emissão de diploma de técnico de nível médio. Tais cursos são desenvolvidos nas seguintes formas:

- a) **Articulada integrada**, ofertada somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única na mesma instituição, promovendo habilitação profissional técnica de nível médio do estudante e conclusão da última etapa da educação básica.
- b) **Articulada concomitante**, ofertada a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:
 - na mesma instituição de ensino;
 - em instituições de ensino distintas; e
 - em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.
- c) **Subsequente**, ofertada a quem já tenha concluído o ensino médio.

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitam a obtenção de certificados de qualificação profissional que caracterizem uma qualificação para o trabalho.

Os **cursos educação profissional e tecnológica de graduação (cursos superiores de tecnologia)** são cursos de graduação, que permitem aos cidadãos a aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias e cuja conclusão dá direito ao diploma de tecnólogo (Resolução CNE/CP nº 03/2002).

Os **cursos de educação profissional e tecnológica de pós-graduação** não possuem regulamentação ou diretrizes nacionais para a oferta.

A oferta de cursos de educação profissional e tecnológica ocorre em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. A oferta de educação profissional e tecnológica se dá primordialmente em unidades que integram os seguintes sistemas de ensino (Quadro 1):

- a) O **sistema federal de ensino**, notadamente:
 - a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
 - os Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA); e
 - as instituições de ensino superior públicas federais e privadas que ofertam cursos técnicos.
- b) Os **sistemas estadual, distrital e municipal de ensino**, em particular:
 - as redes públicas municipais e estaduais de educação profissional e tecnológica;
 - as escolas técnicas privadas; e
 - as instituições de ensino superior públicas estaduais que ofertam cursos técnicos.

Quadro 1 – Número de unidades de ensino por sistema de ensino e rede ofertante, em 2013.

Sistema de Ensino	Categoria Administrativa / Rede Ofertante	Unidades de Ensino	Total
Federal	Serviços nacionais de aprendizagem	762	1.191
	Militar	9	
	Privada	1	
	Pública / Rede Federal	419	
Estadual / Distrital	Privada	2.107	3.593
	Pública / Redes Estaduais	1.486	
Municipal	Privada	1	22
	Pública	21	
Total			4.806

Fonte: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC/MEC), 2013.

As matrículas em cursos de educação profissional e tecnológica vêm sendo significativamente ampliadas desde 2010, tendo crescido, em média, 10% ao ano, significando um incremento de mais de 90% de matrículas em cursos de educação profissional e tecnológica, em relação a 2010 (Quadro 2).

Quadro 2 – Matrículas em educação profissional e tecnológica, de 2010 a 2013.

Período	Numero de Matrículas			
	<i>Cursos FIC</i>	<i>Cursos Técnicos</i>	<i>Cursos Superiores de Tecnologia</i>	Total
2010	<i>Não coletado</i>	<i>1.140.388</i>	<i>781.609</i>	1.921.997
2011	<i>1.250.900</i>	<i>1.250.900</i>	<i>870.534</i>	3.372.334
2012	<i>1.362.200</i>	<i>1.362.200</i>	<i>944.904</i>	3.669.304
2013	<i>1.482.700</i>	<i>1.482.700</i>	<i>Não coletado</i>	---

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/Inep, para os cursos técnicos, Censo da Educação Superior/Inep, para os cursos superiores de tecnologia, e Sistec/MEC, para os cursos FIC.

Considerando, portanto, o crescimento expressivo do número de matrículas e de instituições ofertantes, as novas possibilidades de atuação e as propostas político-pedagógicas que surgem intrinsecamente desse processo, é imprescindível o estabelecimento de um processo de avaliação da educação profissional e tecnológica, por meio de um sistema nacional, que vá ao encontro dos anseios do desenvolvimento dessa modalidade de ensino, com garantia de qualidade.

2. AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Pensar a qualidade na educação remete ao papel importante que as instituições apresentam significativamente quanto ao respeito à diversidade, ao desenvolvimento integral do cidadão e à valorização da cultura da avaliação, como cultura de melhoramento e de emancipação, estabelecendo conexões entre avaliação, financiamento e gestão, que invocam o conceito de responsabilização e, como decorrência, a mobilização social.

Todo processo educacional reclama avaliação. A avaliação do estudante individualmente considerado tem como objetivo a verificação da aquisição de competências e habilidades, para se apropriar criticamente de conhecimentos cada vez mais complexos. Diferente é a avaliação da instituição de ensino, quando se busca verificar os elementos que compõem a escola e se estão estruturados para a oferta de educação de qualidade.

Resgata-se, à sequência, a base legal para a avaliação no Brasil e contribuições de algumas das experiências desenvolvidas nacional e internacionalmente em avaliação, nos diversos níveis e modalidades de ensino, como contribuições ao Sinaep.

2.1 Base legal

A avaliação educacional está intrinsecamente relacionada ao papel do Estado e suas transformações históricas, dado que a educação é direito de todos, dever do Estado e questão de soberania.

Dessa maneira, para garantir a qualidade da educação no Brasil, mecanismos de avaliação educacional devem ser instituídos de modo processual e na perspectiva emancipatória, com objetivo de zelar pelo cumprimento das responsabilidades sociais das instituições e de desenvolver políticas públicas para a educação, bem como de responder às necessidades de informação da sociedade, com vistas à melhoria contínua do processo educativo e à valorização da identidade das instituições envolvidas, observando suas especificidades e de suas naturezas e atuação nos diversos níveis e modalidades de ensino.

O diagnóstico do marco legal da avaliação da educação implica, então, investigação de diversificada legislação publicada a partir da década 80, que se inicia com a Constituição de 1988,

passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pelos Planos Nacionais de Educação (PNE) e por Diretrizes Nacionais instituídas. Na sequência, serão apresentados os principais documentos legais que fundamentam o processo de avaliação da educação e, em especial, da educação profissional e tecnológica.

A avaliação educacional tem inicialmente seu respaldo legal na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que definiu, em Seção que pactua a educação como direito de todos, o princípio da garantia do padrão de qualidade da educação. O Capítulo III, Seção I, art.206, inciso VII, estabelece que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] – VII – garantia de padrão de qualidade”.

Ainda nesse mesmo capítulo e Seção, a Constituição Federal preconiza que o ensino é livre à iniciativa privada, explicitando, em seu art. 209, que “o ensino é livre à iniciativa privada” mediante “avaliação de qualidade pelo poder público”.

Por fim, a Carta Magna estabeleceu, em seu art. 214, o Plano Nacional de Educação, garantindo à educação definições de diretrizes, objetivos e metas com o propósito de zelar pela qualidade social e esperada pela sociedade brasileira:

O Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a (...) III – melhoria da qualidade do ensino.

Em 1995, a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, estabeleceu, como atribuições do MEC, em seu art. 6º:

O Ministério da Educação e do Desporto exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe **formular e avaliar** a política nacional de educação, **zelar pela qualidade** do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem.

Para tal atribuição, o MEC passou, então, a contar com a colaboração do Conselho Nacional de Educação, criado pela supracitada lei, e composto pela Câmara de Educação Básica (CEB) e pela Câmara de Educação Superior (CES). Desse modo, a instituição colabora na formulação da política nacional de educação, assessorando o Ministro da Educação na busca democrática por meio da participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade.

Outro documento importante que garante a implementação de processo de avaliação educacional é a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa Lei consolidou a necessidade dos processos de avaliação no que se enquadra a orientação das diretrizes políticas, visando à melhoria do ensino, e a avaliação, com vistas à qualidade.

O inciso VI do art. 9º explicita que a União encarregar-se-á de:

assegurar **processo nacional de avaliação** do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

Por fim, o inciso IX afirma que cabe ao governo federal “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar cursos e instituições de educação superior”.

O Plano Nacional de Educação 2001-2010 estabeleceu as diretrizes para os planos decenais de educação dos estados e previu a criação de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação. O art. 4º da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2011, que aprovou o Plano Nacional de Educação 2001-2010, explicitava que “a União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do PNE”.

Dentre os objetivos e prioridades do Plano Nacional de Educação 2001-2010, observa-se uma referência à educação profissional quanto ao

Desenvolvimento de **sistemas de informação e de avaliação** em todos os níveis e modalidades de ensino, **inclusive educação profissional**, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

Ainda na descrição do Plano Nacional de Educação 2001-2010, no texto que trata dos objetivos e metas da educação superior, são destacados quatro tópicos relativos à avaliação educacional, seja do sistema, da instituição ou de cursos, descritos a seguir:

6. Institucionalizar um amplo e diversificado **sistema de avaliação interna e externa** que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.
7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de **avaliação institucional e de cursos**, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa.
8. Estender, com base no **sistema de avaliação**, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não-universitárias públicas e privadas.
9. Estabelecer sistema de credenciamento periódico das instituições e reconhecimento periódicos dos cursos superiores, apoiado no **sistema nacional de avaliação**.

Observa-se que a avaliação educacional aparece no Plano Nacional de Educação 2001-2010 de forma mais detalhada no tocante ao ensino superior. Em contraponto, na educação profissional, ela aparece de modo abrangente e indefinido. Entretanto, ainda assim, o PNE constitui-se marco importante para avaliação educacional, uma vez que trouxe consigo avanços na ordem da política educacional e seus determinantes.

O Projeto de Lei nº 8.035/2010, atualmente tramitando no Congresso Nacional, propõe a aprovação do Plano Nacional de Educação relativo aos anos de 2011 a 2020 e define dez diretrizes objetivas e vinte metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. Dentre tais diretrizes, o texto prevê formas de monitoramento pela sociedade, de modo a cobrar cada uma das conquistas previstas e avaliação e acompanhamento periódico e individualizado de todos os envolvidos na educação do país – estudantes, professores, profissionais, gestores e demais profissionais.

O art. 11 desse PL explicita que:

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da Educação Básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.

Em complementação ao disposto acima, a Meta 7 do Plano Nacional de Educação 2011-2020, a qual dispõe sobre o estabelecimento e atingimento de médias nacionais para o Ideb, apresenta, como estratégia, o aprimoramento “contínuo dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental e incorporar o exame nacional de ensino médio ao sistema de avaliação da educação básica”, ampliando, assim, o escopo do sistema.

Para esse novo momento histórico da educação brasileira, relativo ao decênio que compreende a segunda década do século XXI, o novo Plano Nacional de Educação 2011-2020 amplia o fazer da avaliação educacional dentro da perspectiva da avaliação da educação básica e da Educação Profissional, dando-lhes regularidade no campo da avaliação dos sistemas em prol da educação de qualidade.

A Meta 11, por sua vez, objetiva “duplicar as matrículas da educação profissional e tecnológica técnica de nível médio, assegurando a **qualidade** da oferta”.

Nessa perspectiva, a educação profissional e tecnológica e tecnológica aponta para a possibilidade de mudança na concepção dos processos de formação para o trabalho que, sem diminuir a importância da articulação entre a Educação Profissional e Tecnológica e o mundo da produção e do trabalho, sugiram à localização das políticas de Educação Profissional e Tecnológica e tecnológica para além de objetivos estritamente econômicos (...). (BRASIL, 2010)

No Plano Nacional de Educação 2011-2020, destaca-se importante estratégia relacionada à qualidade da educação profissional e tecnológica:

Estratégia 11.7: Institucionalizar **sistema de avaliação da qualidade** da educação profissional técnica de nível médio das redes públicas e privadas.

Por fim, um recente marco legal que explicita a presença da avaliação educacional no âmbito da educação profissional técnica de nível médio é a Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O art. 39 desse documento faz referência à avaliação da educação profissional técnica de nível médio nos seguintes termos:

Art. 39. Na formulação e no desenvolvimento de política pública para a Educação Profissional e Tecnológica, o Ministério da Educação, em regime de colaboração com os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação e demais órgãos dos respectivos sistemas de ensino, promoverá, periodicamente, **a avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**, garantida a divulgação dos resultados, com a finalidade de:

I – promover maior articulação entre as demandas socioeconômico-ambientais e a oferta de cursos, do ponto de vista qualitativo e quantitativo;

II – promover a expansão de sua oferta, em cada eixo tecnológico;

III – promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional;

IV – zelar pelo cumprimento das responsabilidades sociais das instituições mediante valorização de sua missão, afirmação da autonomia e da identidade institucional, atendimento às demandas socioeconômico-ambientais, promoção dos valores democráticos e respeito à diferença e à diversidade.

Ressalta-se, desse modo, que a legislação avança na perspectiva da avaliação educacional referente à educação profissional e tecnológica, atribuindo-lhe o desenvolvimento de processos qualitativos, seja em nível da efetividade social e pedagógica ou mesmo de infraestrutura para a oferta de cursos nas instituições de ensino.

Enfim, observa-se nos documentos legais citados a vinculação entre educação de qualidade, avaliação e educação profissional e tecnológica, tornando-se, assim, tais documentos, uma referência primordial. No entanto, é importante frisar que a possibilidade de avaliação nas instituições não se dá apenas a partir de marcos legais. Para garantir a sua real existência, necessário se faz estruturar aspectos essenciais na instituição escolar quanto à execução da avaliação institucional. Dificuldades de ordem financeira, administrativa, técnico-pedagógica e, até mesmo, humana e cultural, podem ser citadas como importantes desafios a serem vencidos para a implementação de um sistema nacional de avaliação.

2.2 Experiências nacionais

2.2.1 Avaliação da Educação Superior

A avaliação da educação superior no Brasil teve um marco importante com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

O Sinaes avalia a educação superior e tem como objetivo geral assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Os objetivos específicos do Sinaes incluem:

- identificar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação;
- traçar panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no Brasil;
- orientar a expansão da oferta da educação superior;
- melhorar a qualidade da educação superior;
- promover a responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior, respeitando a identidade institucional e a autonomia;
- produzir indicadores e sistema de informações;
- subsidiar processo de regulamentação de cursos superiores; e
- garantir transparência de dados sobre a qualidade da educação superior para a sociedade.

As informações obtidas com o Sinaes são utilizadas pelas instituições de Ensino Superior para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

A operacionalização e condução do Sinaes é de responsabilidade do Inep e os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

A Conaes, instituída pelo art. 6º da Lei nº 10.861, de 2004, possui as seguintes atribuições:

- propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;
- submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade);
- elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;
- realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

O Sinaes realiza a avaliação de três objetos: instituições, cursos e desempenho de estudantes. Cada um dos objetos é avaliado considerando dimensões específicas, por meio de autoavaliação (avaliação interna), de avaliação externa e do Enade.

A autoavaliação, realizada pela própria instituição, é o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação, e deve articular um autoestudo a partir de roteiro geral e comum, proposto em base nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, projeto institucional, cadastro e censo. É conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada nas instituições de Ensino Superior com atribuição de conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de coleta de informações. Ao final

desse processo, a CPA deve produzir relatório, contendo todas as informações e demais elementos avaliativos constantes do já referido roteiro, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico que a instituição de Ensino Superior pretende empreender em decorrência do processo de autoavaliação, identificação dos meios e recursos necessários para a realização de melhorias, assim como uma avaliação dos acertos e equívocos do próprio processo de avaliação.

A avaliação externa, por sua vez, é feita por comissões de avaliadores designadas pelo Inep, integradas por membros externos à instituição avaliada, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos por suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias. Essa avaliação caracteriza-se pela visita *in loco* aos cursos e instituições públicas e privadas e destina-se a verificar as condições de ensino, em especial aquelas relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica.

O Enade é utilizado apenas para avaliação de estudantes, dele participando atualmente estudantes concluintes dos cursos avaliados, que fazem uma prova de formação geral e formação específica⁴. A avaliação é apresentada por meio de conceitos, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de expressarem com maior fidedignidade o desempenho dos estudantes.

O Censo da Educação Superior é um instrumento independente que possui um grande potencial informativo, podendo trazer importantes elementos de reflexão para a comunidade acadêmica, o Estado e a população em geral. Por isso, os instrumentos de coleta de informações censitárias integram também os processos de avaliação institucional, oferecendo informações úteis à compreensão da instituição e do sistema. Os dados do Censo também fazem parte do conjunto de análises e estudos da avaliação institucional interna e externa, contribuindo para a construção de dossiês institucionais e de cursos a serem publicados no e-MEC.

As informações do e-MEC, de acordo com as orientações do Inep e da Conaes, também são levantadas e disponibilizadas para acesso público são matéria de análise por parte das comissões de avaliação nos processos internos e externos de avaliação institucional, formando a base para a orientação permanente da sociedade em geral sobre o desempenho de cursos e instituições.

No âmbito do Sinaes e da regulação dos cursos de graduação no país, é prevista a avaliação periódica dos cursos e de instituições para credenciamento e credenciamento de instituições e para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Os resultados de avaliação externa considerados insatisfatórios ensejam a celebração de protocolo de compromisso firmado entre instituições de Ensino Superior (IES) e o Ministério da Educação, no qual se estabelecerão encaminhamentos, procedimentos e ações, com indicação de prazos e métodos a serem adotados pela IES para a superação das dificuldades.

O Ministério da Educação divulga o resultado da avaliação das IES e dos cursos de graduação, abrangendo tanto instrumentos de informação (dados do Censo da Educação Superior, do cadastro e-MEC e índices de qualidade⁵) quanto os conceitos das avaliações para os atos de renovação, de

⁴ Atualmente, estudantes ingressantes desses cursos são avaliados por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), diferentemente do que ocorria em edições anteriores, quando ingressantes e concluintes prestavam o mesmo exame de modo a avaliar a contribuição do curso na formação do estudante.

⁵ Atualmente, são os seguintes os índices de qualidade da Educação Superior: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC). O CPC é calculado por meio da nota do Enade e de indicadores do corpo docente, da organização didático-pedagógica e da infraestrutura da instituição. O IGC é resultado da média ponderada dos CPC da graduação no triênio de referência e dos Conceitos da Capes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Instituição de Educação Superior.

reconhecimento e de credenciamento⁶. A integração dos instrumentos utilizados no Sinaes permite a atribuição de conceitos, ordenados numa escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

2.2.2 Avaliação da Educação Básica

A avaliação da educação básica no Brasil se desenvolve, especialmente, por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O **Sistema de Avaliação da Educação Básica** foi estabelecido pela Portaria MEC nº 931, de 21 de março de 2005, e reestruturado pela Portaria MEC nº 931, de 21 de março de 2005.

O Saeb tem como objetivos:

- avaliar a educação básica brasileira;
- realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante;
- contribuir para a melhoria de sua qualidade, para a universalização do acesso à escola e para a equidade e a eficiência do ensino;
- oferecer subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica nas esferas municipal, estadual e federal;
- oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados; e
- fornecer indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado.

Desde 1995, o Saeb adota uma metodologia de construção do teste e análise de resultados baseada na Teoria de Resposta ao Item (TRI), abrindo a possibilidade de comparabilidade dos resultados das avaliações ao longo do tempo. O público avaliado é formado por estudantes das etapas finais dos ciclos de escolarização (5º e 9º ano do ensino fundamental) e da 3ª série do ensino médio.

O Saeb é composto por três processos de avaliação externa em larga escala:

- a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), realizada bianualmente por amostragem nas redes de ensino públicas e privadas, em cada unidade da Federação, e que tem foco nas gestões dos sistemas educacionais;
- a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), também denominada Prova Brasil, avaliação censitária realizada bianualmente que tem foco em unidades de redes públicas; e
- a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), avaliação censitária anual que envolve estudantes do terceiro ano do ensino fundamental das escolas públicas.

A Aneb utiliza procedimentos de avaliação amostral das redes públicas e privadas, atendendo aos critérios estatísticos de, no mínimo, 10 (dez) estudantes por turma, com foco na gestão da educação básica. É realizada a cada dois anos e abrange, de maneira amostral, estudantes matriculados no 5º ano e no 9º do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio das escolas de redes públicas e privadas do país, localizadas em áreas urbanas e rurais. Tem como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação.

A Anresc, também denominada Prova Brasil, é uma avaliação censitária, também realizada bianualmente, aplicada a estudantes matriculados no 5º ano e no 9º do ensino fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal. Esse exame avalia a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas, considerando aquelas que possuem, no mínimo, 20 (vinte) alunos matriculados nos

⁶ A partir de verificação *in loco* em processo de avaliação externa, são atribuídos o Conceito Institucional (CI) e o Conceito de Curso (CC).

anos avaliados. Os resultados são disponibilizados por escola e por ente federativo e integram o cálculo para o estabelecimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O objetivo dessa avaliação é auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino.

A ANA é avaliação censitária, de realização anual, criada pela Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), e recém incorporada ao Saeb. É aplicada a estudantes do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento e as condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas.

O **Exame Nacional do Ensino Médio**, desenvolvido anualmente pelo Inep, foi instituído pela Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998, e com alterações posteriores.

O Enem tem por objetivos:

- avaliar a qualidade do ensino médio oferecido no país;
- verificar o desempenho dos estudantes ao final da educação básica;
- auxiliar o Ministério da Educação na elaboração de políticas educacionais de melhoria do ensino; e
- contribuir para a qualidade da educação desse nível de escolaridade.

A partir desses objetivos, o Enem passou a ser utilizado também como instrumento de política pública para:

- unificar os exames de vestibular das universidades federais brasileiras como mecanismo de acesso ao ensino superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU);
- unificar os exames de seleção das instituições ofertantes de cursos técnicos subsequentes como mecanismo de acesso por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec);
- certificar a conclusão do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em complementação ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); e
- qualificar a percepção de bolsa de estudo integral ou parcial em universidades ou faculdades privadas por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e a obtenção de financiamento pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Embora não incorporado ao Saeb, o Enem é referência em avaliação para a educação básica, dado que adota provas unificadas a partir da metodologia de Teoria de Resposta ao Item (TRI) de construção de testes e análise de resultados. A realização do Enem vem norteando a construção do currículo do ensino médio e os processos de ensino e aprendizagem nas escolas de todo o país.

2.2.3 Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Como modalidade, a educação profissional e tecnológica se articula tanto à educação básica, por meio de cursos técnicos de nível médio, quanto à educação superior, por meio de cursos superiores de tecnologia. Entretanto, a educação profissional e tecnológica não foi referenciada nos sistemas de avaliação nacionalmente instituídos para os dois níveis de educação, o Saeb e o Sinaes, exceto como parte da avaliação, respectivamente, de cursos técnicos na forma articulada e de cursos de graduação e instituições ofertantes de educação superior.

Embora não inserida no contexto das avaliações empreendidas nacionalmente, algumas experiências de avaliação da educação profissional e tecnológica têm se apresentado valiosas e contribuído para a qualidade dessa oferta.

Os primeiros movimentos sobre avaliação da educação profissional e tecnológica tiveram início na década de 1990, com o Sistema de Avaliação Institucional (SAI). Na época, a então Secretaria de

Educação Média e Tecnológica (Semtec) do MEC buscou implantar o sistema a partir do ano de 1996, no âmbito das Escolas Técnicas, das Escolas Agrotécnicas e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). O sistema caracterizava-se por uma avaliação externa realizada nas instituições com papel de fornecimento de dados por meio de preenchimento de formulários e por um implícito caráter de punição/premiação, visando à construção de classificação para a definição da matriz orçamentária da rede. Dessa forma, não teve êxito e foi abandonado, já que não estava necessariamente orientado à melhoria das ações educacionais.

Em 2011, com a expansão da educação profissional e tecnológica, foi premente a necessidade de instituir-se um sistema de avaliação próprio para essa modalidade, que considerasse as especificidades das instituições pluricurriculares e multiunidades e que desse conta de induzir e aferir a qualidade dos cursos ofertados. Com isso, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), por meio do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), elaborou uma proposta de instituição de um sistema de avaliação, cujos objetivos específicos eram complementar a avaliação da educação básica, contemplando a educação profissional técnica de nível médio; avaliar a qualidade da educação profissional técnica de nível médio; gerar indicadores que orientassem a melhoria da qualidade dos cursos técnicos de nível médio ofertados; e incorporar indicadores de qualidade da educação profissional técnica de nível médio aos utilizados para identificação de mérito das instituições que atuavam em diversos níveis e modalidades de ensino.

Algumas instituições e redes de características multiunidade ou *multicampi*, motivadas pelo Sinaes e pelo Saeb, e em função da necessidade de supervisão de suas unidades de ensino e dos cursos nelas desenvolvidos, decidiram pela implementação de mecanismos e estratégias de avaliação do currículo e das ofertas educacionais, por meio de avaliação interna nas unidades de ensino, conduzida por órgão gestor da instituição ou rede.

Apesar das diferenças de vinculação das instituições e redes de educação profissional e tecnológica, da heterogeneidade de tamanho e atuação, de maior ou menor autonomia administrativa e pedagógica e do mecanismo de gestão e estrutura de funcionamento das instituições, algumas dessas experiências foram compiladas e apresentam pontos em comum, que incidem sobre: os objetivos da avaliação, os objetos avaliados, os procedimentos de avaliação utilizados e a gestão do processo avaliativo.

Em geral, os objetivos da avaliação são:

- contribuir para as políticas de desenvolvimento, de educação, de elevação de escolaridade, de trabalho, de emprego e de renda;
- promover a inclusão e a efetividade social;
- promover o desenvolvimento da cidadania;
- verificar as condições de inserção no mundo do trabalho;
- melhorar e fortalecer a gestão operacional e institucional;
- orientar a qualidade da oferta;
- valorizar a cultura da avaliação e a identidade da escola; e
- proporcionar a participação do controle social na política pública e na qualidade pedagógica.

Os objetos avaliados incluem:

- instituições: infraestrutura, práticas de gestão e supervisão escolar nas dimensões pedagógica e administrativa, órgãos internos de avaliação, relação com a comunidade e setores produtivos;
- cursos: organização didático-pedagógica; projeto pedagógico de curso; construção e disseminação de conhecimento; inovação tecnológica e tecnologias sociais; e
- estudantes.

A avaliação é realizada por meio de avaliação externa – promovida por entidades ou equipes externa à unidade de ensino – e autoavaliação, com participação da comunidade escolar, aplicação de exames para estudantes e aplicação de questionários.

Na gestão do processo, destacam-se o uso de indicadores gerados a partir da ação avaliativa para monitoramento de ações e de resultados e para melhoria contínua do processo educativo e da administração e a divulgação e socialização de resultados à comunidade.

Um aspecto diferencial verificado em uma das experiências avaliativas diz respeito à avaliação de egressos⁷ da educação profissional e tecnológica, para a qual também contribuem os empregadores, proporcionando um olhar alargado sobre o mundo do trabalho.

Outras experiências inovam no acompanhamento sistemático desde o acesso dos estudantes aos cursos, na utilização de metodologia pautada no diálogo social para definição de indicadores de avaliação e utilização de procedimentos e, em instituições multiunidades ou *multicampi*, na verificação *in loco* em avaliações internas de cursos, realizadas por comissões supervisoras da própria instituição.

2.3 Experiências internacionais

As experiências internacionais em avaliação da Educação Profissional guardam pontos em comum. Foram sistematizadas informações relativas a:

- forma de organização da educação profissional do país;
- natureza da avaliação e procedimentos gerais adotados;
- descrição dos objetos avaliados e respectivos procedimentos e instrumentos de avaliação;
- órgão executor da avaliação; e
- pontos diferenciais do sistema.

Para fins desse trabalho, foram elencados trabalhos desenvolvidos nos hemisférios norte e sul, em particular as experiências da Alemanha, da França, do Reino Unido, dos Estados Unidos e do Chile.

Nos países europeus, são três os principais modelos de Educação Profissional, representados, aqui, pela Alemanha, pela França e pelo Reino Unido.

Na Alemanha, verifica-se dominância do sistema dual de treinamento profissional, marcada pelos elos de responsabilidade mútua, comunal e de preocupação com o todo, com alto investimento do setor produtivo. O sistema dual é amplamente independente do sistema educacional e tem a empresa como lugar por excelência para a aprendizagem, sendo por ela predominantemente custeado. Prevalece, assim, a interação entre os atores privados autônomos e o controle pela Justiça.

No que se refere à formação profissional, destaca-se a participação dos Ministérios da Economia e Tecnologia ou outra pasta competente, de acordo com o Ministério da Educação e da Pesquisa. São estabelecidos padrões de qualidade para a educação e a validação das competências técnicas, sociais e metodológicas se faz pelo exame externo dos aprendizes, orientado para a prática profissional. Além de um exame intermediário, com provas prática e escrita, o exame final atesta a capacidade do egresso da Educação Profissional para exercer a profissão.

A França, diferentemente, adotou modelo burocrático, de matriz estatal, e centralizou a formação profissional na escola, sob a égide do financiamento e regulamentação estatais. O sistema educacional francês é financiado primordialmente pelo Estado e tem como pretensão proporcionar uma formação profissional inicial a todos os jovens e formação continuada aos adultos. Nesse sistema, cada escola se autoavalia e é avaliada externamente, tendo os seus resultados publicados.

No Reino Unido, o mercado tem primazia na regulação da educação profissional e a avaliação do processo educacional possui relação direta com o devido aproveitamento das verbas, segundo padrões e resultados públicos de avaliações. O Estado distribui fundos aos diferentes níveis educacionais e aos

⁷ Uma experiência pioneira de avaliação de egressos foi desenvolvida pela Setec/MEC, em 2008, com a publicação de uma pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos das instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica.

governos locais, que também aportam investimentos adicionais nas escolas. A educação secundária mantém diferenças entre as trajetórias educacionais geral e profissionalizante, com o estímulo ao funcionamento das leis de mercado e a intervenção do Estado visa facilitar e acelerar o processo de preparo profissional, mantendo, porém, a influência dos empresários.

Nos Estados Unidos, o governo federal estabelece políticas, programas e projetos de interesse nacional, com adesão voluntária dos estados. Os estados, por sua vez, operam as escolas e têm amplas funções legislativas e organizacionais, tais como o estabelecimento de padrões acadêmicos e diretrizes curriculares, aprovação de leis reguladoras dos conteúdos do ensino, criação de normas para a avaliação externa dos estudantes e a gestão das instituições estaduais de educação superior.

Apresentamos, a seguir, a experiência do sistema de avaliação do Chile, tendo em vista suas característica e sua contribuição ao presente trabalho.

O processo de avaliação inicia-se com a revisão dos resultados da autoavaliação institucional, respeitando-se o projeto pedagógico institucional e considerando o contexto da instituição, a partir do que as instituições de ensino são classificadas em categorias de acordo com seu desempenho, representando ponto de partida para orientação de escolas e da sociedade, dado que os resultados por elas obtidos são divulgados à comunidade e seu reconhecimento oficial pode ser revogado.

A avaliação das instituições está baseada em indicadores que devem ser precisos, objetivos e de fácil compreensão, e que devem considerar também os resultados de aprendizagem dos estudantes, os resultados das avaliações de desempenho dos professores, quando for o caso, e outros indicadores de qualidade.

A avaliação do estudante é feita por meio da aplicação de testes de múltipla escolha, corrigidos eletronicamente, e de questões dissertativas, corrigidas por profissionais. Tais provas são utilizadas para avaliar os resultados da aprendizagem dos estudantes e, por consequência, o resultado dos próprios estabelecimentos, avaliando, ainda, o cumprimento dos conteúdos curriculares e habilidades em diferentes disciplinas ou áreas de aprendizagem.

Um diferencial do sistema de avaliação desenvolvido no Chile é a inclusão dos gestores educacionais como objeto de avaliação, cujo desempenho é medido por meio de questionários. A análise da gestão reconhece o contexto em que o ensino se dá e deve levar em conta as características dos estudantes e outras variáveis do entorno. Por essa razão, o resultado é significativo, representando sinal de eficácia da escola, que, ao considerar as dificuldades do contexto educacional, mostra o desempenho da propriedade e características de seus estudantes.

A partir dos resultados obtidos, é criado um sistema Nacional de Avaliação de Desempenho (SNED) das instituições, calculado a partir das medidas de seis fatores – eficácia, superação, iniciativa, melhoria das condições de trabalho e bom funcionamento da instalação, igualdade de oportunidades e integração e participação – para cada escola, numa escala de 0 a 100, sendo, portanto, o valor do índice SNED medido na mesma escala. O desempenho de cada escola é obtido a partir da soma ponderada dos valores obtidos para cada fator (F).

Em linhas gerais, as experiências de avaliação convergem para uma política em que o sistema de avaliação educacional, no qual está inserida a educação profissional, é instrumento para financiamento dessa modalidade de ensino. As iniciativas de avaliação têm o objetivo de fornecer informações para o processo de desenvolvimento curricular, estabelecer parâmetros para otimizar a alocação de recursos e melhorar a qualidade e a equidade da educação.

As instituições, que passam por processo de avaliação interna e externa, realizada periodicamente como mecanismo integrante do sistema de avaliação, e os estudantes, que prestam exames de desempenho, de acordo com bases curriculares nacionais, são os principais objetos de avaliação. Tal sistema está a cargo de instituição nacional vinculada à aferição da qualidade da educação, sendo obrigatória para os estabelecimentos de ensino que recebem subvenção ou financiamento do governo, com caráter regulatório.

A presença e utilização de indicadores na análise dos resultados, que são devidamente divulgados, para proposição de caminhos institucionais, de modo a desenvolver potencialidades e superar deficiências, é outro ponto em comum em todas as experiências pesquisadas, e indica a utilização do sistema de avaliação como possibilidade de controle social.

3. SISTEMAS E BASES DE INFORMAÇÃO

A utilização de sistemas e bases de informação relativos à educação, ao trabalho e ao desenvolvimento social e econômico, já implementados e consolidados, constitui elemento importante no estabelecimento de indicadores quantitativos e podem contribuir com a discussão vinculada à educação profissional e tecnológica.

3.1 Educação

No âmbito dos sistemas que coletam e disponibilizam informações relativas à educação, apresentam-se: o Censo Escolar da Educação Básica, o Censo da Educação Superior e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

3.1.1 Censo Escolar da Educação Básica

O Censo Escolar da Educação Básica é realizado anualmente e coordenado pelo Inep, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios e contando com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. O Censo é de preenchimento obrigatório pelas instituições de ensino, de forma a manter permanentemente atualizadas as informações legais e administrativas referentes às instituições e cursos da educação básica. O Censo Escolar da Educação Básica tem o objeto de subsidiar a elaboração de análises, diagnósticos e o planejamento do sistema educacional e a formulação de políticas públicas e execução de programas da educação básica.

É o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar na educação básica e abrange a educação infantil, os ensinos fundamental e médio, a educação especial, a educação profissional e tecnológica e a educação de jovens e adultos (EJA).

Os dados são coletados por meio de um sistema *on line* denominado *Educacenso*, com cadastro único em uma base de dados centralizada, que utiliza ferramentas *web* não só para coleta, mas também para organização, transmissão e disseminação dos dados censitários, mediante o cruzamento de informações.

As informações sobre as unidades escolares abrangem dados referentes à infraestrutura disponível e equipamentos de multimídia; modalidades de escolarização oferecidas; organização do ensino fundamental; localização, dependência administrativa, mantenedora e tipo de escola privada, escolas privadas conveniadas com o poder público, dentre outras. Os cadastros de estudantes e de profissionais em sala de aula, por sua vez, apresentam informações individualizadas sobre esses sujeitos, enquanto o cadastro da turma fornece informações que possam caracterizar cada uma das turmas da instituição.

As informações específicas sobre a educação profissional e tecnológica estão disponíveis no cadastro de turma, em que serão incluídos, a partir de 2014, campos para coleta de dados sobre: formação inicial continuada ou qualificação profissional, com informações sobre cursos FIC articulados ao nível fundamental e ao nível médio, regular e na modalidade EJA; e educação profissional técnica de nível médio, com informações sobre cursos técnicos integrados e concomitantes, regular e na modalidade EJA e cursos técnicos subsequentes. Ainda será possível coletar as ofertas na modalidade de educação a distância.

A partir dos dados coletados, é calculado um amplo conjunto de indicadores que possibilitam monitorar o desenvolvimento da educação brasileira, como o Índice de Desenvolvimento da Educação

Básica (Ideb), as taxas de rendimento e de fluxo escolar, a distorção idade-série, dentre outros, e que servem de referência para as metas do Plano Nacional da Educação (PNE). O Censo Escolar da Educação Básica realiza a coleta de dados anualmente, dentro do próprio exercício.

O Censo da Escolar da Educação Básica está disponível no endereço <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>.

3.1.2 Censo da Educação Superior

O Censo da Educação Superior tem caráter e sistemática similar ao Censo Escolar da Educação Básica. É igualmente realizado pelo Inep e coleta de dados sobre a educação superior com o objetivo de oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade em geral informações detalhadas sobre a situação e as grandes tendências do setor.

O Censo da Educação Superior reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presencial ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. Os dados são coletados a partir do preenchimento dos questionários, por parte das Instituições de Ensino Superior (IES) e por importação de dados do sistema e-MEC. O Censo da Educação Superior realiza a coleta de dados anualmente, no exercício posterior.

O Censo da Educação Superior está disponível no endereço <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>.

3.1.3 Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

O Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) foi instituído e implantado por meio da Resolução CNE/CEB nº 03, de 2009, em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT). Todas as unidades de ensino que ofertam cursos técnicos de nível médio, independentemente da sua categoria administrativa (pública e privada), sistema de ensino (federal, estadual, distrital e municipal) e nível de autonomia, devem cadastrar e manter atualizados no SISTEC os dados gerais das unidades de ensino e dos cursos ofertados e respectivas matrículas.

A partir da recente assinatura de Acordo de Cooperação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Sistec passará a integrar-se ao Sistema MTE Mais Emprego, para o acompanhamento e a inserção profissional dos estudantes egressos da educação profissional e tecnológica.

O Sistec está disponível no endereço <http://sistec.mec.gov.br/>.

3.1.4 Sistema e-MEC

O e-MEC foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o credenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente.

O e-MEC está disponível no endereço <https://emec.mec.gov.br/>.

3.2 Trabalho, emprego e renda

No âmbito dos sistemas que coletam e disponibilizam informações relativas a trabalho, emprego e renda, apresentam-se: a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e o Portal do Empreendedor/ Microempreendedor Individual.

3.2.1 Relação Anual de Informações Sociais

A Relação Anual de Informações Sociais, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, e mantida pelo MTE, é importante instrumento de coleta de dados e de gestão governamental do trabalho, que tem por objetivos o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Os dados coletados pela Rais constituem expressivos insumos para atendimento das necessidades da legislação da nacionalização do trabalho, de controle dos registros do FGTS, dos Sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários, de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial e de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/Pasep.

A partir da Rais, é possível obter informações sobre vínculos laborais de uma ampla gama de empregados urbanos e rurais, contratados por prazo indeterminado ou determinado, trabalhadores temporários, servidores da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, bem como das fundações supervisionadas, servidores públicos não-efetivos, trabalhadores avulsos, trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado nas diversas esferas, trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural, servidores e trabalhadores licenciados, servidores públicos cedidos e requisitados e dirigentes sindicais.

Cabe ressaltar que os dados da Rais de um determinado ano é sempre disponibilizada no exercício seguinte.

A Rais está disponível no endereço <http://www.rais.gov.br/>.

3.2.2 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mantido pelo MTE, foi criado por meio da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), servindo como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais.

Os estabelecimentos que tenham admitido, desligado ou transferido empregado com contrato de trabalho regido pela CLT, ou seja, que tenham efetuado qualquer tipo de movimentação em seu quadro de empregados, devem declarar essa movimentação no Caged mensalmente, mesma periodicidade de disponibilização dos dados do Caged. São cadastrados no Caged: empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado; trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural; aprendiz contratado nos termos do art. 428 da CLT; e trabalhadores temporários (opcional).

Atualmente, está em implementação, pelo MTE, a implantação de um novo sistema, que unirá essas duas bases de dados, denominado e-Social.

O Caged está disponível no endereço <http://portal.mte.gov.br/caged/>.

3.2.3 Portal MTE mais Emprego

O Portal MTE mais Emprego oferece à sociedade um meio de interação com as políticas de emprego do Ministério do Trabalho e Emprego. Nele, os trabalhadores podem acessar informações de benefício seguro-desemprego, consultar vagas disponíveis, fazer o pré-cadastro no Sistema Nacional de Emprego (Sine) e manifestar interesse em cursos de qualificação profissional e em processos de certificação profissional. Por outro lado, os empregadores podem enviar requerimentos de seguro-desemprego, disponibilizar vagas e realizar consultas a trabalhadores inscritos no Sine, enviar proposta de cursos de qualificação profissional e de processos de certificação profissional e obter acesso aos portais do Caged e da CBO.

O Portal MTE mais Emprego está disponível no endereço <http://maisemprego.mte.gov.br/>.

3.2.4 Portal do Empreendedor / Microempreendedor Individual

O Portal do Empreendedor / Microempreendedor Individual disponibiliza cadastros de formalização do Microempreendedor Individual (MEI). A Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado, estimulando a formalização.

Os relatórios estatísticos fornecidos disponibilizam informações, conforme seleção (por ano, por mês, por município, por Estado, por Classificação Nacional de Atividades Econômicas, por gênero, por forma de atuação, por faixa etária), sobre:

- microempreendedores individuais formalizados no portal do empreendedor, com aqueles que se formalizaram por meio do portal do empreendedor (grande maioria dos registros);
- empresários individuais microempresas que optaram pelo SIMEI no início do exercício fiscal; e
- total geral de microempreendedores individuais.

O Portal do Empreendedor / Microempreendedor Individual está disponível no endereço <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>.

3.3 Desenvolvimento social e econômico

No âmbito dos sistemas que coletam e disponibilizam informações relativas a desenvolvimento social e econômico, apresentam-se: o Sistema de Monitoramento do Programa Brasil Sem Miséria, o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Os sistemas e bases de informação vinculados ao desenvolvimento social e econômico, com pertinência para a avaliação da educação profissional e tecnológica, são organizados e mantidos, principalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O MDS conduz importantes pesquisas e estudos avaliativos para aprimoramento dos programas e ações do Ministério, em particular o Sistema de Monitoramento do Programa Brasil Sem Miséria. Por meio desses instrumentos, o MDS e suas Secretarias obtêm informações para elaboração de diagnósticos aprofundados acerca dos públicos-alvo de suas políticas, insumos para desenho e redesenho de programas, conhecimento acerca da implementação de ações e serviços em diferentes contextos no país e evidências empíricas específicas dos resultados e impactos de sua atuação.

Por outro lado, o IBGE, organização pública diretamente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e responsável pelas estatísticas sociais, demográficas e econômicas brasileiras, – constitui-se o principal provedor de dados e informações do Brasil, os quais atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. O IBGE tem como funções produzir documentação e disseminar informações demográficas, sociais e econômicas; produzir, analisar, coordenar e consolidar informações estatísticas e geográficas; estruturar e implantar sistema de informações ambientais; e coordenar os sistemas estatístico e cartográfico nacionais. O IBGE é o responsável por fazer o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

3.3.1 Sistema de Monitoramento do Programa Brasil Sem Miséria

O Sistema de Monitoramento do Programa Brasil Sem Miséria, desenvolvido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), desenvolve pesquisas de avaliação com abordagem multimétodos, dependendo das questões a serem investigadas, do prazo e recursos disponíveis, podendo ser empregadas uma ou mais técnicas de pesquisa social com os diferentes sujeitos envolvidos – beneficiários de programas, públicos específicos, população em geral, técnicos e gestores de

programas, em amostras intencionais ou probabilísticas, com representatividade nacional ou de contextos específicos.

Por meio do sistema são também produzidos estudos avaliativos por meio de revisões de pesquisas de avaliação já realizadas sobre programas (meta-avaliações), de análises comparadas de políticas e programas existentes no Brasil e no mundo, e de estudos técnicos baseados em fontes documentais ou bases de dados secundárias.

O Sistema de Monitoramento do Programa Brasil Sem Miséria está disponível no endereço <http://www.brasilsemiseria.gov.br/>.

3.3.2 Censo Demográfico

O Censo Demográfico, realizado a cada dez anos, constituiu-se o grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas características socioeconômicas, com o perfil da população e as características de seus domicílios, e, ao mesmo tempo, base sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado da década subsequente.

A sinopse do Censo Demográfico compreende um levantamento minucioso de todos os domicílios do país, com informações sobre características da população e dos domicílios, segundo a espécie e população residente nas Unidades da Federação e municípios.

A educação é um dos parâmetros básicos do desenvolvimento econômico e social, com reflexos sobre a produtividade da força de trabalho e a evolução do mercado de trabalho, tendo implicações significativas sobre saúde, fecundidade e outros temas sociais.

No tocante ao trabalho, tema particularmente caro à educação profissional e tecnológica, os dados censitários são essenciais para a análise da estrutura social e econômica do País, da sua evolução e tendências, em particular no que diz respeito ao conhecimento da população economicamente ativa (ocupação e desocupação) e suas características. O Censo Demográfico levanta inúmeras informações que permitem avaliar as condições de funcionamento do mercado de trabalho, com destaque para o número de trabalhadores, a atividade do empreendimento e a ocupação do trabalhador, a posição na ocupação, posse de carteira de trabalho, horas trabalhadas e o rendimento do trabalho.

Outro dado a ser destacado refere-se ao deslocamento de cidadãos para estudar e trabalhar em um mesmo município ou entre municípios distintos e a duração desse deslocamento dada a capilaridade e a abrangência das instituições e redes que ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

A partir dos dados do Censo Demográfico é possível retratar, para níveis geográficos detalhados, a população e suas condições de vida, dando resposta a questões referentes à quantidade de habitantes, como são e onde e como vivem, sendo, então, fundamentais para acompanhar evolução da ocupação do território e planejar o seu desenvolvimento sustentável e para avaliar e planejar ações, programas e políticas.

As informações e os dados são disponibilizadas no endereço <http://www.ibge.gov.br/>.

3.3.3 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua substitui a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), feitas também pelo IBGE. As informações são coletadas em todo o país e os dados são divulgados a cada três meses. A Pnad Contínua é parte do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que se constitui em um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares.

A Pnad Contínua tem por objetivo produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho e de características tais como idade, sexo e nível de instrução, bem como permitir o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País através da produção de dados anuais sobre outras formas de trabalho, trabalho infantil, migração, entre outros.

A pesquisa básica investiga, de forma contínua, os temas definidos como de maior importância para medir e acompanhar o nível socioeconômico da população, tais como habitação e mão de obra, além de características demográficas e educacionais. Abrange a população residente em domicílios particulares permanentes e em unidades de habitação em domicílios coletivos. A coleta de informações obedece a uma série de conceitos e definições operacionais, iguais ou assemelhados aos utilizados em várias outras pesquisas domiciliares, inclusive o Censo Demográfico, o que facilita sobremaneira a comparação dos indicadores produzidos por esse tipo de levantamento.

As pesquisas suplementares, como a que foi realizada em 2007 para a educação profissional e tecnológica, aprofundam os temas permanentes e investigam outros assuntos de interesse que se interliguem com os da pesquisa básica e as pesquisas especiais abordam assuntos de maior complexidade, que exigem tratamento à parte da pesquisa básica, podendo até requerer um esquema de amostragem distinto.

Essas informações estão disponíveis no portal do Ibge na *internet*, no endereço <http://www.ibge.gov.br/>, onde também podem ser encontrados os microdados da pesquisa para facilitar a exploração de sua base de dados segundo perspectivas diversas.

PARTE II – MARCO PROPOSITIVO

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Apresenta-se, nesse documento, uma proposta de avaliação de cunho crítico e formativo, ao se instituir um sistema de avaliação educacional que busca proporcionar a construção de novos sentidos à prática educativa no âmbito da educação profissional e tecnológica brasileira cujo foco é a formação cidadã e a transformação social.

Apresentam-se, à sequência, os princípios da educação profissional e tecnológica, as concepções de avaliação e de qualidade em educação, os princípios e atributos da avaliação da educação profissional e tecnológica e a concepção do sistema de indicadores para o Sinaep.

4.1 Princípios da educação profissional e tecnológica

Assim perspectivado, o Sinaep constitui-se indutor de formação profissional com qualidade social e de desenvolvimento das instituições, por meio de uma avaliação processual e dialógica. Essa proposição ancora-se na concepção de educação cidadã, a fim de contribuir efetivamente, para a construção de uma sociedade mais inclusiva, participativa e igualitária. Inscreve-se, pois, o paradigma de educação para cidadania como requisito político e pedagógico para que as instituições educativas cumpram sua função social e para que se consolide uma proposta de avaliação emancipatória.

Essa iniciativa visa promover reflexões sobre a filosofia educativa da instituição avaliada, as referências básicas quanto à função social, as concepções de mundo, de sociedade, de ser humano e de educação, as aspirações e projetos institucionais, os aspectos implícitos aos processos de ensino e de aprendizagem e as relações interpessoais.

Na configuração dessa proposta, a educação, em sentido *lato*, é compreendida como prática social e política que implica uma concepção de mundo centrada no ser humano inserido num contexto sociohistórico. Portanto, contrapondo-se à vertente da simples reprodução do conhecimento, do ensino, da instrução e do treinamento, assume-se a educação como direito de cidadania que se efetiva como prática social. O cerne dessa tendência é o compromisso ético-político com a sociedade, caracterizada pela educação como prática para a cidadania, a atuação no mundo do trabalho, a emancipação dos sujeitos e a transformação social, sob os pressupostos de igualdade e justiça.

Nesse entendimento, o Sinaep apoia-se em princípios basilares que consideram a educação como:

- **Direito social e dever do Estado**, para corresponder às aspirações da sociedade por um país democrático, justo e isonômico. Esse princípio se traduz no direito de todos à educação e na responsabilização do papel do Estado na garantia da concretização dos direitos fundamentais.
- **Direito de cidadania**, para formar pessoas ativas na dinâmica do convívio social e partícipes na definição dos projetos de desenvolvimento nos âmbitos público e privado, pessoais e coletivos. Nessa perspectiva, a educação configura-se canal que contribui, em conjunto com outras práticas sociais, para mudança do estado de cidadania e transformação da realidade social, quando dirigida à formação de seres humanos críticos, autônomos e emancipados.
- **Bem público**, para valorar a educação como prática social comprometida com a igual qualidade para todos. Esse é o reconhecimento formal e expresso de que a educação é interesse público que deve ser promovido e garantido pelo Estado.
- **Prática social com objetivos educativos**, para prevalecerem finalidades formativas, essencialmente, focadas na formação humana integral. Esse princípio se concretiza no conjunto das atividades pedagógicas, nas relações estabelecidas entre todos os atores que as realizam e no comprometimento político inerente à educação institucionalizada.

Em decorrência desses pressupostos, reafirma-se o importante papel que a educação profissional e tecnológica assume, como uma das modalidades da educação brasileira, na formação para a cidadania e para a inserção dos sujeitos no mundo contemporâneo.

De maneira correlata, a definição de educação profissional e tecnológica alicerça-se nas visões de educação politécnica, de *omnilateralidade* e de formação integral dos sujeitos. Essa concepção se contrapõe à histórica dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, incorporada à educação, a fim de promover processos formativos unitários e *omnilaterais*. Nesse sentido, educação profissional e formação geral têm bases formativas unitárias necessárias à plena humanização, por preconizarem o desenvolvimento de todas as dimensões humanas e não, apenas, os saberes para a adaptação do trabalhador às necessidades imediatas e exclusivas do mercado (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Assim, a educação profissional e tecnológica constitui-se processo ético-político de construção social que visa, ao mesmo tempo, a qualificação profissional e a formação integral dos sujeitos. Articulando as dimensões educação, trabalho, cultura, ciência e tecnologia, essa formação tem por finalidade contribuir para que o cidadão possa atuar como agente da produção social, do trabalho e da transformação da realidade e do entorno em que está inserido, no alcance da emancipação humana.

Assumir essa concepção implica pautar a **educação profissional e tecnológica** brasileira nos seguintes **princípios**:

- a) **formação integral dos sujeitos**, perspectivada na formação cidadã e na emancipação humana, com vistas à efetiva inserção socioprofissional e educacional dos estudantes e à articulação dos valores estéticos, políticos e éticos aos conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
- b) **articulação entre educação, trabalho, cultura, ciência e tecnologia** como base da proposta político-pedagógica e da construção de currículos fundamentados na integração, na flexibilidade, na interdisciplinaridade, na contextualização, na democracia, na sustentabilidade e na articulação entre teoria e prática;
- c) **valorização da pluralidade cultural, da inclusão social e do respeito e reconhecimento da diversidade** quanto às condições físicas, intelectuais, culturais, sociais e econômicas dos sujeitos e às identidades de gênero e étnico-raciais;
- d) **democratização do acesso** por meio da expansão da oferta educacional e da ampliação de oportunidades de inclusão social e produtiva de estudantes e trabalhadores, com a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem; e
- e) **produção, difusão e transferência de conhecimentos e tecnologias** articulados ao desenvolvimento socioprofissional e ambiental local, por meio da pesquisa aplicada, extensão tecnológica e inovação.

Nesse direcionamento, a avaliação ocupa lugar privilegiado como prática política e pedagógica capaz de diagnosticar, propor e qualificar os processos educativos com a dimensão social requerida pela concepção de educação pautada na cidadania, aliada às necessidades de transparência/conhecimento e participação no campo da gestão das políticas públicas.

Para tanto, institui-se uma prática avaliativa capaz de produzir questionamentos e reflexões críticas, incrementar diálogos e discussões, e possibilitar a participação real dos agentes nas decisões sobre a avaliação em instituições educativas, seja na concepção da proposta, na elaboração de instrumentos e coleta de dados, no encaminhamento de soluções, ou nos mecanismos de controle social.

Respeitando-se as características e especificidades das instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica, o Sinaep configura-se como iniciativa que fomenta uma avaliação mais autônoma, na busca do desenvolvimento institucional articulado à história, à identidade, às finalidades

pedagógicas e sociais, a fim de constituir-se, sobretudo, em uma proposta de avaliação de natureza democrática e participativa e de abordagem epistemológica subjetivista⁸.

4.2 Concepção de avaliação e de qualidade em educação

A avaliação - de natureza dinâmica e complexificada - é concebida como uma construção histórica e social, permeada de tensões e contradições. Assume caracteres multidimensional, pela complexidade de formas e conteúdos, e multifuncional, pela pluralidade de funções e finalidades que lhe são atribuídas no decorrer da história. Portanto, não se define a avaliação como ação abstrata. Trata-se de uma produção humana articulada a outras produções sócio-históricas de ampla interatividade e multifacetada.

Essa prática social não é patrimônio exclusivo da educação. O ato de avaliar se manifesta em diversos espaços e dimensões sociais, inserindo-se, geralmente, nos núcleos de poder. Portanto, a avaliação interessa a outros domínios públicos e tem sido praticada nos mais distintos contextos da sociedade. Desdobra-se em vários campos, com perspectivas diferenciadas e intensidades variáveis. Por essas razões, o tratamento e a aplicação de práticas avaliativas requerem registros diferenciados, angulações diversas, abordagens múltiplas e interfaces prismáticas.

É mister destacar a natureza política da avaliação, tendo em vista o fenômeno social e o caráter de instrumento decisório revestidos nessa prática. Nesse patamar, os processos avaliativos são dotados de ideologias, métodos, técnicas e abordagens correspondentes a bases teórico-metodológicas, filosóficas e epistemológicas, e são respaldados em “modelos” que correspondem a concepções distintas de mundo, de ser humano, de sociedade, de educação e de formação, a depender das perspectivas de cada contexto social em que estão inseridos.

Segundo Arcoverde (2013), o termo avaliação, em sentido amplo, significa determinar valor, merecimento ou estima de algo. Toda avaliação emite um juízo de valor que parte de parâmetro estabelecido por quem avalia. Por isso, não pode ser considerada um ato neutro, sendo, em síntese, um ato político e imbricado de intencionalidades.

No âmbito das políticas públicas, a avaliação diz respeito aos “métodos e técnicas da pesquisa social que darão sentido à busca de subsídios para propor e afirmar da contribuição ou não das mesmas para a melhoria das condições de vida da população em geral, e para a intervenção do Estado na realização e gestão da “res” pública” (ARCOVERDE, 2009, p. 3). Nesse sentido, avalia-se com a finalidade de compreender, explicar e interpretar os resultados obtidos.

Fundamentando-se nas abordagens crítica, emancipatória, democrática e formativa que devem configurar a avaliação no campo educacional, o Sinaep incorpora princípios, metodologias, instrumentos e procedimentos gerais e específicos para conferir característica própria para avaliar a educação profissional e tecnológica brasileira.

A avaliação, numa perspectiva crítica, caracteriza-se como um processo de descrição e análise de uma dada realidade, visando transformá-la. O principal objetivo é possibilitar que “as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional possam escrever sua própria história e apresentar suas próprias alternativas de ação” (SAUL, 2006, p. 61). Portanto, deve envolver a comunidade educativa na qual os sujeitos do processo convivem, considerando as condições da escola; as políticas

⁸ No modelo subjetivista, a relação sujeito-objeto acontece priorizando as capacidades do sujeito. O resultado do conhecimento deve dizer mais do sujeito do que do objeto. Os símbolos são instrumentos para analisar a realidade. A avaliação de epistemologia subjetivista se fundamenta na experiência, na socialização e nos contextos específicos e não supervaloriza os instrumentos técnicos e suas especificações. De acordo com Dias Sobrinho (2003), nesta abordagem avaliativa, recorre-se à metodologia que valoriza as experiências dos sujeitos envolvidos, utilizando linguagens e categorias do cotidiano. Para tanto, é coerente o uso de entrevistas, observações, estudos de casos, investigação histórica, análise de contextos, intervenções na realidade concreta, interação entre sujeitos, dentre outras abordagens de pesquisa e análise qualitativas.

educativas; o trabalho do professor, do corpo técnico-administrativo, de estudantes e de gestores; os resultados teóricos do ensino e da aprendizagem; e a viabilidade de aplicação social dos conhecimentos adquiridos. Nessa acepção crítica, a avaliação assume, ainda, um caráter emancipatório, calcado na luta pela construção de uma sociedade democrática, autônoma e participativa.

A avaliação é emancipatória pelo compromisso firmado com a transformação da realidade social, a partir do comprometimento com a mudança de paradigmas e com a formação de novos sujeitos ativos participativos com voz e voto. Esse enfoque pressupõe o processo de conscientização dos sujeitos e a tomada de consciência de si mesmo e de sua tarefa histórica.

A avaliação é democrática por ser fundamentada em princípios que valorizam a participação social na construção e na execução do projeto avaliativo, assim como o respeito às subjetividades e às diferenças. Os sujeitos implicados no processo avaliativo são consultados e considerados dentro de suas realidades históricas e sociais, podendo definir os objetivos, métodos e técnicas de implementação da avaliação.

A avaliação é formativa por ter a predominância do caráter pedagógico com finalidade de produzir mudanças em prol da qualidade dos processos educativos. Busca a melhoria das condições de ensino e o aperfeiçoamento dos processos de ensino e de aprendizagem, da organização curricular, das práticas pedagógicas adotadas, da pesquisa aplicada e do desenvolvimento tecnológico, visando à qualidade do conjunto de atividades e serviços educativos.

Nessa abrangência, a avaliação não se limita ao processo avaliativo em si, restrito à mensuração do desempenho da instituição relativamente às suas tradicionais funções de ensino, de produção de conhecimento, de pesquisa e inovação tecnológica e de socialização de conhecimentos e tecnologias sociais. Num espectro global, a avaliação proposta para a educação profissional e tecnológica, por exemplo, além de abranger esses aspectos e os itens relativos à característica, à identidade, às finalidades institucionais, também compreende o contexto em que o processo se insere no âmbito das reformas educacionais e das mudanças políticas e econômicas mais amplas (BELLONI, 1998).

Implica considerar as dimensões pedagógicas, sociais, ideológicas e de gestão do processo avaliativo em educação. Essa compreensão é importante porque permite situar a avaliação “como um dos eixos estruturantes das políticas educativas contemporâneas” (RISTOFF, 2000 p.23). Para tanto, faz-se necessário instituir uma prática avaliativa capaz de produzir questionamentos e reflexões críticas, incrementar diálogos e discussões, e possibilitar a participação real dos agentes nas decisões sobre a avaliação em instituições educativas, seja na concepção da proposta, na elaboração de instrumentos e coleta de dados, no encaminhamento de soluções, ou nos mecanismos de controle social.

A caracterização descrita acima indica a natureza intercomplementar e indissociável dessas quatro abordagens de avaliação em educação. São enfoques teórico-metodológicos interconectados entre si, que coexistem processualmente, em um constante movimento dialético. Essas, de fato, constituem as categorias estruturantes para atribuir sentido e significado à qualidade em educação.

O significado do termo “qualidade” pode assumir várias conotações, uma vez que o seu uso atribui juízo de valor a algo. Em se tratando de “qualidade em educação”, admite-se haver várias interpretações, a depender das concepções que subjazem às propostas. Historicamente, como forma de verificar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos projetos e programas e das políticas públicas educacionais, em várias instâncias implementam-se processos de avaliação educacional que determinam padrões indutores da qualidade em educação. Dentro das possibilidades, dos limites e dos alcances da qualidade idealizada, pode-se incentivar apenas o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos projetos pedagógicos; também pode-se induzir, exclusivamente, maior aquisição da cultura acadêmica ou científica; pode-se ainda incentivar um tipo de formação que mais atenda a capacidade técnica para servir ao sistema produtivo, no qual a educação se coloca a serviço do mercado; também pode-se induzir a que melhor promove o espírito crítico do sujeito e fortalece compromissos da transformação da realidade social. Estabelecer a qualidade em educação é um critério determinante

para o tipo de sujeito que se quer formar, por isso se faz absolutamente necessário definir padrões de qualidade satisfatórios e adequados à educação, visando à totalidade dos sujeitos em formação.

Para ampliar essa compreensão, é válido destacar que não há hierarquia ou ordem para analisar e interpretar a existência de qualidade. Tendo as visões crítica, emancipatória, democrática e formativa como indutoras da qualidade em educação, uma proposta de avaliação educacional pressupõe compromisso social e consubstancia-se na *práxis* humana, entendendo a potencialidade humana de pensar e agir na e para a realidade social, a partir de princípios éticos (FREIRE, 1996).

Outro elemento central nesse entendimento é o conceito de qualidade na educação articulado à concepção de educação para a cidadania. Como elemento balizador, toma-se o conceito de qualidade na perspectiva freiriana, no qual uma educação de qualidade é baseada nos princípios da politicidade, da ética nas relações e da democracia, a partir de compromissos e práticas que assegurem a dignidade humana. Parametrizada em valores humanos e sociais, postula-se a qualidade em educação referenciada no social.

Nessa perspectiva, uma educação de qualidade social é a que serve aos interesses públicos e é comprometida com a formação para a emancipação humana, tendo como objetivo primordial, em qualquer nível do sistema educativo, a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade fundada nos princípios da justiça social, da igualdade e da democracia (BELLONI, 2003).

Visto que a qualidade social se efetiva por meio de práticas democráticas, defende-se que toda avaliação educacional deve, por excelência, possibilitar a participação significativa dos agentes nos processos avaliativos da instituição. Tal participação incide desde a concepção da proposta avaliativa, perpassando a elaboração de instrumentos, coleta de dados e encaminhamento de soluções, até os mecanismos de controle social.

Demo (1994) centra sua análise de qualidade na ação humana que caracteriza o toque humano na quantidade, ou seja, na realidade como ela se apresenta no momento de sua intervenção. Dessa premissa, deriva o entendimento de intensidade da qualidade, entendida como produto da marca humana carregada de vivência, consciência, participação, conhecimento, cultura e arte.

Para esse pesquisador, educação como construção do conhecimento impacta de modo decisivo tanto a cidadania quanto a competitividade, ganhando o foro de investimento mais estratégico. Como base da formação do sujeito histórico, crítico e criativo, a educação perfaz o caminho mais decisivo de criar oportunidades. Nesse sentido, a

[...] educação passa a ser o espaço e indicador crucial de qualidade, porque representa estratégia básica de formação humana. Educação não será, em nenhuma hipótese, apenas ensino, treinamento, instrução, mas especificamente formação, aprender a aprender, saber pensar, para poder melhor intervir, inovar (DEMO, 1994, p. 21).

Em coerência com o universo de concepções explicitadas no âmbito da avaliação, da educação e da qualidade na educação, todas com enfoque crítico e voltada para a cidadania, os processos avaliativos são dotados de diversidade de aspectos ideológicos, métodos, técnicas e abordagens que se fundamentam em diferentes perspectivas teórico-metodológicas, no intuito de compreender, explicar e interpretar os resultados obtidos. A prática avaliativa em educação corresponde, necessariamente, a uma determinada concepção de sociedade, de ser humano e de educação.

Para Dias Sobrinho (2002), é importante que o levantamento e a descrição dos dados sejam orientados pela preocupação de garantir objetividade e confiabilidade, assim como de medir e estabelecer relações. No entanto, é fundamental que a interpretação não se dê como análise isolada, mas como construção e organização de significados de conjunto, incluindo aspectos de âmbito valorativo atitudinais e políticos, dentre outros. A avaliação que visa à autonomia deve assumir a compreensão da complexidade e do conjunto e deve promover consciência acerca das transformações e dos efeitos de melhoria qualitativa de todo o âmbito educativo da instituição.

A proposta de um sistema de avaliação voltado para política e programas educativos e sociais de educação profissional e tecnológica deve pautar-se pela tipologia de avaliação de processo, que efetivamente articule a dimensão formativa à construção de um projeto de sociedade comprometido com a formação cidadã, com a justiça social e com a igualdade e qualidade social da educação.

Para atender às características de avaliação pautadas por essas concepções, o Sinaep utilizar-se-á de metodologias qualitativas variadas de socialização dos procedimentos e dos resultados e tem a participação dos sujeitos como princípio. Ademais, é inerente contar com o pluralismo e com a negociação de ideias.

Ressalta-se a importância de também se avaliar a política de educação profissional e tecnológica desenvolvida em todo o país pelos distintos agentes sociais com o objetivo de elevá-la ao patamar de uma política de Estado, respeitando a diversidade de cursos e programas, instituições e propostas pedagógicas existentes, assumindo o compromisso de que essa política atenda às exigências de qualidade, relevância social, autonomia e formação cidadã.

4.3 Princípios e atributos para a avaliação

A avaliação, como ato político e imbricado de intencionalidades, assumindo caráter de fenômeno social e de instrumento decisório, deve pautar-se em princípios balizadores das relações que o ser humano estabelece na interação com o meio, as pessoas, os objetos, os fatos, as situações, os comportamentos, as atitudes, as ações, as instituições e os demais espaços e processos decisórios do entorno social em que vive.

Como ramo da ciência social, a avaliação configura-se uma categoria que estuda, dentre outras vertentes, a análise da eficiência, da eficácia e da efetividade dos objetos investigados, gerando possibilidades para retificar e (re)orientar o planejamento em direção ao fim postulado. No caso específico da avaliação da educação profissional e tecnológica, o compromisso primordial da avaliação é verificar a qualidade e os efeitos imbricados na ação implementada (projeto, programa e política), figurando como mecanismo processual importante para subsidiar a tomada de decisões e retroalimentar as ações formuladas, a fim de corrigir os rumos de atuações futuras.

A compreensão da natureza humana, ética, política e acadêmica da avaliação em educação é condição indispensável para a definição dos princípios balizadores dessa proposta. Orientando-se por abordagens do campo da educação em geral e em referenciais da educação profissional e tecnológica em particular, o Sinaep orienta-se pelos seguintes **princípios**:

- **Articulação, integração e globalidade de contextos e perfis**, dada a natureza plural, complexa, polissêmica e multidimensional. Essa visão incide na avaliação para a emancipação e para a melhoria da qualidade, respeitando-se as peculiaridades das dimensões e estruturas institucionais, sob o viés da integração das partes em um todo coerente, mecanismo central na construção do processo avaliativo;
- **Legitimidade do processo**, no entendimento de que, ao extrapolar a função meramente técnica e revestir-se de instrumento de poder, a avaliação exerce duas dimensões: a política e a ética. Para conferir sentido a essas dimensões, o caminho é a concepção democrática de educação e de avaliação, no sentido de coadunar a autonomia assumida com a responsabilidade pública e de corroborar o entendimento de processos avaliativos como espaços político-sociais de reflexão. Pautar a avaliação nesses moldes, ético e político, implica circunscrever os processos sob a égide da liberdade, da dialogicidade, da negociação, da solidariedade, da equidade e do compromisso com o conhecimento, com os valores sociais e com a responsabilidade pública;
- **Continuidade da avaliação**, na compreensão de que a avaliação deve ser contínua e permanente, viabilizada de forma sistemática e por meio de procedimentos coerentes com o arcabouço conceitual. Nessa perspectiva, o sistema de avaliação deve fomentar e induzir a criação de uma cultura de avaliação permanente e internalizada no cotidiano institucional,

direcionada ao melhoramento e à emancipação, influenciando, ainda, a assunção das responsabilidades sociais para se construir uma educação comprometida com os interesses e valores da sociedade;

- **Compromisso com os resultados**, de modo a viabilizar um formato de apresentação e de divulgação mediatizado pela distribuição em faixas. Ainda que se apoie em exames nacionais e em outros instrumentos de coleta de informações, o tratamento dos resultados deve se distanciar do modelo orientado à elaboração de índices classificatórios, figurados em testes estandardizados e exames para mensurar, majoritariamente, o produto de aprendizagens dos estudantes e o resultado das avaliações de instituições e de cursos, sob critérios competitivos. A formatação pretendida deve abarcar mecanismos de reflexão e análises consonantes com o objetivo educativo traçado, coadunando-se com os vieses construtivo e formativo da avaliação;
- **Respeito à identidade e à diversidade**, em particular das instituições avaliadas, como condições imprescindíveis ao reconhecimento das especificidades de um sistema plural e diverso. Em deferência à diversidade institucional, a avaliação da educação profissional e tecnológica contribuirá para a construção de uma cultura ético-política focada no pluralismo, na alteridade, na solidariedade e na cooperação;
- **Prevalência de objetivos educativos e indução de qualidade**, como prática social em que as finalidades são essencialmente formativas em contraposição ao mecanismo único de controle. Muito embora se reconheça a necessidade de existirem medidas para estimular o engajamento e propiciar a participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública, ultrapassa-se essa condição para possibilitar tanto a indução da emancipação como a melhoria da qualidade acadêmica e da gestão das redes e das instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica, no cumprimento das funções públicas que lhes são outorgadas.

Consoante com a vinculação a esses princípios, constituem-se **atributos** do Sinaep:

- **Utilidade**: a avaliação deve estar voltada a responder às necessidades de informação do público e das instituições envolvidas, e ainda deve dar suporte para tomadas de decisão no nível operacional, tático ou estratégico, em tempo hábil.
- **Viabilidade**: a avaliação deve estar parametrizada em critérios de realidade, prudência, diplomacia e moderação, o que pressupõe procedimentos práticos e relação custo-efetividade nas ações avaliativas.
- **Propriedade**: a avaliação deve estar balizada pelas normas legais e éticas, o que implica orientação e formação, respeito aos direitos do cidadão, relações humanizadas, socialização dos resultados, transparência, responsabilidade social e acordos formais.
- **Exatidão**: a avaliação deve revelar e produzir informações tecnicamente adequadas no alcance da precisão e da relevância do objeto avaliado. Isso implica análise e diagnóstico do contexto, descrição de finalidades e procedimentos, fontes confiáveis, informações válidas e sistemáticas, análises quantitativas e qualitativas, conclusões justificáveis e imparcialidade nos relatórios e meta-avaliação.

Em sendo assim, motivada pela natureza plural da educação profissional brasileira e pelos objetivos educativos pautados, a proposta do Sinaep referendada nesse projeto constitui-se fundamentalmente proposição orientada por objetos, dimensões, indicadores, procedimentos e instrumentos que tenham como premissa assegurar a participação, a globalidade, a relevância científica e social, a integração das partes com o todo e do institucional com o sistêmico e a articulação da melhoria com a emancipação dos sujeitos.

Para tanto, faz-se necessário incorporar, nessa avaliação, todos os agentes e todas as dimensões e instâncias de educação profissional e tecnológica em seu conjunto, respeitados os papéis específicos

dos participantes, a identidade e a função social de cada uma das instituições e redes. Não é demais lembrar que a preocupação central deve ser o fortalecimento da educação profissional e tecnológica como política pública, sem perder de vista a melhoria do cumprimento da responsabilidade social e acadêmico-científica das instituições que a ofertam.

4.4 Concepção do sistema de indicadores

O uso de indicadores em si é cada vez mais frequente em educação, notadamente os indicadores sociais. Isso acontece, em grande medida, devido às exigências de organismos internacionais que financiam programas em políticas públicas e à necessidade de legitimação das políticas governamentais e de democratização das informações como fatores que propiciam o incremento dessas políticas.

Do ponto de vista da concepção, o indicador é uma medida (quantitativa ou qualitativa) que visa operacionalizar um conceito abstrato. Em outras palavras, é um recurso metodológico que informa algo acerca de uma realidade concreta ou aponta para as mudanças que devam ocorrer em um dado contexto real. Logo, todo indicador expressa, ao mesmo tempo, uma determinada concepção de mundo, de sociedade, de ser humano e, até mesmo, de educação, quando for o caso.

Pode-se afirmar que o indicador social tem por significado o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica, constituindo-se, numa visão macro, em instrumentos de monitoramento da realidade social em relação à formulação e à implementação de políticas públicas (JANUZZI, 2005). Essa ferramenta traduz informações tangíveis e operacionais das diferentes dimensões da realidade investigada, expressando-se por meio de taxas, índices, médias, proporções, distribuição por faixas ou classes, por exemplo.

Na visão de Januzzi (2005), uma classificação adequada para mensurar a avaliação de políticas públicas diz respeito à diferenciação entre indicadores de insumo, indicadores de processo, indicadores de resultado e indicadores de impacto. Com referência às políticas públicas no campo social da educação, o uso de indicadores remete, direta ou indiretamente, aos valores e princípios que as embasam, uma vez que funcionam como insumos primários e também indispensáveis na formulação e na implementação destas políticas.

Na perspectiva de delimitar essa categorização, orienta-se pela definição dada por Arcoverde (2013), no que se refere à avaliação de políticas e programas sociais, especialmente quando se trata de indicadores característicos das fases do processo das políticas (formulação, implementação e resultados), quais sejam indicadores de qualidade e de eficiência, para avaliar a implementação da ação, e indicadores de eficácia e de efetividade, para avaliar os resultados da ação.

Note-se que, para cada fase da política pública, são requeridos indicadores específicos, conforme abaixo:

- indicadores de produto, utilizados no diagnóstico das situações. Tais indicadores tornam viável a caracterização do contexto, haja vista mapear a gravidade dos problemas, a densidade das carências e as demandas de serviços públicos;
- indicadores de insumo de natureza quantitativa, utilizados na formulação das políticas. Visam especificar os recursos requeridos e as condições necessárias no ato da concretização da ação;
- indicadores de processo, utilizados na implementação das políticas, em razão de monitorar a alocação dos chamados recursos humanos, bem como os recursos físicos e financeiros planejados;

Na avaliação de projetos, programas ou políticas já implementados, os indicadores devem mensurar a eficiência, a eficácia e a efetividade social das intenções declaradas e dos propósitos sugeridos.

Depreende-se do exposto que a função precípua dos indicadores numa avaliação é monitorar a qualidade e acompanhar a realidade, com o fito de induzir mudanças e transformações sociais. No tocante à construção de indicadores para a educação profissional e tecnológica, em especial, é preciso guardar sintonia com a qualidade referenciada no social, com o trabalho como princípio educativo e com os demais aspectos interrelacionados com as bases (da ciência, da cultura, da arte, da tecnologia e da inovação) e o entorno (local, regional e nacional) imbricados nessa configuração.

Nessa linha de raciocínio, a seleção dos indicadores para o Sinaep, parametrizada no referencial teórico-metodológico apresentado e postulada nos princípios e atributos da avaliação defendidos nesse documento, deve pautar-se pelas características básicas de bons indicadores, o que implica as seguintes propriedades (BRASIL, 2012):

- **Utilidade:** capacidade de suportar decisões no nível operacional, tático ou estratégico;
- **Validade:** capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja mensurar e modificar;
- **Simplicidade/Disponibilidade:** capacidade de facilitar a obtenção, a construção, a manutenção, a comunicação e o entendimento pelo público em geral, interno ou externo;
- **Confiabilidade:** capacidade de garantir a origem de fontes confiáveis na utilização de metodologias reconhecidas, na transparência da coleta e no processamento e divulgação dos resultados;
- **Economicidade:** capacidade de ser obtido a custos módicos (a relação entre os custos de obtenção e os benefícios advindos deve ser favorável); e
- **Estabilidade:** capacidade de estabelecimento de séries históricas estáveis que permitam monitoramentos e comparações das variáveis de interesse, com mínima interferência causada por outras variáveis.

Além dessas propriedades, alguns critérios de aferição devem igualmente ser considerados (BRASIL, 2012):

- **Eficiência:** aponta quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados (produtividade) a partir de um padrão ou referencial (a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos);
- **Eficácia:** aponta o grau com que se atingem as metas e objetivos planejados (uma vez estabelecido o referencial, utilizam-se indicadores de resultado para avaliar se eles foram atingidos ou superados); e
- **Efetividade:** mede os efeitos positivos ou negativos na realidade que sofreu a intervenção (aponta se houve mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais decorrentes dos resultados obtidos).

Assim, tendo como referência a fundamentação teórico-conceitual defendida, é possível sistematizar algumas diretrizes que subsidiam a elaboração de indicadores para o Sinaep, a saber:

- a) a defesa da construção de um sistema de indicadores em lugar de trabalhar com indicadores sintéticos⁹;
- b) a elaboração de indicadores que induzam a melhoria da qualidade e da gestão das redes e das instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica;
- c) a primazia de indicadores que expressem o trabalho como princípio educativo em atenção às conexões existentes com a educação profissional e tecnológica, considerando as esferas da gestão pedagógica e administrativa e da inovação;
- d) o alinhamento dos indicadores com a avaliação de processo, numa perspectiva formativa;

⁹ Indicadores sintéticos têm “o objetivo de apreender a realidade social através de uma única medida, resultante da combinação de múltiplas medições das suas dimensões analíticas quantificáveis” (NETO, 2008).

- e) a garantia da participação dos diversos agentes envolvidos no processo de construção de indicadores e instrumentos de avaliação;
- f) a necessária clareza do que se quer mensurar em consonância com a qualidade social almejada, no que trata da precisão das informações coletadas e do cuidado na interpretação e na análise dos resultados processados na avaliação;
- g) a experimentação em campo de indicadores elaborados para subsidiar a definição de parâmetros referenciais de qualidade, considerando a pluralidade das instituições ofertantes;
- h) o desenvolvimento de um sistema aberto de indicadores, guiado pela construção permanente, por meio de um processo sistemático, dinâmico e flexível de meta-avaliação, que possibilite o aprimoramento e a atualização constantes; e
- i) a utilização de um sistema de indicadores pautado na quantidade mínima e satisfatória de indicadores com qualidade expressiva e precisa.

Os Apêndices de A a D apresentam indicadores prévios a serem utilizados pelo Sinaep, elaborados em reconhecimento às propriedades e aos critérios de aferição como fatores essenciais. Como fonte para a elaboração dos indicadores, foram utilizados, dentre outras:

- legislação e normas gerais sobre educação profissional e tecnológica;
- documentos relativos aos sistemas nacionais de avaliação da educação básica e da educação superior (Saeb e Sinaes);
- documentos de concepção e regulamentação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Científica e Tecnológica;
- sistemas de avaliação dos serviços nacionais de aprendizagem;
- indicadores e experiências em avaliação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica;
- indicadores e metodologia da Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007);
- instrumentos de avaliação de programas de educação profissional e tecnológica;
- documentos-referência das Conae 2010 e 2014; e
- documentos produzidos nas oficinas realizadas em 2013 e em 2014.

Na avaliação proposta para o Sinaep, são adotados conceitos para cada um dos indicadores de cada uma das dimensões, considerando os respectivos critérios de análise, conforme dispostos no Quadro 3.

Quadro 3 – Conceitos e critérios de avaliação do indicador no Sinaep

CONCEITO	CRITÉRIO
1	Quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO EXISTE ou NÃO ESTÁ RELACIONADO
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE

Fonte: Instrumento de avaliação institucional do Sinaes, 2013, adaptado.

Cada um dos indicadores deve ser analisado tendo como base a suficiência, a partir de uma avaliação sistêmica e global, com instrumento único para todas as situações de cursos e instituições.

É necessário prever a não aplicabilidade da avaliação de alguns dos indicadores elencados, dadas a diversidade e as especificidades de redes e instituições que ofertam educação profissional e tecnológica. Dessa forma, deve ser utilizada o recurso NÃO SE APLICA (NSA), a ser utilizado em condições específicas, e que não deve ser contabilizado para efeito do cálculo do conceito final.

5. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE EXECUÇÃO

A avaliação, como parte do desenvolvimento da política de educação profissional e tecnológica, exige o comprometimento dos atores sociais que promovem e constituem o mundo do trabalho nas diversas áreas de desempenho educacional e profissional. Assim, é importante e necessário que se criem espaços permanentes de discussão sobre o processo de formação e de avaliação, com representação de instituições e organizações envolvidas com a temática.

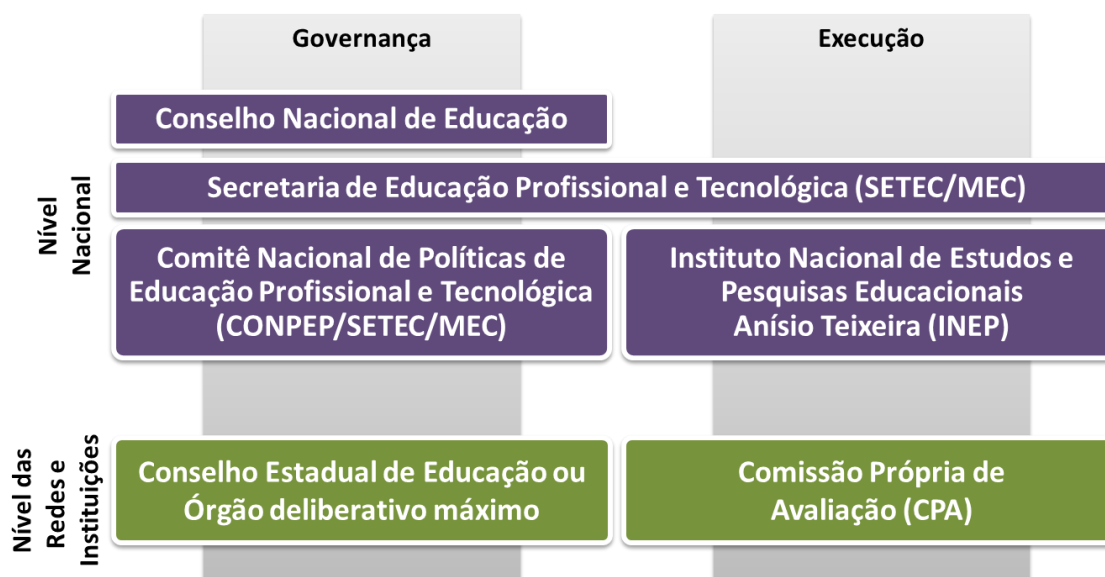
Nesse sentido, propõe-se, para o Sinaep, uma estrutura descentralizada de governança e de execução das ações de avaliação. Tal estrutura é organizada em dois níveis: o nacional; e o das redes e instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica.

Ao se considerar a pluralidade das instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica, tem-se como questão central a composição de regime de colaboração entre os diversos sistemas de ensino, conforme previsto na Constituição Federal, em seu art. 211 “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”, reforçado no o art. 8º do Título IV da LDB. Assim, a construção, a articulação e o desenvolvimento do Sinaep requerem um amplo acordo entre todos os sistemas de ensino e o envolvimento direto dos respectivos órgãos regulatórios, preservada a autonomia pedagógica e administrativa das instituições e redes ofertantes de EPT.

O Sinaep deve ser regulamentado por meio de decreto presidencial específico ou para a educação profissional e tecnológica, em que se prevejam aspectos gerais da implementação, contemplando objetos, dimensões, procedimentos e instrumentos, estrutura de governança, entre outros mecanismos que integram a proposta do sistema.

A Figura 3 apresenta a estrutura de governança do Sinaep, tendo como alicerce, o pacto federativo, organizado nos sistemas federal, estadual, distrital e municipal de ensino.

Figura 3 – Estrutura de governança e de execução do Sinaep



No nível nacional, a estrutura de governança e de execução do Sinaep conta com o Conselho Nacional de Educação (CNE), com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), com o Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (CONPEP), e com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O CNE, instituído pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, cumpre a missão da busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade. Dentre os seus compromissos, o CNE participa do esforço nacional comprometido com a qualidade social da educação brasileira, tendo o PNE e o PDE como instrumentos de conquista dessa prioridade. Para isso, suas atribuições são de caráter normativo, deliberativo e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.

A Setec/MEC, órgão específico singular integrante da estrutura regimental do MEC, conforme disposto no Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, é responsável pela supervisão do Sinaep e regulação do sistema federal de educação profissional e tecnológica, cabendo-lhe o planejamento, a orientação, a coordenação e a supervisão do processo de formulação e implementação da política desta modalidade, bem como a promoção de ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica no país. Como executora, a Setec/MEC será responsável pelo desenvolvimento de ações de avaliação de programas de educação profissional e tecnológica, inclusive daqueles vinculados à oferta de cursos FIC, e pela articulação da avaliação de egressos dos cursos.

O CONPEP, instituído pela **Portaria SETEC/MEC nº 45, de 23 de dezembro de 2013**, é um comitê de caráter consultivo e tem a finalidade de subsidiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das políticas, programas e ações de educação profissional e tecnológica, no âmbito da Setec/MEC. O CONPEP é constituído por representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do Ministério do Trabalho e Emprego, do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE), do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho (Fonset), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), do Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Condetuf), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA) e das centrais sindicais. São atribuições concernentes ao Comitê a análise e proposição de políticas, diretrizes, metodologias e instrumentos relativos à organização, avaliação, regulação e supervisão da educação profissional e tecnológica, bem como o monitoramento e avaliação da implementação, do desenvolvimento e dos respectivos resultados.

O Inep¹⁰, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, tem como missão promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. No Sinaep, especificamente, o Inep participa da estrutura de execução, sendo responsável pela avaliação de instituições e de cursos técnicos e pelo exame de desempenho de estudantes de cursos técnicos, tendo em vista as finalidades estabelecidas para o Inep pelo Decreto nº

¹⁰ O Inep desenvolve, atualmente, ações de avaliação referentes ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que compreende a Avaliação Institucional, com análise dos dados e informações prestadas pelas Instituições de Ensino Superior, e verificação, *in loco*, da realidade institucional, dos cursos de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão), a Avaliação dos Cursos de Graduação, para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, e o desempenho dos estudantes; ao Exame Nacional do Ensino Médio; ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) (referência de avaliação nacional para jovens e adultos que não puderam concluir os estudos na idade própria); e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica).

6.317, de 20 de dezembro de 2007.

No nível das redes e instituições, a estrutura de governança e de execução do Sinaep conta com os Conselhos Estaduais de Educação ou Órgãos deliberativos máximos e com a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Os Conselhos Estaduais, Distrital ou Municipal de Educação ou Órgãos deliberativos máximos das redes e instituições, desempenham papel fundamental na estrutura de governança, sendo responsáveis pela organização geral e pela homologação dos resultados produzidos pela avaliação interna. Esses órgãos incluem:

- a) o respectivo colegiado máximo, para as instituições e redes que compõem o sistema federal de ensino¹¹; e
- b) o respectivo Conselho Estadual, Distrital ou Municipal de Educação ou, em caso de haver autonomia, o colegiado específico, para as instituições e redes que compõem os sistemas estaduais, distrital e municipais de ensino.

A CPA, estrutura prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, assume papel importante na estrutura de execução do Sinaep. É responsável pela condução dos processos de avaliação interna da instituição, bem como de sistematização e de prestação das informações solicitadas por ocasião da avaliação externa, sendo considerada o elemento de articulação e de diálogo entre o Inep e as instituições avaliadas.

No âmbito do Sinaep, cada instituição ou rede deve constituir uma CPA, estrutura de implementação obrigatória, com formação e atribuições específicas definidas em regulamentação interna por cada instituição ou rede, sendo atendidas as seguintes diretrizes:

- a) a constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino ou por previsão no próprio estatuto ou regimento interno;
- b) a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, sendo vedada composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; e
- c) a atuação autônoma em relação às demais estruturas de gestão existentes na instituição de ensino.

Para fins da presente proposta, integram a comunidade acadêmica os segmentos de docentes, de técnico-administrativos e de estudantes, considerando-se os egressos como segmento da sociedade civil organizada.

Instituições que possuam CPA poderão optar por trabalhar com a estrutura já existente, atentando, entretanto, para a necessidade de nela estarem representados todos os segmentos que compõem a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada, considerando-se os objetos de avaliação.

Instituições com estruturas multiunidades ou *multicampi* poderão constituir subcomissões técnicas de avaliação e supervisão, por unidade, em articulação com a CPA, e que serão responsáveis pelo desenvolvimento de verificação *in loco* nas unidades de ensino da própria instituição, de modo a garantir a uniformidade dos processos educacionais entre os diversos currículos desenvolvidos.

¹¹ Compreendem os conselhos superiores das instituições federais de educação profissional e tecnológica ou instituições de ensino superior e os colegiados deliberativos dos departamentos nacionais e regionais das instituições dos serviços nacionais de aprendizagem.

6. ESCOPO E APLICABILIDADE

Consonante com os objetivos e os princípios delineados, o Sinaep¹² institui a avaliação das ofertas de educação profissional e tecnológica¹³ referentes aos cursos técnicos de nível médio e aos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, compreendendo quatro objetos, conforme se apresenta na Figura 4 a seguir: instituição, curso, estudante e egresso.

Figura 4 – Objetos de avaliação do Sinaep.



Serão avaliadas, de forma compulsória, as instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica que integram o sistema federal de ensino: a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; os serviços nacionais de aprendizagem; e as instituições de ensino superior públicas federais e privadas que ofertam cursos técnicos.

A participação das instituições que integram os sistemas estaduais, distrital e municipais de ensino se dá mediante adesão facultativa pelos conselhos de educação ou pela rede que tenha autonomia. Incluem-se as redes públicas municipais e estaduais de educação profissional e tecnológica; as escolas técnicas privadas; e as instituições de ensino superior públicas estaduais que ofertam cursos técnicos.

Os aspectos regulatórios que podem decorrer do Sinaep restringem-se à educação profissional técnica de nível médio, de modo colaborativo entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e deverão incidir somente após um ciclo avaliativo, de forma a consolidar o sistema de avaliação.

Não há previsão de incidência de aspectos regulatórios sobre cursos de qualificação profissional, exceto quando integrantes de programas de educação profissional e tecnológica que decorram diretamente de financiamento público federal, considerados, para tanto, os parâmetros relativos aos respectivos programas. Entretanto, a inexistência de diretrizes nacionais específicas para cursos de qualificação profissional não deve inibir iniciativas para avaliação por parte das instituições, delegando-se a elas a responsabilidade e a autonomia pela escolha e a realização de ações e procedimentos de avaliação interna.

¹² A definição do escopo e da aplicabilidade da avaliação, no âmbito do Sinaep, tem por base experiências nacionais e internacionais em sistemas e processos avaliativos e a organização e a relação federativa dos sistemas de ensino, contemplando a diversidade e a pluralidade intrínsecas da educação profissional e tecnológica.

¹³ Os cursos superiores de tecnologia são avaliados pelo Sinaes, não integrando o escopo do sistema ora proposto.

7. FORMAS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Organizar metodologicamente a avaliação da educação profissional e tecnológica implica definir as formas e os procedimentos que serão utilizados no Sinaep.

7.1 Formas de avaliação

Ao avaliar, deve-se refletir sobre uma determinada realidade, uma vez que as informações e os dados gerados possibilitam análises que conduzem a tomada de decisão de caráter institucional. Assim, no âmbito da educação e, nesse contexto, no cumprimento dos objetivos propostos para o Sinaep, duas formas complementares de avaliação serão desenvolvidas: a avaliação interna e a avaliação externa.

7.1.1 Avaliação interna

A avaliação interna é um processo contextualizado, contínuo e formativo de análise e síntese em que a instituição busca se autoconhecer a partir da autoanálise e da autocrítica, visando ao aperfeiçoamento de suas atividades educativas e à retroalimentação e à reorientação da gestão institucional.

Apresenta como características principais estabelecer uma cultura de autoavaliação permanente; fortalecer a identidade da instituição, contextualizando a historicidade institucional em sintonia com os objetivos e a função social; ser um processo orientar ações de planejamento e de reorientação de rumos; e balizar o processo de avaliação externa.

Os resultados visam propiciar o autoconhecimento institucional de modo a contribuir para o aprimoramento e a qualificação dos processos e atividades desenvolvidas na instituição educativa. Uma decorrência da avaliação interna é a autorregulação, pelo qual as instituições poderão elaborar e praticar atos regulatórios internos necessários ao cumprimento de sua função social.

A avaliação interna tem como objetivos específicos:

- a) compreender a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a função social e as demandas institucionais efetivamente realizadas;
- b) promover a melhoria da qualidade educativa e a correção de rumos para o desenvolvimento institucional, nos aspectos organizacionais, administrativos e pedagógicos;
- c) gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, fragilidades e desafios para o presente e o futuro;
- d) estabelecer mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização;
- e) fortalecer o diálogo entre os diferentes participantes internos e entre a instituição e a sociedade;
- f) planejar ações futuras na instituição a partir da análise das estratégias utilizadas, das dificuldades encontradas e dos avanços conquistados;
- g) produzir e sistematizar conhecimento acerca da instituição;
- h) proporcionar a formação continuada dos atores envolvidos; e
- i) fortalecer as estruturas colegiadas.

Os processos de avaliação interna devem ser permanentes, de responsabilidade da própria instituição conduzida pela CPA com periodicidade estabelecida em função do objeto de avaliação e com previsão nos documentos legais da instituição, em particular, no Projeto Político-Pedagógico, no Plano de Desenvolvimento Institucional (ou plano de metas institucionais) e nos Projetos Pedagógicos de Curso (ou planos de curso).

7.1.2 Avaliação externa

A avaliação externa, de natureza formativa, multidimensional, global e sistêmica, constitui-se processo diagnóstico e reflexivo que identifica aspectos de fragilidade, de excelência das instituições e de qualidade acadêmica dos cursos.

Apresenta como principais características ser conduzida por comissões externas; ter atuação interdisciplinar considerando as generalidades e as especificidades do objeto avaliado; articular-se com a avaliação interna institucional; e pautar-se na base legal, nas diretrizes nacionais e nos documentos institucionais.

Os resultados visam produzir recomendações para o aperfeiçoamento e melhorias dos cursos e programas desenvolvidos; gerar proposições e projetos de ação; reorientar as metas e os objetivos institucionais no alcance da função social; e contribuir para o aprimoramento dos procedimentos e processos das instituições, proporcionando o fortalecimento do direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade.

São objetivos específicos da avaliação externa:

- a) promover a qualidade do sistema educativo, da política de educação profissional e tecnológica e da oferta educacional;
- b) contribuir para a elaboração de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica;
- c) promover o redirecionamento da função social, dos objetivos, das metas e das atividades institucionais a partir da análise de pontos comuns avaliáveis em todas as instituições e redes; e
- d) fornecer subsídios ao aprimoramento dos processos institucionais que buscam a qualidade.

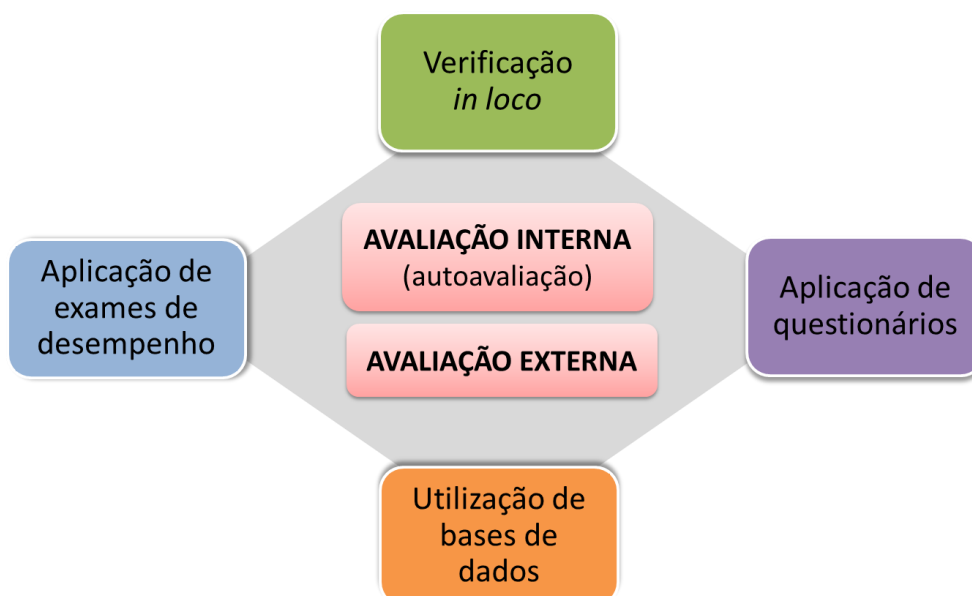
No âmbito do Sinaep, a avaliação externa deve ser conduzida pelo Inep. Cabe também à Setec, com base nas competências atribuídas pelo Decreto nº 7.690/2012, o acompanhamento dos processos avaliativos.

Em resumo, o Sinaep se concretiza por meio da articulação de avaliações de natureza interna e externa, da utilização de procedimentos diversos e da sistematização dos processos avaliativos dos objetos, de forma articulada.

7.2 Procedimentos metodológicos

Para operacionalizar as avaliações internas e externas no Sinaep, apresentam-se os seguintes procedimentos a serem articulados (Figura 5): a verificação *in loco*, a utilização de bases de dados, a aplicação de questionários e a aplicação de exames de desempenho.

Figura 5 – Formas e procedimentos da avaliação no Sinaep.



Como parte de um mesmo sistema de avaliação, os procedimentos devem ser desenvolvidos em situações e momentos distintos, fazendo uso de instrumentos próprios, articulados entre si e inseridos em uma concepção de avaliação de caráter global e formativo, tanto na avaliação interna quanto na avaliação externa.

7.2.1 Verificação *in loco*

A verificação *in loco* consiste em visita de comissões técnicas à instituição e/ou à unidade de ensino, bem como a cursos a serem avaliados.

São objetivos da verificação *in loco*:

- a) analisar a documentação de organização e planejamento institucional¹⁴;
- b) verificar a infraestrutura e a qualificação do pessoal docente e técnico em relação aos objetivos da instituição; e
- c) avaliar as situações reais em relação ao compromisso institucional com a sociedade na oferta de educação profissional e tecnológica e às intenções declaradas nos documentos institucionais previamente examinados.

Para o alcance de seus objetivos, a verificação *in loco* deve orientar-se pelas seguintes etapas:

- a) análise do conjunto de informações fornecidas pela instituição quando do preenchimento de sistemas de informação;
- b) análise documental para verificação e apreciação de documentos para a avaliação;
- c) apreciação do processo e resultados da avaliação interna da instituição;
- d) realização de reuniões e/ou entrevistas com atores imbricados no processo;
- e) observação de informações e dados de cadastros, censos e tratamento de base de dados;
- f) sistematização das informações e dados em instrumentos e/ou formulários específicos; e
- g) elaboração de relatório da verificação *in loco*.

A análise documental e a entrevista são técnicas de investigação a serem utilizadas pelas comissões técnicas de avaliação na verificação *in loco*.

A **análise documental** se constitui em um processo que envolve seleção, tratamento e interpretação de documentos com o objetivo de complementar informação de um dado objeto. Realiza-se por meio da análise de documentos institucionais, documentação funcional e acadêmica dos docentes, sistemas de informações, relatórios técnicos e *site* institucional, entre outros. Assim, as comissões técnicas de avaliação poderão observar, analisar e registrar os dados e as ações da instituição visitada.

A **entrevista** pode ser não estruturada ou semi-estruturada (sem um roteiro pré-fixado) ou estruturada (mediante a aplicação de um roteiro ou pauta planejada com as questões propostas), baseada em informações recebidas, com o objetivo de obter ou esclarecer informações sobre o objeto da avaliação. A entrevista pode acontecer por meio de conversas com os sujeitos da comunidade acadêmica (estudantes, professores, técnicos e gestores) e do entorno (sociedade em geral, egressos e setor produtivo). No momento da entrevista o avaliador poderá se utilizar da observação com o objetivo de captar as significações e as experiências subjetivas dos sujeitos no processo de interação. O avaliador pode, ainda, aplicar questionários para complementação das informações.

Na avaliação interna, a verificação *in loco* se realiza pela CPA por meio de comissões técnicas de

¹⁴ Os documentos institucionais a serem analisados devem conter informações sobre a função social, os objetivos e metas da instituição, as propostas de desenvolvimento, o corpo docente e técnico (qualificação, regime de trabalho, plano de carreira, titulação e experiência profissional), dentre outras, traduzidas no PPP, PPI, PDI ou equivalentes. Podem, ainda, ser consultados registros técnicos específicos, planos de atualização de ambientes ou equipamentos, normativas, publicações técnico-acadêmicas, contratos, editais, balanços sociais, estatuto, regimentos de órgãos colegiados e outros instrumentos de gestão.

avaliação e supervisão, cujos componentes podem ser integrantes da própria instituição.

Na avaliação externa, a verificação *in loco* se realiza por comissões compostas de avaliadores selecionados a partir de cadastro nacional e único¹⁵, com requisito de formação e de experiência profissional dentro e fora do magistério ou na gestão pedagógica, com pertinência em relação ao objeto da avaliação. Nesse sentido, é necessária a formação dos avaliadores para as especificidades das redes e instituições e dos cursos de educação profissional e tecnológica.

7.2.2 Utilização de bases de dados

A utilização de sistemas e bases de informação, por meio do tratamento e cruzamento de dados oficiais, constitui um elemento importante para o estabelecimento de indicadores quantitativos.

Em consonância com a discussão da educação profissional e tecnológica, elegem-se, além de sistemas institucionais de gestão acadêmica e administrativa, os sistemas e bases de dados relacionadas à educação, ao trabalho, emprego e renda e ao desenvolvimento social e econômico, referenciados no capítulo 3, como fonte para o processo avaliativo do Sinaep:

- Educação: Censo Escolar da Educação Básica (Censo EB), Censo da Educação Superior (Censo ES), SISTEC e e-MEC;
- Trabalho, emprego e renda: RAIS, Caged¹⁶, Portal MTE mais Emprego (Portal MTE) e Portal do Empreendedor/ Microempreendedor Individual (Portal MEI); e
- Desenvolvimento social e econômico: Sistema de Monitoramento do Programa Brasil Sem Miséria (Sistema BSM), Censo Demográfico e Pnad Contínua.

Cabe ressaltar que o rol de sistemas elencado não esgota as possibilidades de utilização de outras bases e sistemas.

7.2.3 Aplicação de questionários

A aplicação de questionários permite coletar informações por meio de questões de resposta aberta ou de resposta fechada, apresentadas a um grupo representativo (amostral) de sujeitos, sem necessária interação direta com os avaliadores, e possibilita atingir um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto, com a obtenção de dados quantitativos, qualitativos, objetivos e subjetivos para os diversos objetos de avaliação.

Possibilita, dentre outras coisas, verificar a percepção dos sujeitos sobre o papel da instituição de ensino, considerando a gestão, o currículo, as práticas pedagógicas, a infraestrutura institucional, os projetos de inovação, os pontos positivos e as carências da dimensão avaliada e dos cursos.

7.2.4 Aplicação de exames de desempenho

O exame é realizado por meio de aplicação de provas ou testes, com a finalidade de verificar o desempenho dos estudantes e analisar os conhecimentos adquiridos ao longo do seu processo de formação. Expressa-se como uma avaliação diagnóstica do processo de ensino e de aprendizagem.

De modo a produzir resultados satisfatórios e adequados, realiza-se a análise psicométrica na construção dos exames de desempenho, em especial da Teoria Clássica dos Testes (TCT) e da Teoria de Resposta ao Item (TRI), de forma combinada e articulada.

¹⁵ O Inep mantém o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Basis), o qual congrega avaliadores que atendem os requisitos descritos e que poderá ser utilizado para os fins do Sinaep.

¹⁶ A partir da regulamentação da Emenda Constitucional n° 72/2013, o Caged será substituído por um projeto do governo federal que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados, denominado e-Social. Atualmente, o e-Social é de uso opcional e atende apenas o empregador doméstico para registro de informações referentes às competências a partir do mês de junho de 2013.

Na **Teoria Clássica dos Testes (TCT)**, os parâmetros envolvidos são comportamentos, ou seja, refletem as ações dos indivíduos. É uma representação simbólica dos fatores que influenciam as respostas dos indivíduos aos instrumentos de avaliação. Ela se preocupa em explicar o resultado final total nesses instrumentos, ou seja, explicar o conjunto das respostas dadas pelos indivíduos a uma série de itens em função de suas aptidões (PASQUALI, 2004).

É possível, então, estudar os parâmetros que descrevem a distribuição das respostas dos indivíduos por meio de dois indicadores: a dificuldade e a discriminação. O parâmetro de dificuldade avalia se o item pode ser considerado fácil ou difícil e é definido como a porcentagem de sujeitos que respondem corretamente ao item. A discriminação, por sua vez, diz respeito à capacidade do item em diferenciar os sujeitos em relação ao grau de desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e competências avaliadas pela prova.

Por sua vez, na **Teoria de Resposta ao Item**, os parâmetros referem-se aos traços latentes. A TRI sugere formas de representar a probabilidade de um indivíduo dar uma resposta correta a um item em função da sua habilidade e das características do item. Assim, na TRI, cada item é considerado individualmente, sendo indicados os fatores que afetam a probabilidade de cada item ser respondido de maneira correta (PASQUALI, 2004).

A utilização da TRI na área educacional possibilita a construção e a interpretação de escalas de proficiência, cujos números recebem uma interpretação pedagógica. Para tanto, é necessário que, previamente, sejam calculados os parâmetros dos itens e as proficiências, por meio de *softwares* específicos, de forma a colocar as proficiências dos estudantes e os parâmetros dos itens em determinada escala. As escalas de proficiência permitem fazer comparações e monitorar um sistema educacional ao longo dos anos (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000).

A interpretação da escala de proficiência é o processo no qual se dá a tradução dos resultados da medida da habilidade em termos de seu significado cognitivo e educacional. Assim, especialistas das áreas avaliadas, utilizando as proficiências dos estudantes e os parâmetros dos itens, interpretam o que significa pedagogicamente estar em determinadas categorias de desempenho.

Dessa forma, o resultado obtido, traduzido em notas ou conceitos, passa a ser uma convenção avaliativa que indica um valor a ser discutido coletivamente e provocador de encaminhamentos estruturantes para a instituição.

O Sinaep deve utilizar a aplicação de exames de desempenho na avaliação externa, sendo facultada às instituições a utilização desse procedimento nos processos de avaliação interna.

É importante ressaltar que os resultados devem ser divulgados por distribuição estatística em faixas, de forma que não seja estimulado o estabelecimento de comparações (classificação).

8. AVALIAÇÃO DOS OBJETOS

O Sinaep se concretiza por meio da articulação de avaliações de natureza interna e externa; da utilização de procedimentos que incluem a utilização de bases de dados, a verificação *in loco*, a aplicação de exame de desempenho e a aplicação de questionários, e da sistematização dos processos avaliativos dos objetos (instituição, curso, estudante e egresso). O Quadro 4 a seguir sintetiza a articulação entre os objetos e os procedimentos nas avaliações interna e externa.

Os instrumentos de avaliação a serem utilizados devem proporcionar a abrangência e a flexibilização necessárias para assegurar uma avaliação fidedigna, realçar as especificidades que marcam os objetos de avaliação e viabilizar a utilização associada a indicadores diagnósticos.

Quadro 4 – Síntese da articulação entre objetos e procedimentos nas avaliações interna e externa.

OBJETO	PROCEDIMENTOS UTILIZADOS	
	Avaliação Interna	Avaliação Externa
Instituição	Aplicação de questionários Utilização de bases de dados	Utilização de bases de dados Verificação <i>in loco</i>
Curso	Aplicação de questionários Utilização de bases de dados Verificação <i>in loco</i>	Utilização de bases de dados Verificação <i>in loco</i>
Estudante	Aplicação de questionários Utilização de bases de dados	Aplicação de exame de desempenho Aplicação de questionários
Egresso	Aplicação de questionários	Aplicação de questionários Utilização de bases de dados

Para cada um dos objetos, foram estabelecidos os objetivos da avaliação, as fontes da pesquisa avaliativa (sujeitos, documentos e bases de dados), os procedimentos utilizados, a periodicidade, o órgão responsável pela execução da avaliação e as dimensões avaliadas.

Além desses elementos, alguns requisitos de cumprimento obrigatório, comuns para avaliação de instituições e de cursos, constituem-se itens que serão incorporados na legislação específica que instituirá o Sinaep (Quadro 5).

Quadro 5 – Requisitos legais a serem considerados no Sinaep.

Requisito legal	Legislação atual
Existência de plano de desenvolvimento e metas institucionais (ou Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI)	Decreto nº 5.773/2006 (instituições de ensino superior), para as instituições que ofertam também a educação superior.
Existência de projeto pedagógico da escola, instituição ou rede (ou Projeto Político-Pedagógico - PPP)	Lei nº 9.394/1996 Resolução CNE/CEB nº 06/2012
Existência de plano de curso (ou Projeto Pedagógico de Curso - PPC)	Resolução CNE/CEB nº 06/2012
Existência do ato legal de autorização para funcionamento ou (re)credenciamento da unidade de ensino, conforme o caso	Resolução CNE/CEB nº 06/2012
Existência do ato legal de autorização para funcionamento do curso na unidade de ensino, emitido pelo órgão colegiado máximo ou pelo respectivo conselho estadual de educação	Resolução CNE/CEB nº 06/2012
Existência de registro atualizado de dados do curso e da unidade de ensino no SISTEC/MEC e compatível com o respectivo censo educacional do Inep/MEC	Decreto nº 6.425/2008 Resolução CNE/CEB nº 03/2009
Adequação da denominação ao respectivo catálogo nacional de cursos de educação profissional e tecnológica, ou equivalente	Portaria MEC nº 899/2013 (cursos de qualificação profissional) Portaria MEC nº 870/2008 (cursos técnicos) Resolução CNE/CEB nº 04/2012
Atendimento à carga-horária mínima (em horas) estabelecida no respectivo catálogo nacional de cursos de educação profissional e tecnológica, ou equivalente	Portaria MEC nº 899/2013 (cursos de qualificação profissional) Portaria MEC nº 870/2008 (cursos técnicos) Resolução CNE/CEB nº 04/2012
Existência de infraestrutura com condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	Decreto nº 5.296/2004

Requisito legal	Legislação atual
Inclusão de educação das relações étnico-raciais e de questões e temáticas relativas à história e cultura afro-brasileira e africana nas disciplinas e atividades curriculares do curso	Resolução CNE/CP nº 01/2004
Cumprimento da titulação mínima do corpo docente	Art. 62 da Lei nº 9.394/1996 Resolução CNE/CEB nº 06/2012
Prevalência dos resultados dos exames presenciais sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância	Art. 4º, inciso II, § 2º do Decreto nº 5.622/2005
Integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente	Lei nº 9.795/1999 Decreto nº 4.281/2002

8.1 Avaliação de instituições

A avaliação de cursos técnicos e de qualificação profissional aborda dimensões e indicadores, considerando ações de organização da gestão institucional, administrativas, acadêmicas e de inovação.

A avaliação de instituições tem por objetivos específicos:

- identificar as potencialidades e limitações das instituições;
- verificar a sintonia entre a oferta de cursos das instituições e as demandas sociais, por meio da análise de documentos institucionais durante a avaliação externa;
- integrar a instituição ao contexto social microrregional;
- identificar o nível de integração docente, discente e técnico-administrativo; e
- averiguar os mecanismos ativos da gestão institucional.

No alcance dos objetivos propostos, são definidas as seguintes dimensões para avaliação de instituições:

- políticas acadêmicas e de inovação;
- políticas de gestão; e
- infraestrutura física e material.

As **políticas acadêmicas e de inovação** incluem as ações para o ensino, a pesquisa aplicada, extensão e desenvolvimento tecnológico e inovação, assim como políticas de assistência estudantil, de atendimento pedagógico e de acompanhamento de egressos.

As **políticas de gestão** da instituição são avaliadas a partir da operacionalização dos processos e das ferramentas de planejamento, desenvolvimento e avaliação institucional. Deverão ser verificados: a coerência entre o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com aquilo que estiver estabelecido no plano de desenvolvimento e de metas institucionais; a sustentabilidade financeira da instituição; as políticas de formação, capacitação e gestão do corpo docente e do corpo técnico; a comunicação com as comunidades interna e externa da instituição; as ações voltadas para a promoção da defesa do meio ambiente e a preservação e produção de memória, identidade e patrimônio artístico e cultural.

Por fim, a avaliação da **infraestrutura física e material** deve considerar o espaço físico de salas de aula, de bibliotecas, de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas específicas, de auditórios e instalações administrativas, de salas de professores, de espaços para atendimento aos estudantes, de convivência e de alimentação, além de serviços prestados por alguns desses espaços e o plano de atualização de acervo físico e eletrônico. Igualmente importantes nessa dimensão são os recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

No âmbito do Sinaep, a realização da avaliação de instituições deve considerar a organização institucional em função da sede administrativa e de suas unidades de ensino, conforme caracterizado no Quadro 6.

Quadro 6 – Caracterização da sede administrativa e das unidades de ensino das instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica.

Categoria administrativa	Sistema de ensino	Instituições ou redes	Sede administrativa	Unidades de ensino
Pública	Federal	Centros Federais	Diretoria Geral	Câmpus, unidade descentralizada, unidade remota e polo EAD
		Colégio Pedro II	Reitoria	Câmpus, unidade remota e polo EAD
		Institutos Federais	Reitoria	Câmpus, câmpus avançado, unidade remota e polo EAD
		Universidades Federais	Reitoria	Câmpus, escolas vinculadas, unidade remota e polo EAD
	Estadual/ Distrital	Redes públicas estaduais	Secretaria Estadual de Educação ou de Ciência e Tecnologia	Escola, centro de formação, unidade remota e polo EAD
		Autarquias e fundações públicas	Mantenedoras (presidência, diretoria)	Escola, centro de formação, unidade remota e polo EAD
	Municipal	Redes públicas municipais	Secretaria Municipal de Educação	Escola, unidade remota e polo EAD
Privada	Federal	Serviços Nacionais de Aprendizagem	Departamento Regional/ Departamento Executivo	Escola, centro de formação/treinamento, unidade remota e polo EAD
		Instituições privadas de ensino superior	Mantenedora (presidência, diretoria)	Câmpus
	Estadual/ Distrital	Escolas técnicas privadas	Mantenedora (presidência, diretoria)	Escola

A **avaliação interna de instituição**, sistematizada no Quadro 7, é realizada pela CPA a cada dois anos, por meio de aplicação de questionários e de utilização de bases de dados. A fonte da pesquisa avaliativa inclui a comunidade acadêmica e o entorno, documentos institucionais e sistemas institucionais de gestão acadêmica e administrativa. São avaliadas todas as dimensões previstas e todas as unidades de ensino da instituição. Quando a instituição oferta exclusivamente cursos de qualificação profissional, a avaliação interna é opcional, ficando a critério da instituição a realização.

Como resultado da avaliação interna, devem ser sistematizados relatórios individuais de cada unidade de ensino e um relatório consolidado da instituição.

Quadro 7 – Quadro-síntese da avaliação interna de instituição

AVALIAÇÃO INTERNA DE INSTITUIÇÃO				
Procedimentos utilizados	Fonte da pesquisa avaliativa	Órgão executor	Dimensões avaliadas	Periodicidade
Aplicação de questionários	Comunidade acadêmica (estudantes, professores, técnicos, gestores) e entorno (sociedade em geral e setor produtivo)	CPA	Todas	2 anos
Utilização de bases de dados				

A **avaliação externa de instituição**, sistematizada no Quadro 8, é desenvolvida pelo Inep ou, quando se trata de instituição ofertante exclusivamente de cursos de qualificação profissional, pela Setec. A avaliação é realizada na sede administrativa e em uma amostra¹⁷ das unidades de ensino, articulando os procedimentos de verificação *in loco* e de utilização de bases de dados. A fonte da pesquisa avaliativa inclui a comunidade acadêmica e o entorno, documentos institucionais e bases nacionais de informação. São avaliadas todas as dimensões previstas.

Como resultado da avaliação externa, deve ser sistematizado um relatório consolidado (geral) da instituição e atribuído um único conceito institucional por dimensão¹⁸, considerando as unidades de ensino avaliadas.

A avaliação externa é realizada a cada três anos, observado o conceito recebido na avaliação anterior e o resultado do exame de desempenho de estudantes do curso (quando houver). A instituição que obtiver desempenho insatisfatório em uma das dimensões ou em um percentual mínimo das unidades de ensino (a ser definido) receberá visita de verificação *in loco* no ciclo avaliativo subsequente de modo a favorecer os ajustes necessários e a indução da qualidade.

Quadro 8 – Quadro-síntese da avaliação externa de instituição

AVALIAÇÃO EXTERNA DE INSTITUIÇÃO				
Procedimentos utilizados	Fonte da pesquisa avaliativa	Órgão executor	Dimensões avaliadas	Periodicidade
Verificação <i>in loco</i>	Comunidade acadêmica (estudantes, professores, gestores) e entorno (sociedade em geral e setor produtivo) Documentos institucionais (PPP, PDI)	Inep	Todas	3 anos*
Utilização de bases de dados	Sistec e Censo EB	Inep, Setec		

*Em função do conceito da avaliação anterior e o resultado do exame de desempenho de estudantes do curso (quando houver).

8.2 Avaliação de cursos

A avaliação de cursos técnicos e de qualificação profissional aborda dimensões e indicadores, considerando aspectos relativos ao desenvolvimento pedagógico e administrativo.

A avaliação de cursos tem por objetivos específicos:

- identificar pontos relevantes e críticos que interferem na qualidade do curso;
- avaliar o desenvolvimento didático-pedagógico; e
- verificar o envolvimento do corpo docente.

¹⁷ A amostra será definida pelo órgão executor da avaliação externa, considerando a diversidade em termos de localização geográfica, vocação institucional, número de estudantes atendidos, dentro outros parâmetros.

¹⁸ Os conceitos atribuídos serão parametrizados em índices de satisfatoriedade.

Com o desígnio de garantir a qualidade dos cursos ofertados pelas redes e instituições de educação profissional e tecnológica, considera-se a necessidade de identificar as condições de ensino dos cursos nas seguintes dimensões:

- currículo;
- corpo docente; e
- infraestrutura física e material.

No tocante ao desenvolvimento do **currículo**, é verificada a coerência do projeto político pedagógico com o plano de desenvolvimento/metapas, a partir da apreciação de documentos que demonstrem o plano de desenvolvimento institucional; a coerência dos objetivos do curso e a conformidade dos conteúdos curriculares com as diretrizes educacionais nacionais e o perfil profissional; a articulação do curso com as políticas e programas institucionais desenvolvidos; e os resultados obtidos. São, ainda, aspectos relevantes nessa dimensão o atendimento à flexibilização, à integração entre teoria e prática, à formação humana integral, à interdisciplinaridade, à contextualização, à pesquisa como princípio pedagógico e ao trabalho como princípio educativo.

A avaliação do **corpo docente** deve considerar a atuação do profissional à frente da gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade em espaços coletivos de tomada de decisão. A experiência técnica-profissional, no magistério e na gestão acadêmica, a carga horária dedicada às atividades dos cursos e a formação acadêmica dos docentes da educação profissional e tecnológica são aspectos relevantes nessa dimensão. São, ainda, importantes o funcionamento do colegiado de curso ou equivalente, considerando a representatividade de segmentos, a periodicidade das reuniões, os registros e encaminhamentos das decisões, bem como a produção técnica, científica, cultural, artística, em média, do corpo docente.

Por fim, similarmente à avaliação de instituições, a avaliação da **infraestrutura física e material** deverá considerar o espaço físico de salas de aula, de bibliotecas, de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas específicas, de auditórios e instalações administrativas, de salas de professores, de espaços para atendimento aos estudantes, de convivência e de alimentação, além de serviços prestados por alguns desses espaços e o plano de atualização de acervo físico e eletrônico. Igualmente importantes nessa dimensão são os recursos de TIC.

A realização da avaliação interna ou externa de cursos deve considerar o curso caracterizado pela unidade de ensino ofertante, vinculada a uma sede administrativa, e pelo tipo de oferta. Assim, para instituições multiunidades ou *multicampi*, a avaliação de cursos deve ser aplicada por curso e unidade de ensino e deverão ser sistematizados relatórios individuais de cada curso em cada unidade.

Os instrumentos de avaliação devem apresentar indicadores de monitoramento, tanto para avaliação de cursos presenciais quanto para aqueles que são oferecidos na modalidade a distância.

A **avaliação interna de curso**, sistematizada no Quadro 9, é realizada pela CPA a partir da articulação de procedimentos de aplicação de questionários, utilização de bases de dados e verificação *in loco*. A fonte da pesquisa avaliativa inclui a comunidade acadêmica e o entorno, documentos institucionais e sistemas institucionais de gestão acadêmica e administrativa. A avaliação é realizada a cada dois ou três anos, em função do procedimento utilizado. São avaliadas todas as dimensões previstas, com especificidades em função do procedimento utilizado. O processo é desenvolvido para todos os cursos de todas as unidades de ensino da instituição. Quando a instituição oferta exclusivamente cursos de qualificação profissional, a avaliação interna é opcional, ficando a critério da instituição a realização.

Como resultado da avaliação interna, devem ser sistematizados relatórios individuais de cada curso em cada unidade de ensino.

Quadro 9 – Quadro-síntese da avaliação interna de curso.

AVALIAÇÃO INTERNA DE CURSO				
Procedimentos utilizados	Fonte da pesquisa avaliativa	Órgão executor	Dimensões avaliadas	Periodicidade
Aplicação de questionários	Comunidade acadêmica (estudantes, professores, técnicos, gestores) e entorno (sociedade em geral, egressos e setor produtivo)	CPA	Todas, excluindo os indicadores quantitativos	2 anos
Utilização de bases de dados	Sistemas institucionais de gestão acadêmica e administrativa	CPA	Todas que possuam indicadores quantitativos	2 anos
Verificação <i>in loco</i>	Comunidade acadêmica (estudantes, professores, técnicos, gestores) e entorno (sociedade em geral e setor produtivo) Documentos institucionais (PPP, PDI, PPC)	CPA	Todas, excluindo os indicadores quantitativos	3 anos

A **avaliação externa de curso**, sistematizada no Quadro 10, é desenvolvida pelo Inep ou, quando se trata de curso de qualificação profissional¹⁹, pela Setec. A fonte da pesquisa avaliativa inclui a comunidade acadêmica e o entorno, documentos institucionais e bases nacionais de informação. São avaliadas todas as dimensões previstas.

Como resultado da avaliação externa, deve ser sistematizado um relatório de cada curso em cada unidade de ensino da instituição e atribuído um conceito de curso por dimensão avaliada²⁰.

A avaliação externa é realizada em ciclos avaliativos de três anos, conforme organização por eixos tecnológicos. O curso que obtiver desempenho satisfatório em todas as dimensões de avaliação e no exame de desempenho de estudantes será dispensado da verificação *in loco* no próximo ciclo avaliativo. O curso que obtiver desempenho insatisfatório em uma das dimensões ou em exame de desempenho de estudantes receberá visita de verificação *in loco* no ciclo avaliativo subsequente desde que apontada sua necessidade pelo órgão responsável pela avaliação no âmbito nacional.

De modo a otimizar as comissões e visando atender à economicidade da ação, as visitas de verificação *in loco* podem ser realizadas para todos os cursos determinados para avaliação pertencentes a um mesmo eixo tecnológico da unidade de ensino.

¹⁹ Nesse caso, a avaliação é feita de forma integrada à avaliação externa de instituição.

²⁰ Os conceitos atribuídos serão parametrizados em índices de satisfatoriedade.

Quadro 10 – Quadro-síntese da avaliação externa de curso.

AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSO				
Procedimentos utilizados	Fonte da pesquisa avaliativa	Órgão executor	Dimensões avaliadas	Periodicidade
Verificação <i>in loco</i>	Comunidade acadêmica (estudantes, professores, técnicos, gestores) e entorno (sociedade em geral e setor produtivo) Documentos institucionais (PPP, PDI, PPC)	Inep	Todas, excluindo os indicadores quantitativos	3 anos*
Utilização de bases de dados	SISTEC e Censo EB	Inep, Setec	Todas que possuam indicadores quantitativos	

* Em função do conceito obtido pelo curso na avaliação anterior e do resultado do exame de desempenho de estudantes do curso (quando houver).

8.3 Avaliação de estudantes

A avaliação de estudantes da educação profissional e tecnológica aborda dimensões e indicadores específicos, considerando os sujeitos da aprendizagem, o ambiente de formação, o contexto socioprofissional e as percepções individuais e coletivas.

Para a realização da avaliação de estudantes, parte-se de modelo estabelecido por outros sistemas e, como diferencial, avança-se na perspectiva da avaliação de dimensões para além do desempenho, avaliado em larga escala. Nesse particular, esse objeto reveste-se de abordagem diferenciada e amplia sua função para os seguintes objetivos específicos:

- identificar a formação de competências profissionais e habilidades adquiridas na trajetória de formação dos estudantes;
- investigar a qualidade da formação profissional a partir da base de conhecimentos científicos, tecnológicos artísticos e culturais e sua articulação com a realidade prática, a aplicabilidade de técnicas e tecnologias na resolução de problemas;
- identificar o potencial de aprendizagem dos ingressantes e dos que se encontram em processo de conclusão de curso; e
- apontar as potencialidades e insuficiências do trabalho pedagógico desenvolvido no processo formativo.

No alcance dos objetivos propostos, são definidas as seguintes dimensões para avaliação de estudantes:

- desempenho acadêmico;
- percepção do processo de ensino e aprendizagem; e
- caracterização socioeconômica.

Em relação ao **desempenho acadêmico**, os estudantes são avaliados de modo a se verificar o resultado final e o incremento de conhecimentos oportunizado pelo curso.

No tocante à **percepção do processo de ensino e aprendizagem**, verifica-se a importância da manifestação dos estudantes em relação às experiências acadêmico-científicas, sociais, culturais e desportivas promovidas pelas instituições e o impacto dessas práticas para a formação profissional. Da mesma forma, deve ser verificada a contribuição de programas e atividades de iniciação científica, de

cultura, de extensão e de pesquisa. O acesso a *internet*, aos recursos didáticos digitais, *softwares* e simuladores, bem como a infraestrutura de bibliotecas e a existência de ações de assistência estudantil e seu impacto na formação profissional são igualmente verificados. Identificam-se, ainda, de forma inovadora, o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências gerais do eixo tecnológico e específicas do curso, a articulação de conhecimento geral com a formação profissional e a capacidade de compreender e de gerir a própria aprendizagem, a pesquisa e o fazer.

Finalmente, aponta-se para a necessidade da **caracterização socioeconômica dos estudantes**, realizada no ingresso e ao final do curso, na perspectiva, inclusive, de identificar as variáveis de contexto social e acadêmico com vistas ao aperfeiçoamento de políticas, em particular aquelas que contribuem para a permanência e êxito dos estudantes.

A **avaliação interna de estudante**, sistematizada no Quadro 11, é realizada pela CPA, articulando os procedimentos de aplicação de questionários e utilização de base de dados. A fonte da pesquisa avaliativa inclui estudantes ingressantes e concluintes dos cursos e sistemas institucionais de gestão acadêmica e administrativa. A avaliação é desenvolvida anualmente ou a cada dois anos, em função dos procedimentos utilizados. São avaliadas todas as dimensões previstas, exceto a de desempenho acadêmico, que é opcional, ficando a critério da instituição a realização.

Como resultado da avaliação interna, devem ser sistematizados relatórios de cada curso e unidade de ensino e um relatório consolidado da instituição.

Quadro 11 – Quadro-síntese da avaliação interna de estudante.

AVALIAÇÃO INTERNA DE ESTUDANTE				
Procedimentos utilizados	Fonte da pesquisa avaliativa	Órgão executor	Dimensões avaliadas	Periodicidade
Aplicação de questionários	Estudantes ingressantes e concluintes dos cursos	CPA	Todas, exceto desempenho acadêmico	2 anos
Utilização de bases de dados	Sistemas institucionais de gestão acadêmica e administrativa	CPA		Anual

A **avaliação externa de estudante**, sistematizada no Quadro 12, é desenvolvida pelo Inep, por meio da aplicação de exames de desempenho, no ingresso²¹ e na conclusão de curso técnico, possibilitando uma avaliação por valor agregado.

O exame de desempenho aplicado na conclusão do curso deve ser realizado por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Cursos Técnicos (Enet). A avaliação do Enet é elaborada a partir do perfil profissional de conclusão estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos²². A aplicação é realizada pelo Inep em ciclos avaliativos de três anos, por conjunto de eixos tecnológicos, agrupados por características e perfil de conclusão de cursos, de modo que todos os cursos de um

²¹ O exame de desempenho aplicado no ingresso deve ser realizado com base nos conteúdos do ensino fundamental (para os cursos técnicos na forma articulada) ou do ensino médio (para os cursos técnicos subsequentes). Atualmente, é possível utilizar como exame de desempenho de ingresso apenas o Enem. Faz-se necessária a criação e implementação de exame específico a concluintes do ensino fundamental, atrelado a processo seletivo para esses cursos, a partir de experiências semelhantes à da Prova Brasil, com as devidas alterações, dadas as características dos exames atualmente existentes.

²² O Enet avalia os conhecimentos relativos à formação profissional geral do eixo tecnológico e à formação específica do curso e deve ser aplicado para todas as formas e modalidades de oferta de cursos técnicos.

mesmo eixo com matrícula nos últimos três anos passem por processo de avaliação²³. O Enet deve ser elaborado utilizando a metodologia TRI ou TCT, conforme o universo a ser avaliado, com validação do resultado em função de percentual mínimo de participantes. O Enet é composto por uma prova escrita e uma prova prática. A prova escrita é aplicada para todos os concluintes²⁴ dos cursos avaliados no ano da aplicação do exame e integra um questionário de caracterização socioeconômica do estudante e de percepção do processo de ensino e aprendizagem. A prova prática é aplicada a uma percentual de estudantes, por escolha aleatória, com amostra definida a partir do cruzamento de dados do Sistec e do Censo Escolar da Educação Básica. É importante destacar a necessidade de combinar os eixos tecnológicos nos ciclos avaliativos de estudantes e de cursos, de modo que o exame seja aplicado sempre um ano antes da avaliação externa do curso. Como resultado do Enet, são emitidas notas por componente do exame para cada estudante. Cabe ressaltar que a aplicação desse exame está prevista para iniciar em, no mínimo, três anos.

O resultado da avaliação externa de estudante é o Conceito Enet²⁵, sem índice sintético, com distribuição de número de estudantes por faixa de resultado.

A avaliação externa de curso de qualificação profissional é realizada pela Setec²⁶, contemplando a aplicação de questionários e sem a aplicação de exame de desempenho dos estudantes.

Quadro 12 – Quadro-síntese da avaliação externa de estudante.

AVALIAÇÃO EXTERNA DE ESTUDANTE				
Procedimentos utilizados	Fonte da pesquisa avaliativa	Órgão executor	Dimensões avaliadas	Periodicidade
Aplicação de exame de desempenho	Estudantes ingressantes no curso Estudantes concluintes do curso no ano de aplicação do exame	Inep	Desempenho acadêmico	3 anos*
Aplicação de questionário	Estudantes concluintes do curso	Inep, Setec	Percepção do processo de ensino e aprendizagem Caracterização socioeconômica	3 anos**

* De acordo com o ciclo avaliativo dos eixos tecnológicos.

** Quando o questionário for aplicado de forma dissociada do exame de desempenho, a periodicidade pode ser diminuída.

²³ Caso haja necessidade de seleção dos cursos a serem avaliados, deve-se garantir que, pelo menos, um curso de cada eixo seja avaliado em um ciclo completo.

²⁴ São considerados concluintes e passíveis de avaliação ao final do curso os estudantes que estiverem matriculados no último ano/período do curso ou que tiverem cumprido, no mínimo, 80% da carga horária prevista para a conclusão do curso no ano de aplicação do exame de desempenho, excetuando-se, para esse cálculo, as horas destinadas à prática profissional/estágio.

²⁵ Calculado de maneira similar ao Conceito Enade do Sinaes.

²⁶ Nesse caso, a avaliação é feita de forma integrada à avaliação externa de instituição.

8.4 Avaliação de egressos

A avaliação de egressos é um diferencial do Sinaep em relação aos sistemas de avaliação existentes no país e tem por objetivo principal monitorar indicadores de desempenho no mundo do trabalho e de contribuição acadêmica para o alcance de resultados no campo socioprofissional.

A avaliação de egressos tem por objetivos específicos:

- averiguar o nível de satisfação dos egressos em relação ao processo formativo;
- aferir os benefícios da educação profissional e tecnológica para as instituições formadoras, empresas/organizações, parceiros/empreendedores e egressos;
- mensurar a contribuição da educação profissional e tecnológica para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania do egresso da educação profissional e tecnológica; e
- buscar subsídios para a melhoria contínua dos currículos, das condições de ensino e dos procedimentos didático-pedagógicos utilizados.

No alcance dos objetivos propostos, são definidas as seguintes dimensões para avaliação de egressos:

- Inserção profissional;
- Trajetória educacional;
- Desempenho e satisfação profissional; e
- Caracterização socioeconômica.

No âmbito da **inserção profissional**, são analisados os aspectos relativos ao vínculo com o mundo do trabalho de modo formal, não formal e informal, a área de atuação e a faixa de renda dos egressos em relação à formação, a continuidade de estudos e o atingimento da expectativa do egresso em relação ao mundo do trabalho a partir do curso concluído.

A avaliação da **trajetória educacional** permite verificar a condução da formação continuada do egresso, de forma horizontal (no mesmo nível de ensino) ou de forma vertical (no nível de ensino subsequente), considerando os itinerários possíveis e a área de atuação profissional.

Para a avaliação do **desempenho e satisfação profissional** são analisadas a compatibilidade dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso para as atividades exigidas na atuação profissional, a adequação das tecnologias e equipamentos utilizados no curso e na atividade profissional e a contribuição do certificado do curso profissionalizante para progressão profissional. Dessa forma, o trabalho avaliativo deve levantar dados sobre o quanto a formação do estudante contribuiu para sua atuação no mundo do trabalho.

Finalmente, aponta-se para a necessidade da **caracterização socioeconômica** dos egressos, na perspectiva, inclusive, de identificar as variáveis de contexto social e de trabalho com vistas ao aperfeiçoamento do curso.

A avaliação de egressos tem como sujeitos principais os estudantes que concluíram os cursos nas instituições de educação profissional e tecnológica, tendo como ano de referência para essa avaliação o ano de conclusão do curso. Entretanto, considera-se importante incluir, também como fonte da pesquisa avaliativa, o empregador, dado que, entre as funções dessa avaliação, está a produção de informações acerca da situação do egresso no mundo do trabalho bem como, retomando a avaliação institucional e o julgamento da relevância social de suas atividades.

A **avaliação interna de egresso**, sistematizada no Quadro 13, é realizada pela CPA por meio da aplicação de questionários. A fonte da pesquisa avaliativa inclui egressos de cursos técnicos com um ano

de conclusão do curso e empregadores e egressos microempresários individuais²⁷. A avaliação é desenvolvida a cada dois anos, sincronizada com a avaliação externa de egresso. São avaliadas todas as dimensões, exceto indicadores quantitativos que é opcional, ficando a critério da instituição a realização.

Como resultado da avaliação interna, devem ser sistematizados relatórios de cada curso e unidade de ensino e um relatório consolidado da instituição.

Quadro 13 – Quadro-síntese da avaliação interna de egresso.

AVALIAÇÃO INTERNA DE EGRESSO				
Procedimentos utilizados	Fonte da pesquisa avaliativa	Órgão executor	Dimensões avaliadas	Periodicidade
Aplicação de questionários	Egressos com 1 ano de conclusão do curso	CPA	Todas, exceto indicadores quantitativos*	2 anos**
	Empregadores e Egressos MEI		Desempenho e satisfação profissional	

* A avaliação de indicadores quantitativos é opcional na avaliação interna, a critério da instituição.

** Sincronizada com a avaliação externa.

A **avaliação externa de egresso**, sistematizada no Quadro 14, é desenvolvida pela Setec, a cada dois anos, em parceria com instituições de pesquisa e em colaboração com as instituições ofertantes, articulando os procedimentos de utilização de bases de dados e aplicação de questionários²⁸. A fonte da pesquisa avaliativa inclui egressos com um ano de conclusão do curso, os empregadores e os egressos microempresários individuais e bases nacionais de informação. São avaliadas todas as dimensões.

O resultado da avaliação externa de egresso deve apresentar a distribuição de número de egressos por faixa de indicador, sem índice sintético.

Quadro 14 – Quadro-síntese da avaliação externa de egresso.

AVALIAÇÃO EXTERNA DE EGRESSO				
Procedimentos utilizados	Fonte da pesquisa avaliativa	Órgão executor	Dimensões avaliadas	Periodicidade
Utilização de bases de dados	SISTEC, Censos EB e ES, RAIS, Caged, Sistema BSM, Censo demográfico, Pnad Contínua, questionário socioeconômico do Enade e do Enem	Setec, em parceria com instituições de pesquisa	Todas que possuem indicadores quantitativos	2 anos
Aplicação de questionários	Egressos com 1 ano de conclusão do curso Empregadores e Egressos MEI	Setec, em colaboração com as instituições ofertantes	Todas, exceto indicadores quantitativos	

²⁷ A avaliação interna de egressos de cursos de qualificação profissional é realizada a critério da instituição, para egressos com seis meses de conclusão do curso.

²⁸ A avaliação externa de egressos de cursos de qualificação profissional é realizada por meio da utilização de bases de dados.

9. META-AVALIAÇÃO

Por excelência, uma pesquisa avaliativa tem por objetivo investigar se os objetivos traçados de uma política, projeto ou programa foram atingidos de forma adequada. Assim, uma prática de avaliação desvela aspectos, dados e indicadores de que o objeto avaliado é eficiente, eficaz ou relevante, ou seja, ela demonstra se há algum valor ajuizado a partir de critérios estabelecidos pelo avaliador, pelos sujeitos ou sugeridos pelos interessados nos resultados da avaliação.

Embora as políticas públicas não sejam constituídas propriamente por um ciclo, fases ou etapas, e sim por momentos distintos, a trajetória dessas políticas em geral envolve planejamento, formulação, implementação e avaliação (SOUZA, 2009). Entretanto, avaliá-las também requer o mesmo ordenamento: sistematização, planejamento, execução e reflexão sobre a própria prática de avaliação.

É nesse espaço que se coloca, claramente, a meta-avaliação, como um recurso essencial à decisão de continuidade da política ou programa em outras bases, suscitando seu redirecionamento ou mesmo sua substituição. Desse modo, a relevância da meta-avaliação torna-se reconhecida como procedimento de retroalimentação de processos avaliativos.

A partir do conceito de avaliação e das dimensões apontadas pelo *Joint Committee*, Stufflebeam (2001, p. 185), afirmou que

Meta-avaliação é o processo de delinear, obter e aplicar informação descritiva e de julgamento – sobre a utilidade, a viabilidade, adequação e precisão de uma avaliação e sua natureza sistemática, competente conduta, integridade/honestidade, respeitabilidade e responsabilidade social – para orientar a avaliação e divulgar publicamente seus pontos fortes e fracos.

Scriven (1991) define a meta-avaliação como a avaliação de uma avaliação, ou seja, conceitua como a verificação da qualidade da própria avaliação à luz de diversos critérios. Isso pode ocorrer ao término de uma avaliação, quando o meta-avaliador analisa o relatório produzido, buscando destacar os critérios, as características e os padrões de qualidade da avaliação realizada.

Nesse campo conceitual, Berends e Roberts (2003) destacaram duas finalidades da meta-avaliação. A primeira é possibilitar a verificação da aplicação de um código de comportamento adequado durante todo o estudo, isto é, o enfoque recai sobre a ética adotada pelos avaliadores, se ela existe e como foi praticada. A segunda é permitir a reflexão sobre todos os procedimentos utilizados na avaliação, dando oportunidade à incorporação de novos conhecimentos por parte não só dos meta-avaliadores, como também dos avaliadores, quando tomam ciência da análise realizada.

A meta-avaliação ocorre em diferentes campos do conhecimento e objetos, afirmando a multidisciplinaridade da metodologia, característica essencial da própria avaliação. Esta é uma área aberta e profícua de contribuições para o avanço na qualidade da *práxis* avaliativa, que deve visar aperfeiçoamento constante, nas diversas áreas de atuação na sociedade.

Ao se considerar a importância da qualidade da *práxis* avaliativa do Sinaep e com o objetivo de se atingirem resultados criteriosos na avaliação realizada, propõe-se uma metodologia de avaliação da avaliação realizada na educação profissional e tecnológica com base na abordagem somativa de meta-avaliação, sob o enfoque da lista chave de verificação.

Na abordagem somativa, a meta-avaliação ocorre após o término da avaliação, depois que todo o processo avaliativo já tiver ocorrido. O meta-avaliador trabalha com análise de relatórios do processo de avaliação e com o registo de recomendações específicas como parte dos relatórios de avaliação, bancos de dados coletados, documentação analisada, registros feitos, depoimentos, enfim todo o material disponível que diga respeito e retrate a avaliação desenvolvida. As meta-avaliações somativas, segundo Stufflebeam (2001), auxiliam os interessados a perceber tanto os pontos fortes como as fragilidades da avaliação realizada e ainda o seu mérito e valor. As análises dos processos da avaliação

realizada e o registro de recomendações específicas devem fazer parte dos relatórios de avaliação de cada instituição.

A lista chave de verificação deve ser aplicada a partir de um quadro de referência, desenvolvido especificamente para esta metodologia. Na proposta de meta-avaliação a partir da lista de verificação, utiliza-se cada item do relatório da avaliação realizada como indicador ou como balizador da meta-avaliação.

Para a realização da meta-avaliação do Sinaep, a legenda sugerida por Davidson (2005), com adequações específicas para a educação profissional e tecnológica, é utilizada como marco orientador para o julgamento a partir de cada ponto do relatório institucional da avaliação realizada, conforme apresentado no Quadro 15:

A = atinge todos os aspectos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa.

B = atinge a maioria dos aspectos relativos a este ponto, não cobre um ou dois deles ou trata dos aspectos principais, mas não é 100% claro.

C = trata do ponto, mas perde alguns aspectos cruciais ou perde vários aspectos importantes ou é um tanto desorganizado ou pouco claro.

D = apresenta um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente.

E = perde ponto totalmente.

Quadro 15 – Proposta de lista chave de verificação para meta-avaliação do Sinaep

Ponto de Verificação		Julgamento (A-E)	Justificativa do Julgamento
Preliminares	Apresentação e objetivos		
	Justificativa e finalidades		
	Metodologia		
Fundamentos da Avaliação	Antecedentes e contexto		
	Descrições e definições		
	Sujeitos da avaliação		
	Recursos		
	Valores		
Sub Avaliações	Processo		
	Resultados		
	Custos		
	Comparações		
Conclusões	Síntese		
	Recomendações e explicações		
	Responsabilizações		
	Relatório e apoio		
	Meta-avaliação		

Fonte: Adaptado de Scriven (2007).

A meta-avaliação do Sinaep deve ser realizada pelas instituições e redes de educação profissional e tecnológica e pela Setec/MEC, com resultados avaliados pelo CONPEP, com o objetivo de tecer recomendações para o contínuo aperfeiçoamento dos processos de avaliação, verificando, dentre outros aspectos, a adequação dos instrumentos e metodologias à complexidade institucional e à diversidade do sistema; a utilidade das recomendações para o aperfeiçoamento das instituições e para a melhoria da qualidade acadêmica e tecnológica; a viabilidade dos métodos e instrumentos utilizados; e a justeza e confiabilidade dos resultados.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- ANDRADE, Dalton Francisco; TAVARES, Ribeiro Tavares; VALLE, Raquel da Cunha. *Teoria de resposta ao item: conceitos e aplicações*. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística, 2000.
- ARCOVERDE, A. C. B. *Avaliação de políticas públicas: elemento estratégico de gestão da coisa pública*. Artigo apresentado na IV Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) em São Luís, Maranhão, 2009.
- _____. Exposição na Oficina “Bases teórico-conceituais e metodológicas para a avaliação da educação profissional e tecnológica”, realizada em Brasília, 2013.
- _____. *Uma Visão institucional para avaliação de políticas públicas*. In: MACHADO, Nelson et al. (Org.) *Gestão baseada em resultados no setor público*. Atlas, São Paulo, 2012.
- BELLONI, I. Educação. In: BITTAR, J. (org.). *Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos e experiências petistas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BERENDS, L.; ROBERTS, B. *Evaluation standards and their application to indigenous programs in Victoria, Australia*. *Evaluation Journal of Australasia*, Canberra, Australia, v. 3, n. 2, 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- _____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: MEC, 1996.
- _____. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*. Brasília, DF: MEC, 2001.
- CHILE. *Lei nº 20.370/2009 que estabelece a Lei Geral da Educação*. Disponível em: <<http://www.leychile.cl>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- _____. *Lei nº 20.529/2011 que estabelece o Sistema Nacional de Aseguramiento de la Calidad de la Educación Parvularia, Básica y Media y su Fiscalización*. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: <<http://www.bcn.cl/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- _____. *Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho – SNED* Disponível em: <<http://www.sned.mineduc.cl/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- _____. *Sistema Nacional de Avaliação de Resultados da Aprendizagem – SIMCE*. Disponível em: <<http://www.simce.cl>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- DA SILVEIRA LOBO NETO, Francisco José. *Trabalho Necessário Senai: 70 Anos*. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN14Lobo.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2013.
- DAUDT BRIZOLA, Carlos. *Portaria nº 05, de 08 de janeiro de 2013 – Aprova instruções para a declaração Anual de Informações Sociais – RAIS ano base 2012*. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/rais_ftp/PortariaRais2012.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- DAVIDSON, E. J. *Evaluation methodology basics*. Thousands Oaks, CA: Sage, 2005.
- DEMO, P. *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DIAS SOBRINHO, J. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado. Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. RISTOFF, D. I. (orgs.). *Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Dicionário de Alemão. *Definição de "Land"* Disponível em:<http://michaelis.uol.com.br/escolar/alemao/definicao/alemao-portugues/land_50489.html>. Acesso em: 20 jan. 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa*. Paulo Freire: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Candido Alberto da Costa. *Tendências da Educação e Formação Profissional no Hemisfério Norte*. Série Estudos Educacionais, n. 4. Brasília: Senai-DN, 2008.

GOMES, Candido Alberto da Costa. *Tendências da Educação e Formação Profissional no Hemisfério Sul*. Série Estudos Educacionais, n. 6. Brasília: Senai-DN, 2009.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Avaliação Institucional – Presidência e Alta Direção 2012*. Disponível em:<http://www.faecetec.rj.gov.br/saif/images/Avaliacao_%20Institucional_%20da%20Presidencia_e_%20Alta_Direcao_2012.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. _____. _____. *Sobre o SAIF*. Disponível em:<<http://www.faecetec.rj.gov.br/saif/>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil*. *Revista do Serviço Público*. Brasília, nº 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA *Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior – Sinaes*. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 11 nov. 2013.

MACHADO, L. R. de S. *Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora*. In: MACHADO, L. et al. (Orgs.) *Trabalho e Educação*. Campinas: Papyrus/Cedes/Ande/Anped, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Informações Gerais Sobre a Pnad*. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12521:inf>. Acesso em: 26 dez. 2013.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo Escolar da Educação Básica 2013*. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/documentos/2013/folder_censo_escolar_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. _____. *Censo Escolar*. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. _____. *Portaria nº143, de 09 de abril de 2013*. Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/legislacao/2013/portaria_n143_convenios_censo_escolar_09_abr_2013.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. *O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias*. Disponível em:<http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA. *Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC)*. Disponível

em:<<http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/guia%20sistec%20if%202012.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. *Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica*. Disponível em:<http://sitesistec.mec.gov.br/index.php?Itemid=140&id=124&option=com_content&view=article>. Acesso em: 11 nov. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Gestão da Informação*. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. *Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação SAGI*. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

_____. *Gestão e Acompanhamento do Programa Brasil sem Miséria*. Disponível em:<<http://www.brasilsemiseria.gov.br/gestao-e-acompanhamento>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública*. 1ª Edição. Brasília: MP, 2012. 64 p.: il. color. Disponível em:<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/121003_orient_indic_triangular.pdf>. Acesso em 16 set. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - *Observatório do Mercado de Trabalho*. Disponível em:<<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged*. Disponível em:<<http://portal.mte.gov.br/caged>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. *O que é a RAIS*. Disponível em:<http://www.rais.gov.br/rais_sitio/oque.asp>. Acesso em: 13 nov. 2013.

NETO, Wadih; JANNUZZI, Paulo de Martino; SILVA, Pedro Luis do Nascimento. *Sistemas de Indicadores ou Indicadores Sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais?* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

PASQUALI, Luiz. *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004

PORTAL DO EMPREENDEDOR. *Definição do Microempreendedor Individual – MEI*. Disponível em:<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

RISTOFF, D. I. Exposição na Oficina “*Bases teórico-conceituais e metodológicas para a avaliação da educação profissional e tecnológica*”, realizada em Brasília, 2013.

SAUL, M. A. *Avaliação Emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. 7ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SCRIVEN, M. *Evaluation thesaurus*. 4th. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM PARA AS COOPERATIVAS. *Capacitação e Aperfeiçoamento para as Cooperativas*. Disponível em:< <http://www.ocb.org.br/site/sescoop>>. Acesso em: 05 dez.2013.

SERVIÇO NACIONAL DO TRANSPORTE E SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE. Disponível em:<<http://www.sestsenat.org.br/Paginas/Quem-Somos.aspx>>. Acesso em: 05 dez.2013.

STUFFLEBEAM, D. L. *The metaevaluation imperative*. American Journal of Evaluation, Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-209, 2001.

APÊNDICE A – INDICADORES PRÉVIOS PARA A AVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÃO

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.164 - Auditório ou equivalentes
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, mobiliário e espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Site institucional; Plantas baixas Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.165 - Espaço de trabalho e estudo para os professores
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, mobiliário, espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança), equipamentos de informática e comunicação e acesso à internet, em função do número de docentes</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Site institucional; Plantas baixas Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.166 - Espaço para atendimento aos estudantes
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, mobiliário, espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança), equipamentos de informática e comunicação e acesso à internet, em função do número de estudantes</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Site institucional; Plantas baixas Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.167 - Espaços de convivência e de alimentação
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, mobiliário e espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.168 - Infraestrutura de biblioteca
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Espaço físico (dimensão em função das vagas, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação), mobiliário, equipamentos, instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo e plano de adequação/expansão física (</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sistemas e bases de informação: Censos</p> <p>Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Site institucional; Plantas baixas</p> <p>Sujeitos: Gestores da biblioteca e usuários</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.169 - Infraestrutura de laboratórios de informática
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, mobiliário, espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação), equipamentos, acesso à internet e acessibilidade digital</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sistemas e bases de informação: Censos</p> <p>Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Site institucional; Plantas baixas</p> <p>Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.170 - Infraestrutura de laboratórios específicos
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, mobiliário, espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança) e diversidade de equipamentos e instrumentos de medição e de experimentação</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sistemas e bases de informação: Censos</p> <p>Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp</p> <p>Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.171 - Infraestrutura para práticas desportivas
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, material e espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sistemas e bases de informação: Censos</p> <p>Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Plantas baixas</p> <p>Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.172 - Instalações administrativas
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, mobiliário e espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Plantas baixas Sujeitos: Gestores</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.173 - Instalações sanitárias
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade e espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Site institucional; Plantas baixas Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.174 - Plano de atualização de laboratórios de informática
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Plano de atualização de software e hardware, coerência com o plano de desenvolvimento e metas institucionais e alocação de recursos</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação Sujeitos: Gestores de TI e usuários</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.175 - Plano de atualização de laboratórios específicos
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Plano de atualização, coerência com o planejamento institucional e alocação de recursos</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.176 - Plano de atualização do acervo bibliográfico
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre o plano de desenvolvimento e metas institucionais e as ações acadêmico-administrativas de alocação de recursos para composição e atualização do acervo físico e eletrônico da biblioteca</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sistemas e bases de informação: Sistemas de bibliotecas</p> <p>Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação;</p> <p>Documentos institucionais/ regimento das bibliotecas</p> <p>Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.177 - Recursos de tecnologia da informação e comunicação
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, programas específicos de computadores (softwares), conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp;</p> <p>Relatório de autoavaliação</p> <p>Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.178 - Salas de aula
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, mobiliário e espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança) em função do número de estudantes</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sistemas e bases de informação: Censos</p> <p>Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Plantas baixas</p> <p>Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.179 - Serviços de apoio e funcionamento dos laboratórios de informática
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Apoio técnico, atualização e disponibilidade de insumos, normas de funcionamento, utilização e segurança, manutenção dos equipamentos e instrumentos</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Site institucional; Contratos de prestação de serviço</p> <p>Sujeitos: Gestores dos laboratórios e usuários</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 1.180 - Serviços de apoio e funcionamento dos laboratórios específicos
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Apoio técnico, atualização e disponibilidade de insumos, normas de funcionamento, utilização e segurança, manutenção dos equipamentos e instrumentos</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação Sujeitos: Gestores dos laboratórios e usuários</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.181 - Acompanhamento de egressos
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre o planejamento institucional, as ações acadêmico-administrativas e o acompanhamento de egressos; atuação profissional, responsabilidade social, inserção socioprofissional, preparação para o mundo do trabalho; relação com entidades de class</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistemas acadêmicos, de controle e de gestão Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Site institucional Sujeitos: Comunidade acadêmica e entorno</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.182 - Aderência às demandas locais
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre o planejamento institucional, as ações acadêmico-administrativas e a identificação de demandas sociais, culturais e produtivas locais para a oferta de cursos e para o desenvolvimento de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e inovação, v</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica e entorno</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.183 - Assistência estudantil
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre o planejamento institucional, as ações acadêmico-administrativas e os programas de assistência social para os estudantes</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Site institucional Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.184 - Atendimento aos estudantes
	Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre o planejamento institucional, as ações acadêmico-administrativas e os programas de apoio e atendimento psicopedagógico aos estudantes; desenvolvimento acadêmico; promoção de eventos; divulgação da produção discente; ações de complementação
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistemas acadêmicos, de controle e de gestão Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Site institucional Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.185 - Desenvolvimento do ensino
	Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre o planejamento institucional, as ações acadêmico-administrativas e as atividades de ensino; sistemática de atualização curricular; desenvolvimento e utilização de material didático-pedagógico; sistemática de implantação de cursos; oferta d
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistemas acadêmicos, de controle, de gestão e de gestão de pessoas Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Pastas funcionais; Intranet Sujeitos: Com Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.186 - Experiência docente fora do magistério
	Aspectos ou critérios de análise: Índice de experiência profissional fora do magistério do corpo docente
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.187 - Índice de satisfação do estudante - instituição
	Aspectos ou critérios de análise: Nível de satisfação do estudante em relação a instituição
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.188 - Matrículas por eixo tecnológico
	Aspectos ou critérios de análise: Total de matrículas equivalentes (em relação a 800 horas x aluno) por eixo tecnológico
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.189 - Pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação
	Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre o planejamento institucional, as ações acadêmico-administrativas e as atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação; desenvolvimento de programas de intercâmbio nacionais e internacionais; transferência de tecnologia
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistemas acadêmicos Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metodologia; Relatório de autoavaliação; Intranet Sujeitos: Comunidade acadêmica e entorno Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.190 - Regime de contratação docente
	Aspectos ou critérios de análise: Total de docentes por regime de contrato
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; Sistema acadêmico e de pessoal Documentos institucionais: Relatório de gestão Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.191 - Relação aluno-professor
	Aspectos ou critérios de análise: Rap - relação de matrículas-equivalentes (em relação a 800 horas x aluno) por professor-equivalente (em relação a 40 horas)
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.192 - Relação de títulos
	Aspectos ou critérios de análise: Biblioteca - relação de títulos por matriculados
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistema acadêmico e de bibliotecas Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.193 - Relação de volumes
	Aspectos ou critérios de análise: Biblioteca - relação de volumes por matriculados
	Equação de cálculo (quando há): A definir
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados
Fonte da pesquisa avaliativa:	
Sistemas e bases de informação: Sistema acadêmico e de bibliotecas	
Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente	

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.194 - Relação inscritos candidados - total
	Aspectos ou critérios de análise: Relação candidatos inscritos/ matrículas efetivadas
	Equação de cálculo (quando há): A definir
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados
Fonte da pesquisa avaliativa:	
Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC	
Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente	

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.195 - Relação inscritos candidados por eixo
	Aspectos ou critérios de análise: Relação candidatos inscritos/ matrículas efetivadas por eixo tecnológico
	Equação de cálculo (quando há): A definir
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados
Fonte da pesquisa avaliativa:	
Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC	
Documentos institucionais: Relatório de gestão	
Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente	

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.196 - Serviços da biblioteca
	Aspectos ou critérios de análise: Informatização do acervo, consulta e reserva via internet, política de orientação e apoio ao estudante, política de empréstimo e adequação do horário de funcionamento
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa:	
Sistemas e bases de informação: Sistemas de bibliotecas	
Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Site institucional; Contratos de prestação de serviço	
Sujeitos: Gestores da biblioteca e usuários	
Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente	

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.197 - Taxa de carga-horária do docente por unidade
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual médio de destinação de carga-horária do docente por unidade de ensino
	Equação de cálculo (quando há): A definir
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados
Fonte da pesquisa avaliativa:	
Sistemas e bases de informação: Censos; Sistema acadêmico e de pessoal	
Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente	

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.198 - Taxa de captação de recursos - pesquisa aplicada e inovação
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de recursos externos captados em ações de pesquisa aplicada e inovação em relação ao recurso total de pesquisa aplicada e inovação
	Equação de cálculo (quando há): A definir
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco
	Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de gestão
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.199 - Taxa de captação de recursos - extensão e desenvolvimento tecnológico
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de recursos externos captados em ações de extensão e desenvolvimento tecnológico em relação ao recurso total de extensão e desenvolvimento tecnológico
	Equação de cálculo (quando há): A definir
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco
	Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de gestão
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.200 - Taxa de conclusão dos cursos no período
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de conclusão em relação ao número de matriculados no período
	Equação de cálculo (quando há): Concluídos / matriculados no período (em todos os cursos)
	Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados
	Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC
	Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.201 - Taxa de docentes com dedicação
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de docentes com dedicação exclusiva à unidade de ensino
	Equação de cálculo (quando há): A definir
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados
	Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; Sistema acadêmico e de pessoal Documentos institucionais: Relatório de gestão
	Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.202 - Taxa de evasão dos cursos no período
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de evasão em relação ao número de matriculados no período
	Equação de cálculo (quando há): Saídas não exitosas / matriculados no período (em todos os cursos)
	Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados
	Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC
	Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.203 - Taxa de ingressantes dos cursos
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Percentual de ingressantes em relação ao número de matriculados no período anterior</p> <p>Equação de cálculo (quando há): $\text{Ingressantes} / \text{matriculados no período anterior}$ (em todos os cursos)</p> <p>Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.204 - Taxa de retenção dos cursos no período
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Percentual de retenção em relação ao número de matriculados no período</p> <p>Equação de cálculo (quando há): $\text{Matrículas ativas após a data prevista para o término do ciclo} / \text{matriculados no período}$ (em todos os cursos)</p> <p>Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS ACADÊMICAS E DE INOVAÇÃO
	INDICADOR: 1.205 - Taxa de verticalização
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Taxa de verticalização de estudantes por nível de ensino (entre fundamental e médio, médio e graduação, graduação e pós-graduação)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): A definir</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.206 - Comunicação com a comunidade externa
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre as ações de comunicação com a comunidade externa e os documentos institucionais (projeto político pedagógico e plano de desenvolvimento e metas institucionais); divulgação de resultados das avaliações, dos cursos ofertados, das atividades</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metad; Relatório de autoavaliação; Site institucional; Planos de comunicação e seus registros; Site institucional, redes sociais, registros de ouvidoria Sujeitos: Comunidade a</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.207 - Comunicação com a comunidade interna
	Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre as ações de comunicação com a comunidade interna e os documentos institucionais (projeto político pedagógico e plano de desenvolvimento e metas institucionais); divulgação de resultados das avaliações, dos cursos ofertados, das atividades
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Site institucional; Planos de comunicação e seus registros; Site institucional, redes sociais, registros de ouvidoria Sujeitos: Comunidade a Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.208 - Custeio e investimentos
	Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre a(s) fonte(s) de recurso e custeio, os investimentos previstos em documentos institucionais e as políticas direcionadas à sua aplicação, alocação e captação
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistemas de controle de orçamento e custo Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação Sujeitos: Gestores Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.209 - Desenvolvimento da avaliação institucional
	Aspectos ou critérios de análise: Previsão/implantação de processo de autoavaliação institucional com participação da comunidade acadêmica
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.210 - Divulgação dos resultados da avaliação institucional
	Aspectos ou critérios de análise: Elaboração de relatório e divulgação da análise dos resultados do processo de avaliação interna e externa para a comunidade acadêmica
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.211 - Ferramentas de gestão e acompanhamento institucional
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Existência de instrumentos de gestão e desenvolvimento de ações acadêmico-administrativas para a melhoria institucional</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sistemas e bases de informação: Sistemas acadêmicos, de controle e de gestão</p> <p>Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação</p> <p>Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.212 - Função social, políticas e metas institucionais
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre a função social e as políticas previstas no de projeto político pedagógico (PPP) e as metas previstas no plano de desenvolvimento e metas institucionais</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp;</p> <p>Relatório de autoavaliação</p> <p>Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.213 - Gasto com custeio
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Percentual de gasto com custeio (exclui pessoal)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): A definir</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sistemas e bases de informação: SIMEC, Sistema administrativo</p> <p>Documentos institucionais: Relatório de gestão </p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.214 - Gasto com investimento
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Percentual de gasto com investimento (imóveis, equipamentos, mobiliários)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): A definir</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sistemas e bases de informação: SIMEC, Sistema administrativo</p> <p>Documentos institucionais: Relatório de gestão </p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.215 - Gasto com pessoal
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Percentual de gasto com pessoal</p> <p>Equação de cálculo (quando há): A definir</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sistemas e bases de informação: SIMEC, Sistema de pessoal</p> <p>Documentos institucionais: Relatório de gestão </p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.216 - Gestão institucional
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre as políticas firmadas em documentos institucionais e a autonomia, o funcionamento e a representatividade dos órgãos de gestão e colegiados, a representação dos segmentos institucionais, os critérios de indicação e recondução de seus membros</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação</p> <p>Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.217 - Inclusão social e desenvolvimento local
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre o planejamento institucional e os projetos e ações de voltados para a inovação e produtividade, com responsabilidade social, e para a melhoria das condições e da qualidade de vida da comunidade local</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação</p> <p>Sujeitos: Comunidade acadêmica e entorno</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.218 - Índice de percepção dos públicos estratégicos - imagem institucional
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Nível geral de percepção dos públicos estratégicos quanto à imagem institucional</p> <p>Equação de cálculo (quando há): A definir</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sujeitos: Entorno</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.219 - Índice de satisfação dos servidores - gestão dos processos administrativos
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Nível geral de satisfação dos servidores em relação à gestão dos processos administrativos da Instituição</p> <p>Equação de cálculo (quando há): a definir</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Sujeitos: Professores e técnicos</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.220 - Investimento aluno - custeio
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Gasto de custeio (exclui pessoal) por matrícula equivalente (em relação a 800 horas x aluno)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): A definir</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, SIMEC Documentos institucionais: Relatório de gestão </p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.221 - Investimento aluno - total
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Gasto total por matrícula equivalente (em relação a 800 horas x aluno)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): A definir</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, SIMEC Documentos institucionais: Relatório de gestão </p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.222 - Meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre planejamento institucional e os projetos e ações para a promoção da defesa do meio ambiente e a preservação e produção de memória, identidade e patrimônio artístico e cultural</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação Sujeitos: Comunidade acadêmica e entorno</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.223 - Operacionalização de processos
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Organização, informatização, alimentação dos diversos sistemas de base de dados, transparência dos processos, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados pelo sistema de registro acadêmico e de controle da evasão escolar</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistemas acadêmicos, de controle e de gestão Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.224 - Planejamento institucional e implementação
	Aspectos ou critérios de análise: Coerência e articulação entre o planejamento institucional e os processos de avaliação
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Site institucional Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.225 - Política de formação, capacitação e gestão do corpo docente
	Aspectos ou critérios de análise: Promoção de condições de trabalho decente e fomento ao desenvolvimento profissional
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistemas de gestão de pessoas Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Pastas funcionais Sujeitos: Gestores e docentes Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.226 - Política de formação, capacitação e gestão do corpo técnico-administrativo
	Aspectos ou critérios de análise: Promoção de condições de trabalho decente e fomento ao desenvolvimento profissional
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistemas de gestão de pessoas Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metasp; Relatório de autoavaliação; Pastas funcionais Sujeitos: Gestores e técnicos Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

INSTITUIÇÃO	DIMENSÃO: POLÍTICAS DE GESTÃO
	INDICADOR: 1.227 - Taxa de matrículas registradas
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de matrículas registradas nos Censos INEP em relação ao SISTEC
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

APÊNDICE B – INDICADORES PRÉVIOS A AVALIAÇÃO DE CURSO

CURSO	DIMENSÃO: CORPO DOCENTE
	INDICADOR: 2.1 - Atuação do coordenador de curso
	Aspectos ou critérios de análise: Atuação do coordenador de curso na gestão dos processos pedagógicos e administrativos e participação em espaços coletivos institucionais de tomada de decisão
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário
CURSO	Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação; Site institucional; Regimentos e documento institucional Sujeitos: Comunidade acadêmica
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
	DIMENSÃO: CORPO DOCENTE
	INDICADOR: 2.2 - Atuação dos professores
	Aspectos ou critérios de análise: Domínio do conteúdo, relacionamento com a turma, frequência, pontualidade e uso de metodologias e procedimentos didáticos adequados
CURSO	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário
	Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica
	Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
	DIMENSÃO: CORPO DOCENTE
INDICADOR: 2.3 - Carga horária do coordenador de curso	
CURSO	Aspectos ou critérios de análise: Carga horária semanal do coordenador dedicada ao curso
	Equação de cálculo (quando há): Horas do coordenador dedicadas ao curso
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco
	Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Pastas funcionais
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
CURSO	DIMENSÃO: CORPO DOCENTE
	INDICADOR: 2.4 - Carga horária dos professores
	Aspectos ou critérios de análise: Proporção de horas dedicadas pelo corpo docente às atividades pedagógicas do curso em relação à carga-horária total do regime de trabalho do professor
	Equação de cálculo (quando há): Média aritmética para o corpo docente (hora extraclasse dividido pela hora total)
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco
CURSO	Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Pastas funcionais
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CORPO DOCENTE
	INDICADOR: 2.5 - Colegiado de curso ou equivalente
	Aspectos ou critérios de análise: Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente, considerando a representação dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamentos das decisões
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Regimentos, estatuto Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CORPO DOCENTE
	INDICADOR: 2.6 - Experiência do coordenador de curso
	Aspectos ou critérios de análise: Experiência profissional na área técnica, no magistério e na gestão acadêmica
	Equação de cálculo (quando há): Somatória simples com resultado por semestre e contabilizando atuações concomitantes como parcelas do somatório Procedimentos metodológicos: Verificação in loco Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Pastas funcionais Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CORPO DOCENTE
	INDICADOR: 2.7 - Experiência dos professores fora do magistério
	Aspectos ou critérios de análise: Índice de experiência profissional fora do magistério
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CORPO DOCENTE
	INDICADOR: 2.8 - Experiência dos professores no magistério
	Aspectos ou critérios de análise: Experiência profissional no magistério - na educação profissional e tecnológica e na educação básica, em média
	Equação de cálculo (quando há): Somatória simples com resultado por semestre e contabilizando atuações concomitantes como parcelas do somatório Procedimentos metodológicos: Verificação in loco Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Pastas funcionais Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CORPO DOCENTE
	INDICADOR: 2.9 - Produção dos professores
	Aspectos ou critérios de análise: Produção técnica, tecnológica, acadêmico-científica e artístico-cultural do corpo docente, em média
	Equação de cálculo (quando há): Média das somatórias das produções de cada docente Procedimentos metodológicos: Verificação in loco Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Pastas funcionais Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CORPO DOCENTE
	INDICADOR: 2.10 - Taxa de professores com graduação
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de docentes graduados pelo total de docentes que atuam no curso
	Equação de cálculo (quando há): Número de docentes graduados / total de docentes do curso
	Procedimentos metodológicos: Verificação in loco Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Pastas funcionais Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.11 - Aprendizagem escolar
	Aspectos ou critérios de análise: Avaliação da aprendizagem na perspectiva contínua, formativa e cumulativa em consonância com a organização curricular do curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.12 - Atendimento a estudantes com deficiência
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de estudantes com deficiência atendidos em relação ao total de estudantes com deficiência
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistema acadêmico Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.13 - Atividades complementares ou extracurriculares
	Aspectos ou critérios de análise: Desenvolvimento de atividades complementares ou extracurriculares
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Site institucional Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.14 - Conclusão de estudantes com deficiência
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de estudantes com deficiência egressos em relação ao total de estudantes ingressantes com deficiência
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistema acadêmico Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.15 - Conteúdos curriculares
	Aspectos ou critérios de análise: Adequação dos conteúdos curriculares em atendimento ao perfil profissional de conclusão previsto no projeto pedagógico do curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto pedagógico de curso Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.16 - Contexto educacional e aderência às demandas locais
	Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre o planejamento institucional, as ações acadêmico-administrativas e a identificação de demandas sociais, culturais e produtivas locais para a oferta de cursos e para o desenvolvimento de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e inovação, v
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censo, PNAD Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.17 - Documentos institucionais
	Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre o projeto pedagógico de curso, o projeto político pedagógico, o plano de desenvolvimento e metas institucionais e o desenvolvimento local
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metasp; Projeto pedagógico de curso Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.18 - Estágio curricular
	Aspectos ou critérios de análise: Atendimento às diretrizes específicas da instituição e/ou dos conselhos profissionais, quando previsto
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.19 - Índice de satisfação do estudante - curso
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Nível de satisfação do estudante em relação ao curso</p> <p>Equação de cálculo (quando há): A definir</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.20 - Material didático
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Elaboração e atualização de material didático em consonância com a forma e a modalidade do curso</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metapas; Site institucional Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.21 - Mecanismos de interação
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Existência de mecanismos que possibilitem a interação entre docentes, tutores (quando houver) e estudantes</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Site institucional; AVA Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.22 - Metodologia
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Consonância entre as atividades pedagógicas desenvolvidas e a metodologia prevista no projeto pedagógico do curso e no projeto político-pedagógico da instituição</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto pedagógico de curso Sujeitos: Estudantes</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.23 - Objetivos do curso
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Coerência dos objetivos geral e específicos do curso com as diretrizes curriculares nacionais, com o respectivo catálogo nacional de cursos (ou equivalente) e com o desenvolvimento local</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto pedagógico de curso Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.24 - Percentual de vagas articuladas com EJA
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de vagas de EPT articulada com EJA em relação ao número de matrículas equivalentes
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado;

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.25 - Perfil profissional de conclusão
	Aspectos ou critérios de análise: Conformidade dos componentes e dos conteúdos curriculares com as diretrizes curriculares nacionais, com o perfil profissional de conclusão previsto no respectivo catálogo nacional de cursos (ou equivalente) e com o desenvolvimento local
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.26 - Permanência e êxito
	Aspectos ou critérios de análise: Desenvolvimento de ações sistemáticas de acompanhamento do rendimento e do abandono/evasão de estudantes no processo ensino-aprendizagem
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metad; Site institucional Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.27 - Políticas institucionais no âmbito do curso
	Aspectos ou critérios de análise: Articulação do curso com as políticas e programas institucionais previstos no projeto político pedagógico e/ou no plano de desenvolvimento e metas institucionais
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; Plano de desenvolvimento/metad; Projeto pedagógico de curso; Site institucional Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.28 - Prática profissional
	Aspectos ou critérios de análise: Promoção do desenvolvimento da prática profissional na organização curricular do curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.29 - Princípios curriculares
	Aspectos ou critérios de análise: Previsão da flexibilização, integração teoria e prática, formação humana integral, interdisciplinaridade, contextualização, pesquisa como princípio pedagógico e trabalho como princípio educativo no currículo do curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.30 - Regime de contratação docente
	Aspectos ou critérios de análise: Total de docentes por regime de contrato
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; Sistema acadêmico e de pessoal Documentos institucionais: Relatório de gestão Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.31 - Relação inscritos candidados - total
	Aspectos ou critérios de análise: Relação candidatos inscritos/ matrículas efetivadas
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.32 - Taxa de carga-horária do docente por unidade/curso
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual médio de destinação de carga-horária do docente por unidade de ensino/curso
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; Sistema acadêmico e de pessoal Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.33 - Taxa de conclusão no período
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de conclusão em relação ao número de matriculados no período
	Equação de cálculo (quando há): Concluídos / matriculados no período Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.34 - Taxa de conclusão por ingressantes
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de conclusão em relação ao número de ingressantes em cada curso, por ciclo de matrícula
	Equação de cálculo (quando há): Concluídos / ingressantes Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.35 - Taxa de docentes com dedicação exclusiva
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de docentes com dedicação exclusiva à unidade de ensino
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; Sistema acadêmico e de pessoal Documentos institucionais: Relatório de gestão Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.36 - Taxa de evasão no período
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de evasão em relação ao número de matriculados no período
	Equação de cálculo (quando há): Saídas não exitosas / matriculados no período Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.37 - Taxa de evasão por ingressante
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de evasão em relação ao número de ingressantes em cada curso, por ciclo de matrícula
	Equação de cálculo (quando há): Saídas não exitosas / ingressantes Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.38 - Taxa de ingressantes
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de ingressantes em relação ao número de matriculados no período anterior
	Equação de cálculo (quando há): $\text{Ingressantes} / \text{matriculados no período anterior}$ Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.39 - Taxa de ocupação efetiva do curso
	Aspectos ou critérios de análise: Relação de matriculados por vagas totais
	Equação de cálculo (quando há): $\text{Número de matriculados} / \text{número de vagas totais}$ Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: SISTEC Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.40 - Taxa de ocupação inicial do curso
	Aspectos ou critérios de análise: Relação de ingressantes por vagas iniciais
	Equação de cálculo (quando há): $\text{Número de ingressantes} / \text{número de vagas iniciais}$ Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: SISTEC Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.41 - Taxa de retenção no período
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de retenção em relação ao número de matriculados no período
	Equação de cálculo (quando há): $\text{Matrículas ativas após a data prevista para o término do ciclo} / \text{matriculados no período}$ Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.42 - Taxa de retenção por ingressante
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de retenção em relação ao número de ingressantes em cada curso, por ciclo de matrícula
	Equação de cálculo (quando há): $\text{Matrículas ativas após a data prevista para o término do ciclo} / \text{ingressantes}$ Procedimentos metodológicos: Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC, e-MEC Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.43 - Tecnologias de informação e comunicação (TIC)
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Utilização de TIC no processo ensino-aprendizagem para o desenvolvimento do curso</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Site institucional; AVA Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: CURRÍCULO
	INDICADOR: 2.44 - Tutoria
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Desenvolvimento de tutoria que atenda às atividades didático-pedagógicas previstas na estrutura curricular</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Projeto político-pedagógico; AVA Sujeitos: Estudantes</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.45 - Acervo bibliográfico
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Adequação para o atendimento de todas as componentes curriculares do curso, incluindo bibliografia básica e complementar e periódicos.</p> <p>Equação de cálculo (quando há): A definir</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistemas de biblioteca Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.46 - Espaço de trabalho e estudo para os professores
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, mobiliário, espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança), equipamentos de informática e comunicação e acesso à internet, em função do número de docentes</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.47 - Espaço de trabalho para a coordenação do curso
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança), mobiliário, equipamento de informática e comunicação e privacidade para atendimento aos estudantes e professores</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.48 - Infraestrutura de biblioteca
	Aspectos ou critérios de análise: Espaço físico (dimensão em função das vagas, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação), mobiliário, equipamentos, instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo e plano de adequação/expansão física (
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.49 - Infraestrutura de laboratórios
	Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, mobiliário, espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança) e diversidade de equipamentos e instrumentos de medição e de experimentação, de acordo com o curso e com as vagas ofertadas
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.50 - Plano de atualização de laboratórios
	Aspectos ou critérios de análise: Apoio técnico, atualização e disponibilidade de insumos com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, em coerência com o planejamento institucional e alocação de recursos
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Verificação in loco Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Plano de desenvolvimento/metas Sujeitos: Comunidade acadêmica Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.51 - Relação de títulos
	Aspectos ou critérios de análise: Biblioteca - relação de títulos por matriculados
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistema acadêmico e de bibliotecas Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.52 - Relação de volumes
	Aspectos ou critérios de análise: Biblioteca - relação de volumes por matriculados
	Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Sistema acadêmico e de bibliotecas Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.53 - Salas de apoio presencial para a educação a distância
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança), mobiliário, equipamentos de informática e comunicação e acesso à internet, em função do número de estudantes</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.54 - Salas de aula
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Quantidade, espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança) e mobiliário, em função do número de estudantes</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.55 - Secretaria
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Registros acadêmicos, espaço físico (dimensão, acústica, limpeza e conservação, iluminação, ventilação, acessibilidade e segurança) e mobiliário.</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
CURSO	DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL
	INDICADOR: 2.56 - Serviços de apoio e funcionamento dos laboratórios
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Apoio técnico, atualização e disponibilidade de insumos, normas de funcionamento, utilização e segurança, manutenção dos equipamentos e instrumentos</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Comunidade acadêmica</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

APÊNDICE C – INDICADORES PRÉVIOS PARA A AVALIAÇÃO DE ESTUDANTE

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.99 - Bolsa de estudos ou financiamento - mensalidade
	Aspectos ou critérios de análise: Recebimento de bolsa de estudos ou financiamento para custear as mensalidades do curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.100 - Bolsa-auxílio
	Aspectos ou critérios de análise: Recebimento de alguma bolsa ou auxílio (exceto para cobrir mensalidades)
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.101 - Conclusão do ensino fundamental
	Aspectos ou critérios de análise: Tempo entre conclusão do ensino fundamental e ingresso no curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.102 - Conclusão do ensino médio
	Aspectos ou critérios de análise: Tempo entre conclusão do ensino médio e ingresso no curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.103 - Cor/etnia/raça
	Aspectos ou critérios de análise: Cor/etnia/raça
	Equação de cálculo (quando há): Média da pontuação obtida na avaliação pelo empregador / total de pontos Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.104 - Escolaridade da mãe
	Aspectos ou critérios de análise: Escolaridade da mãe
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.105 - Escolaridade do pai
	Aspectos ou critérios de análise: Escolaridade do pai
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.106 - Estado civil
	Aspectos ou critérios de análise: Estado civil
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.107 - Estágio
	Aspectos ou critérios de análise: Realização de estágio durante o curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.108 - Experiência de trabalho
	Aspectos ou critérios de análise: Experiência de trabalho
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.109 - Financiamento pessoal
	Aspectos ou critérios de análise: Financiamento pessoal
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.110 - Interiorização
	Aspectos ou critérios de análise: Referência de mudança de localização entre a cidade, estado ou país para realização do curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.111 - Moradia - habitantes
	Aspectos ou critérios de análise: Número de habitantes na moradia
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.112 - Moradia - tipo
	Aspectos ou critérios de análise: Tipo de moradia
	Equação de cálculo (quando há): Média da pontuação obtida na avaliação pelo egresso / total de pontos Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.113 - Motivação para o curso
	Aspectos ou critérios de análise: Motivação para a escolha do curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.114 - Política de ação afirmativa
	Aspectos ou critérios de análise: Ingresso no curso por meio de políticas de ação afirmativa
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.115 - Prática de estudos
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Número de horas semanais dedicadas aos estudos (excetuando as horas de aula)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.116 - Prática de leitura
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Número de livros lido no último ano (excetuando os indicados na bibliografia do curso)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.117 - Regime de trabalho
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Regime de trabalho</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.118 - Renda familiar
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Renda familiar total</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.119 - Renda pessoal
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Renda pessoal</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.120 - Tipo de ação afirmativa
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Tipo de ação afirmativa para ingresso no curso</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação</p> <p>Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.121 - Tipo de curso - ensino médio
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Tipo de curso de ensino médio concluído</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação</p> <p>Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.122 - Tipo de escola - ensino fundamental
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Tipo de escola do ensino fundamental</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação</p> <p>Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.123 - Tipo de escola - ensino médio
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Tipo de escola do ensino médio</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação</p> <p>Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 3.124 - Utilização de biblioteca
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Frequência de utilização da biblioteca da instituição</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p>Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação</p> <p>Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: DESEMPENHO ACADÊMICO
	INDICADOR: 3.125 - Avaliação final da formação básica
	Aspectos ou critérios de análise: Desenvolvimento de conhecimentos do ensino médio Equação de cálculo (quando há): Nota obtida no exame de desempenho Procedimentos metodológicos: Aplicação de exame de desempenho Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação; Exames: ENEM ENEM
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado;
ESTUDANTE	DIMENSÃO: DESEMPENHO ACADÊMICO
	INDICADOR: 3.126 - Avaliação final da formação técnica
	Aspectos ou critérios de análise: Desenvolvimento de conhecimentos e competências gerais do eixo tecnológico e específicos do curso Equação de cálculo (quando há): Nota obtida no exame de desempenho Procedimentos metodológicos: Aplicação de exame de desempenho Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação; Exames: ENET (exame escrito com questões objetivas e discursivas e exame prático), ENADE ENET (exame escrito com questões objetivas e discursivas e exame prático), ENADE
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
ESTUDANTE	DIMENSÃO: DESEMPENHO ACADÊMICO
	INDICADOR: 3.127 - Avaliação inicial da formação básica
	Aspectos ou critérios de análise: Desenvolvimento de conhecimentos da educação básica na etapa anterior (ensino fundamental ou ensino médio) Equação de cálculo (quando há): Nota obtida no exame de desempenho Procedimentos metodológicos: Aplicação de exame de desempenho Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação; Exames: ENEM (ou outra avaliação do ensino médio), SAEB (ou outra avaliação do ensino fundamental) ENEM (ou outra avaliação do ensino médio), SAEB (ou outra avaliação do ensino fundamental)
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.128 - Acesso a tecnologias de comunicação e informação
	Aspectos ou critérios de análise: Acesso a internet, a redes sociais para fins de formação, recursos didáticos digitais, softwares, simuladores, plataforma/módulos EAD, e outras tecnologias de comunicação e informação Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante
	Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.129 - Apoio a eventos
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Adequação de apoio financeiro institucional à participação de estudantes em eventos (congressos, encontros, seminários, visitas técnicas etc.)</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado;</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.130 - Aprendizagem na formação básica
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Avaliação dos conhecimentos do ensino médio e do desenvolvimento ao longo da formação profissional</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Aplicação de exame de desempenho; Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Bancos de provas do ENEM para avaliação de estudantes ingressantes Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante e professores</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado;</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.131 - Aprendizagem na formação profissional
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Avaliação dos conhecimentos específicos e do desenvolvimento ao longo da formação profissional</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Aplicação de exame de desempenho; Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Bancos de provas do SAEB para avaliação de estudantes ingressantes Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante e professores</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.132 - Aprendizagem percebida da formação técnica
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Desenvolvimento de conhecimentos e competências gerais do eixo tecnológico e específicos do curso</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante e professores</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.133 - Apresentação de planos de ensino
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Apresentação dos planos de ensino pelos professores contendo objetivos, metodologias de ensino e critérios de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.134 - Articulação teoria e prática
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Contribuição de visitas técnicas, aulas práticas, oficinas, projetos integradores, estágios, práticas profissionais e atividades de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e inovação, e outras de atividades de articulação teoria e prática</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante e professores</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.135 - Assistência estudantil
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Alimentação, transporte, creche, alojamento/moradia, bolsa de estudo/gratuidade, monitoria/tutoria, e outras atividades de assistência ao estudante</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.136 - Atividades artístico-culturais e desportivas
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Contribuição de jogos estudantis, saraus, eventos culturais, feiras/exposições de arte, conjuntos vocais e instrumentais, teatro, dança ou eventos artísticos, e outras em atividades artístico-culturais e desportivas</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado;</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.137 - Atividades complementares
	Aspectos ou critérios de análise: Contribuição de atividades complementares do curso
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.138 - Autonomia e proatividade
	Aspectos ou critérios de análise: Contribuição do curso para o desenvolvimento de autonomia e proatividade
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.139 - Avaliação do corpo docente
	Aspectos ou critérios de análise: Domínio dos conteúdos, envolvimento e comprometimento com o ensino e aprendizagem do estudante, compromisso com a interação e com o diálogo, compromisso com os contratos pedagógicos, seriedade
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.140 - Coerência entre conteúdos e planos de ensino
	Aspectos ou critérios de análise: Coerência entre os conteúdos trabalhados pela maioria dos professores com os apresentados nos respectivos planos de ensino
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.141 - Contextualização
	Aspectos ou critérios de análise: Contextualização das disciplinas (teorias, procedimentos, técnicas, instrumentos, etc.) com os temas gerais e situações do cotidiano da realidade brasileira
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.142 - Cultura geral
	Aspectos ou critérios de análise: Contribuição do curso para a aquisição de cultura geral Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.143 - Exercício profissional
	Aspectos ou critérios de análise: Contribuição do curso para a preparação para o exercício profissional Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.144 - Formação na área
	Aspectos ou critérios de análise: Contribuição do curso para a aquisição de formação teórica na área Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.145 - Índice de satisfação do estudante - curso
	Aspectos ou critérios de análise: Nível de satisfação do estudante em relação ao curso Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.146 - Índice de satisfação do estudante - instituição
	Aspectos ou critérios de análise: Nível de satisfação do estudante em relação a instituição Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.147 - Índice de satisfação do estudante - políticas institucionais
	Aspectos ou critérios de análise: Índice de satisfação do estudante em relação às políticas institucionais Equação de cálculo (quando há): Distribuição do índice de satisfação do estudante por políticas institucionais Procedimentos metodológicos: Verificação in loco; Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante
	Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.148 - Infraestrutura e serviços de biblioteca
	Aspectos ou critérios de análise: Acervo (qualidade, quantidade e diversidade), acessibilidade, infraestrutura física e tecnológica, serviços de orientação e apoio ao estudante Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante
	Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.149 - Integração curricular
	Aspectos ou critérios de análise: Integração entre os conteúdos das diferentes disciplinas no currículo do curso Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.150 - Material didático - elaboração própria
	Aspectos ou critérios de análise: Indicação e utilização de manuais ou materiais elaborados pelos docentes Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante
	Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.151 - Material didático - geral
	Aspectos ou critérios de análise: Acesso a material didático de qualidade, em quantidade e diversidade, com adequação e adaptação às situações especiais Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante
	Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.152 - Material didático - livros-texto
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Indicação e utilização de livros-texto como material de estudo</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.153 - Material didático - periódicos
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Indicação e utilização de artigos de periódicos especializados (artigos científicos) como material de estudo</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.154 - Metacognição
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Capacidade de compreender e de gerir a própria aprendizagem e o desenvolvimento de atividades acadêmicas</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante e professores</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.155 - Metodologia de ensino
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Diversificação e adequação de estratégias didático-pedagógicas, de recursos tecnológicos e de instrumentos de avaliação</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.156 - Monitoria e tutoria
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Contribuição da participação em programas de monitoria ou tutoria</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.157 - Nível do curso
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Nível de exigência do curso</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p style="padding-left: 20px;">Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação</p> <p style="padding-left: 20px;">Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.158 - Projetos de extensão tecnológica ou tecnologias sociais
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Contribuição de ações comunitárias, projetos integradores, desenvolvimento/aplicação de tecnologias sociais, trabalhos de campo e serviços de extensão, e outras atividades ou projetos de extensão tecnológica</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p style="padding-left: 20px;">Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação</p> <p style="padding-left: 20px;">Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.159 - Projetos de inovação tecnológica ou pesquisa aplicada
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Contribuição de atividades de iniciação científica, projetos integradores, feira de ciências, olimpíadas de conhecimento e exposições tecnológicas, e outras atividades ou projetos de inovação tecnológica ou pesquisa aplicada</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p style="padding-left: 20px;">Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação</p> <p style="padding-left: 20px;">Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.160 - Prospecção profissional quanto à expectativa
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Expectativa em relação ao mundo do trabalho a partir da conclusão do curso</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa:</p> <p style="padding-left: 20px;">Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.161 - Relação com o corpo docente
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Qualidade da relação do estudante com os professores em geral: respeito, cooperação, diálogo no processo de ensino e de aprendizagem</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.162 - Trabalho em equipe
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Contribuição do curso para o desenvolvimento de capacidade de trabalho em equipe</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
ESTUDANTE	DIMENSÃO: PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
	INDICADOR: 3.163 - Vivência no mundo do trabalho
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Contribuição de visitas técnicas, aprendizagem em serviço ou experiência no mundo do trabalho, exceto estágio</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Documentos institucionais: Relatório de autoavaliação Sujeitos: Estudante</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

APÊNDICE D – INDICADORES PRÉVIOS A AVALIAÇÃO DE EGRESSO

EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.57 - Conclusão do ensino fundamental
	Aspectos ou critérios de análise: Tempo entre conclusão do ensino fundamental e ingresso no curso Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.58 - Conclusão do ensino médio
	Aspectos ou critérios de análise: Tempo entre conclusão do ensino médio e ingresso no curso Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.59 - Cor/etnia/raça
	Aspectos ou critérios de análise: Cor/etnia/raça Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.60 - Estado civil
	Aspectos ou critérios de análise: Estado civil Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.61 - Experiência de trabalho
	Aspectos ou critérios de análise: Experiência de trabalho Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso
	Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.62 - Financiamento pessoal
	Aspectos ou critérios de análise: Financiamento pessoal Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.63 - Moradia - habitantes
	Aspectos ou critérios de análise: Numero de habitantes na moradia Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.64 - Moradia - tipo
	Aspectos ou critérios de análise: Tipo de moradia Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.65 - Prática de estudos
	Aspectos ou critérios de análise: Número de horas semanais dedicadas aos estudos Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.66 - Prática de leitura
	Aspectos ou critérios de análise: Número de livros lido no último ano Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.67 - Regime de trabalho
	Aspectos ou critérios de análise: Regime de trabalho Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.68 - Renda familiar
	Aspectos ou critérios de análise: Renda familiar total
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.69 - Renda pessoal
	Aspectos ou critérios de análise: Renda pessoal
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.70 - Tipo de curso - ensino médio
	Aspectos ou critérios de análise: Tipo de curso de ensino médio concluído
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.71 - Tipo de escola - ensino fundamental
	Aspectos ou critérios de análise: Tipo de escola do ensino fundamental
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	
EGRESSO	DIMENSÃO: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
	INDICADOR: 4.72 - Tipo de escola - ensino médio
	Aspectos ou critérios de análise: Tipo de escola do ensino médio
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	
EGRESSO	DIMENSÃO: DESEMPENHO E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.73 - Adequação do perfil profissional de conclusão
	Aspectos ou critérios de análise: Adequação dos conhecimentos e competências que compõem o perfil profissional do curso em relação às atividades desenvolvidas no trabalho
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Empregador e Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

EGRESSO	DIMENSÃO: DESEMPENHO E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.74 - Adequação e desempenho de conhecimentos/competências
	Aspectos ou critérios de análise: Adequação de conhecimentos e competências adquiridos para a atuação profissional
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Empregador e Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

EGRESSO	DIMENSÃO: DESEMPENHO E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.75 - Compatibilidade dos conhecimentos teóricos e práticos
	Aspectos ou critérios de análise: Compatibilidade dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do curso para as atividades exigidas na atuação profissional
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

EGRESSO	DIMENSÃO: DESEMPENHO E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.76 - Compatibilidade entre as tecnologias e equipamentos do curso
	Aspectos ou critérios de análise: Compatibilidade entre as tecnologias e equipamentos utilizados no curso e na atividade profissional
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

EGRESSO	DIMENSÃO: DESEMPENHO E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.77 - Efetividade do curso quanto à progressão funcional
	Aspectos ou critérios de análise: Contribuição do certificado do curso para a progressão profissional
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

EGRESSO	DIMENSÃO: DESEMPENHO E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.78 - Eficácia do curso quanto a conteúdos ou competências
	Aspectos ou critérios de análise: Contribuição dos conteúdos/competências adquiridos ao longo do curso para as atividades exigidas na atuação profissional
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica
	Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário
Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso	
Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente	

EGRESSO	DIMENSÃO: DESEMPENHO E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.79 - Gestão escolar
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Adequação dos mecanismos de acompanhamento e avaliação de egressos</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
EGRESSO	DIMENSÃO: DESEMPENHO E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.80 - Índice de satisfação do egresso
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Nível de satisfação geral do egresso em relação ao desempenho em competências básicas, específicas e atitudinais e adequação do perfil ao trabalho</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
EGRESSO	DIMENSÃO: DESEMPENHO E SATISFAÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.81 - Índice de satisfação do empregador
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Nível de satisfação geral do empregador em relação ao desempenho em competências básicas, específicas e atitudinais e adequação do perfil ao trabalho</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Empregador</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
EGRESSO	DIMENSÃO: INSERÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.82 - Falta de trabalho/ocupação
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Motivos para não estar trabalhando</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Não se aplica</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>
EGRESSO	DIMENSÃO: INSERÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.83 - Inserção profissional fora da área de formação
	<p>Aspectos ou critérios de análise: Percentual de egressos atuando no mundo do trabalho (formal, não formal ou informal) fora da área de formação ou áreas correlatas</p> <p>Equação de cálculo (quando há): Total de egressos por tipo de vínculo / total de egressos pesquisados</p> <p>Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Utilização de base de dados</p> <p>Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: RAIS, CAGED ; SISTECSujeitos: Egresso</p> <p>Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente</p>

EGRESSO	DIMENSÃO: INSERÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.84 - Inserção profissional na área de formação
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de egressos atuando no mundo do trabalho (formal, não formal ou informal) na área de formação
	Equação de cálculo (quando há): Distribuição de egressos por tipo de vínculo de trabalho Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: RAIS, CAGED ; SISTECSujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

EGRESSO	DIMENSÃO: INSERÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.85 - Prospecção profissional fora da área de formação
	Aspectos ou critérios de análise: Renda obtida em trabalho fora da área de formação, em média
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: RAIS, CAGED; SISTECSujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

EGRESSO	DIMENSÃO: INSERÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.86 - Prospecção profissional na área de formação
	Aspectos ou critérios de análise: Renda obtida em trabalho na área de formação, em média
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: RAIS, CAGED; SISTECSujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

EGRESSO	DIMENSÃO: INSERÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.87 - Prospecção profissional quanto à expectativa
	Aspectos ou critérios de análise: Atingimento da expectativa do egresso em relação ao mundo do trabalho a partir do curso concluído.
	Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário Fonte da pesquisa avaliativa: Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

EGRESSO	DIMENSÃO: INSERÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.88 - Taxa de inserção profissional
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de egressos com inserção profissional
	Equação de cálculo (quando há): Distribuição da taxa de inserção profissional por setor da economia Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTECSujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Tecnico Articulado; Tecnico Subsequente

EGRESSO	DIMENSÃO: INSERÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.89 - Taxa de renda média
	Aspectos ou critérios de análise: Renda média de egressos trabalhando Equação de cálculo (quando há): A definir Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: RAIS, CAGED; SISTEC Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: INSERÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.90 - Taxa de renda média pela ocupação
	Aspectos ou critérios de análise: Renda média de egressos trabalhando pela renda média da ocupação Equação de cálculo (quando há): Renda média de egressos respondentes trabalhando / renda média da ocupação Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: RAIS, CAGED; SISTEC Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: INSERÇÃO PROFISSIONAL
	INDICADOR: 4.91 - Taxa de vinculação com o mundo do trabalho na área de formação
	Aspectos ou critérios de análise: Percentual de egressos trabalhando na área de formação pelo número de respondentes trabalhando Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: RAIS, CAGED ; SISTEC Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Qualificação Profissional; Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: TRAJETÓRIA EDUCACIONAL
	INDICADOR: 4.92 - Progressão acadêmica horizontal fora da área
	Aspectos ou critérios de análise: Continuidade de estudos em curso do mesmo nível de ensino em área distinta da área de (horizontalização) Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente
EGRESSO	DIMENSÃO: TRAJETÓRIA EDUCACIONAL
	INDICADOR: 4.93 - Progressão acadêmica horizontal na área
	Aspectos ou critérios de análise: Continuidade de estudos em curso do mesmo nível de ensino na mesma área de formação (horizontalização) Equação de cálculo (quando há): Não se aplica Procedimentos metodológicos: Aplicação de questionário; Utilização de base de dados Fonte da pesquisa avaliativa: Sistemas e bases de informação: Censos; SISTEC Sujeitos: Egresso Tipos de curso para a avaliação: Técnico Articulado; Técnico Subsequente

